

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	4
3. Demonstração do Resultado	7
4. Demonstração do Resultado Abrangente	9
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	10

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	13
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	14
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	15

9. Demonstração de Valor Adicionado	16
-------------------------------------	----

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	18
2. Balanço Patrimonial Passivo	21
3. Demonstração do Resultado	24
4. Demonstração do Resultado Abrangente	26
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	27

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	30
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	31
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	32

9. Demonstração de Valor Adicionado	33
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	35
---	----

Notas Explicativas	97
--------------------	----

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais	251
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	255
----------------------------------	-----

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes	257
---	-----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	259
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	263
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	264
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	265
Motivos de Reapresentação	266

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	487.614
Preferenciais	971.138
Total	1.458.752
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	561
Total	561

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	17.752.225	16.566.491	15.848.942
1.01	Ativo Circulante	3.250.891	2.718.709	1.058.819
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64.356	54.330	38.672
1.01.02	Aplicações Financeiras	185.211	80.781	63.960
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	162.824	76.783	61.998
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	162.824	76.783	61.998
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	22.387	3.998	1.962
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	22.387	3.998	1.962
1.01.03	Contas a Receber	1.727.089	951.397	838.067
1.01.03.01	Clientes	194	5.813	0
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores e concessionários - Transporte de energia	194	5.813	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.726.895	945.584	838.067
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.726.895	945.584	603.049
1.01.03.02.02	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	0	0	235.018
1.01.04	Estoques	10	10	10
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	41.274	19.722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	41.274	19.722
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	0	41.274	19.722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.274.225	1.590.917	98.388
1.01.08.03	Outros	1.274.225	1.590.917	98.388
1.01.08.03.01	Fundos Vinculados	129	129	87.872
1.01.08.03.02	Classificados como Mantidos para venda	1.258.111	1.573.967	0
1.01.08.03.03	Tributos Compensáveis	248	3.020	43
1.01.08.03.20	Outros	15.737	13.801	10.473
1.02	Ativo Não Circulante	14.501.334	13.847.782	14.790.123
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.864.522	1.433.701	1.093.672
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	454	10.691	1.737
1.02.01.04	Contas a Receber	115.202	245.566	0
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	115.202	245.566	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.07	Tributos Diferidos	680.731	809.270	756.739
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	680.731	809.270	756.739
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.068.135	368.174	335.196
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Litígios	310.065	326.345	277.791
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	491.487	3.672	1.810
1.02.01.10.05	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	224.846	2.401	20.617
1.02.01.10.06	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	3.330	0	0
1.02.01.10.20	Outros Créditos	38.407	35.756	34.978
1.02.02	Investimentos	12.631.091	12.405.706	13.692.183
1.02.02.01	Participações Societárias	12.631.091	12.405.706	13.692.183
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	16.114	16.509	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.364.804	11.218.016	11.091.898
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.250.173	1.171.181	2.600.285
1.02.03	Imobilizado	1.546	2.250	1.810
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.546	2.250	1.810
1.02.04	Intangível	4.175	6.125	2.458
1.02.04.01	Intangíveis	4.175	6.125	2.458

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	17.752.225	16.566.491	15.848.942
2.01	Passivo Circulante	900.274	1.377.621	974.190
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.662	17.446	11.072
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.662	17.446	11.072
2.01.02	Fornecedores	2.705	9.285	4.667
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.705	9.285	4.667
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.640	45.014	5.841
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92.640	43.395	5.741
2.01.03.01.02	COFINS	45.364	18.404	2.484
2.01.03.01.03	PASEP	9.827	3.988	484
2.01.03.01.04	INSS	1.684	2.226	1.913
2.01.03.01.05	Outros	35.765	18.777	860
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	1.587	0
2.01.03.02.01	ICMS	0	1.587	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	32	100
2.01.03.03.01	ISSQN	0	32	100
2.01.05	Outras Obrigações	794.267	1.305.876	952.610
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.418	408.114	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	6.418	408.114	0
2.01.05.02	Outros	787.849	897.762	952.610
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	742.519	861.420	425.838
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	4.624	5.671	0
2.01.05.02.05	Participações no Lucro	10.235	4.813	348
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	23.747	13.774	12.974
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	0	0	507.232
2.01.05.02.08	Outros	5.078	12.084	6.218
2.01.05.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	1.646	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	965.336	610.151	548.766
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	48.252	45.081	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	48.252	45.081	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	48.252	45.081	0
2.02.02	Outras Obrigações	693.566	500.866	485.572
2.02.02.02	Outros	693.566	500.866	485.572
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	689.761	495.677	446.523
2.02.02.02.04	Outros	1.972	5.189	39.049
2.02.02.02.07	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	1.833	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	91	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	91	0	0
2.02.04	Provisões	223.427	64.204	63.194
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	205.394	45.766	48.058
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	161.413	11.269	7.473
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42.178	32.807	38.603
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.803	1.690	1.982
2.02.04.02	Outras Provisões	18.033	18.438	15.136
2.02.04.02.04	Regulatórios	17.211	17.180	13.959
2.02.04.02.05	Outros	822	1.258	1.177
2.03	Patrimônio Líquido	15.886.615	14.578.719	14.325.986
2.03.01	Capital Social Realizado	7.293.763	7.293.763	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721	3.139.726
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-1.362	-1.362
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.215.223
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	0	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	0	7	7
2.03.02.10	Outras	0	325.218	0
2.03.04	Reservas de Lucros	8.750.051	6.362.022	5.728.574
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215	57.215

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.500.330	3.965.160	3.340.949
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	85.039	66.783	57.546
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.406.920	-1.326.787	-836.522

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.467	3.862	325
3.03	Resultado Bruto	186.467	3.862	325
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.579.889	1.319.554	791.034
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.715	-78.996	-51.544
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	72.738	-198.811	0
3.04.04.03	Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	0	-198.811	0
3.04.04.04	Dividendos recebidos de investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	72.738	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-254.545	-122.179	-53.424
3.04.05.02	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	-66.084	-62.502	185.367
3.04.05.03	Ajuste para Perdas e Provisões Operacionais	0	0	-238.791
3.04.05.04	Despesas com provisões operacionais	-188.461	-59.677	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.834.411	1.719.540	896.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.766.356	1.323.416	791.359
3.06	Resultado Financeiro	246.063	-13.417	349.916
3.06.01	Receitas Financeiras	272.753	9.548	114.375
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.690	-22.965	235.541
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.012.419	1.309.999	1.141.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-109.088	82.623	-140.321
3.08.01	Corrente	-5.707	39.432	-85.710
3.08.02	Diferido	-103.381	43.191	-54.611
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.903.331	1.392.622	1.000.954
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	224.067	307.477	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	224.067	307.477	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.127.398	1.700.099	1.000.954
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,14000	1,17000	0,37000
3.99.01.02	PN	2,14000	1,17000	0,84000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.02.01	ON	2,14000	1,17000	0,37000
3.99.02.02	PN	2,14000	1,17000	0,84000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	3.127.398	1.700.099	1.000.954
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.055.321	-462.938	-301.416
4.02.01	Diferenças Cambiais de Conversão de Operação no Exterior	0	-175	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.919	7.624	0
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-939.057	-447.965	-220.513
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	-176.235	-22.422	-42.769
4.02.06	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	0	0	-38.134
4.02.08	Outros	52	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.072.077	1.237.161	699.538

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	591.551	110.951	13.921
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.916	222.717	-73.108
6.01.01.01	Lucro do Exercício	2.903.331	1.392.622	1.000.954
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	103.381	-43.191	54.611
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	4.525	7.396	488
6.01.01.04	Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	573	468	2
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.834.411	-1.719.540	-896.002
6.01.01.07	Provisões Operacionais e Perdas Estimadas	188.461	59.677	238.791
6.01.01.09	Obrigações Pós-Emprego	46.796	43.980	12.697
6.01.01.10	Outros	1.845	0	0
6.01.01.11	Juros e Variações Monetárias	-20.018	-25.417	-47.971
6.01.01.12	Apropriação de Custo de Transação	173	434	0
6.01.01.13	Ganho na Venda de Investimentos	0	0	-197.233
6.01.01.14	Remensuração de Participação Anterior em Controladas Adquiridas	0	198.811	0
6.01.01.16	Variação Monetária - AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	0	0	-239.445
6.01.01.18	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	224.067	307.477	0
6.01.01.19	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	-481.069	0	0
6.01.01.20	Dividendos declarados por investida classificada como mantida para venda	-72.738	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	878.276	343.539	87.029
6.01.02.03	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Energia	5.619	23.454	0
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	4.640	-4.839	-37
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	16.698	-3.336	61.059
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	33.820	-29.657	-13.338
6.01.02.07	Dividendos Recebidos de Participações	830.525	801.521	834.984
6.01.02.08	Fornecedores	-6.580	-79	-16.269
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	44.376	39.173	13.124
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-6.784	6.374	1.102
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.707	0	0
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-18.974	-16.448	-15.465

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.14	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	0	-555.590	-830.217
6.01.02.15	Outros	-29.724	77.295	5.795
6.01.02.16	Contas a receber do Estado de Minas Gerais	0	0	46.291
6.01.02.17	Encargos Regulatórios	-1.047	5.671	0
6.01.03	Outros	-351.641	-455.305	0
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagos	0	-894	0
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-102.869	-76.095	0
6.01.03.03	Operações Descontinuadas	-224.067	-378.316	0
6.01.03.04	Juros sobre arrendamentos	-127	0	0
6.01.03.05	Juros sobre mútuo com partes relacionadas	-24.578	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	556.615	-73.540	-718.496
6.02.01	Em Investimentos	-19.434	-1.212.915	-1.070.108
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-64.919	-25.775	73.621
6.02.03	Fundos Vinculados	0	87.746	278.696
6.02.04	Em Imobilizado	-45	-25	0
6.02.05	Em Intangível	-13	-195	-705
6.02.06	Caixa Advindo de Combinação de Negócios	22.444	0	0
6.02.07	Alienação de participação societária	0	423.163	0
6.02.08	Operações Descontinuadas	625.000	654.461	0
6.02.09	Mútuo com partes relacionadas	-6.418	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.138.140	-21.753	673.895
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	-22.600	0
6.03.03	Mútuo com Partes Relacionadas	-400.000	400.000	0
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos a Acionista Controlador	-735.284	-508.703	-541.328
6.03.06	Aporte de Acionistas para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.215.223
6.03.07	Aumento de Capital	0	109.550	0
6.03.08	Arrendamentos pagos	-2.856	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.026	15.658	-30.680
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.330	38.672	69.352

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64.356	54.330	38.672

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-764.181	0	-764.181
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-764.181	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.127.398	-1.055.321	2.072.077
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.127.398	0	3.127.398
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.055.321	-1.055.321
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.388.029	-2.363.217	-24.812	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	24.812	-24.812	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.535.170	-1.535.170	0	0
5.06.06	Reserva de incentivos fiscais	0	0	18.256	-18.256	0	0
5.06.07	Reserva de lucros a realizar	0	0	834.603	-834.603	0	0
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	0	-2.406.920	15.886.615

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-126.996	-114.802	0	-241.798
5.02.01	Adoção Inicial CPC/48	0	0	0	-157.266	0	-157.266
5.02.02	Dividendos propostos de exercícios anteriores	0	0	-126.996	0	0	-126.996
5.02.03	Dividendos de exercícios anteriores prescritos	0	0	0	42.464	0	42.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	3.139.726	5.601.578	-114.802	-836.522	14.084.188
5.04	Transações de Capital com os Sócios	999.555	-890.005	0	-867.350	0	-757.800
5.04.01	Aumentos de Capital	999.555	-999.555	0	0	0	0
5.04.08	Subscrição de ações a capitalizar	0	109.550	0	0	0	109.550
5.04.09	Dividendos e Juros sobre capital próprio	0	0	0	-867.350	0	-867.350
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.700.099	-462.938	1.237.161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.700.099	0	1.700.099
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-462.938	-462.938
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-462.763	-462.763
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-175	-175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	760.444	-717.947	-27.327	15.170
5.06.04	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	42.497	-27.327	15.170
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	751.207	-751.207	0	0
5.06.06	Reservas de Incentivos Fiscais	0	0	9.237	-9.237	0	0
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.215.223	0	-500.477	0	714.746
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.215.223	0	0	0	1.215.223
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	0	-500.477	0	-500.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.954	-301.416	699.538
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.954	0	1.000.954
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.416	-301.416
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-40.936	-40.936
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial - Remens. de Obrig de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	0	0	0	0	-260.480	-260.480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	528.719	-500.477	-46.821	-18.579
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	528.007	-528.007	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	712	-712	0	0
5.06.06	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	28.242	-46.821	-18.579
5.07	Saldos Finais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	4.485	4.498	358
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.485	4.498	358
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-157.945	-108.003	-56.450
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.982	-35.974	-18.586
7.02.04	Outros	-117.963	-72.029	-37.864
7.03	Valor Adicionado Bruto	-153.460	-103.505	-56.092
7.04	Retenções	-4.525	-1.278	-488
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.525	-1.278	-488
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-157.985	-104.783	-56.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.331.231	1.837.754	1.010.377
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.834.411	1.719.540	896.002
7.06.02	Receitas Financeiras	272.753	9.548	114.375
7.06.03	Outros	224.067	108.666	0
7.06.03.01	Resultado com Combinação de Negócios	0	-198.811	0
7.06.03.03	Valores Adicionados de Operações Descontinuadas	224.067	307.477	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.173.246	1.732.971	953.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.173.246	1.732.971	953.797
7.08.01	Pessoal	83.362	76.910	40.134
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.600	22.258	20.420
7.08.01.02	Benefícios	48.138	46.372	11.475
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.716	3.095	1.679
7.08.01.04	Outros	908	5.185	6.560
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-66.623	-72.292	143.704
7.08.02.01	Federais	-68.726	-73.194	142.798
7.08.02.02	Estaduais	1.357	606	752
7.08.02.03	Municipais	746	296	154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.109	28.254	-230.995
7.08.03.01	Juros	26.690	22.965	-235.541
7.08.03.02	Aluguéis	2.419	5.289	4.546

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.127.398	1.700.099	1.000.954
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	400.000	210.000	0
7.08.04.02	Dividendos	364.181	657.350	500.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.363.217	832.749	500.477

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	49.927.052	59.854.673	42.239.589
1.01	Ativo Circulante	10.137.408	27.796.074	8.537.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	535.757	890.804	1.030.257
1.01.02	Aplicações Financeiras	740.339	703.551	1.058.384
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	641.725	695.721	1.043.892
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	641.725	695.721	1.043.892
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	98.614	7.830	14.492
1.01.02.03.01	Títulos para Negociação	98.614	7.830	14.492
1.01.03	Contas a Receber	4.709.538	4.211.465	4.197.303
1.01.03.01	Clientes	4.523.540	4.091.722	3.885.392
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	4.523.540	4.091.722	3.885.392
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	185.998	119.743	311.911
1.01.03.02.01	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	0	0	235.018
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	185.998	119.743	76.893
1.01.04	Estoques	39.352	35.619	38.134
1.01.06	Tributos a Recuperar	621.302	386.668	339.574
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	621.302	386.668	339.574
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	621.302	386.668	339.574
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.081	6.785	116.050
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedor	40.081	6.785	116.050
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.451.039	21.561.182	1.757.601
1.01.08.03	Outros	3.451.039	21.561.182	1.757.601
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro e setoriais da Concessão	1.079.743	1.070.384	847.877
1.01.08.03.02	Repasse de Recursos da conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	96.776	90.845	73.345
1.01.08.03.03	Fundos Vinculados	12.337	90.993	106.227
1.01.08.03.05	Subsídios Tarifários	0	0	103.746
1.01.08.03.06	Subvenção Baixa Renda	29.582	30.232	26.660
1.01.08.03.08	Créditos Junto à Eletrobrás - CDE	0	0	4.216
1.01.08.03.09	Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	234.766	69.643	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.08.03.10	Ativos Contratuais	171.849	130.951	0
1.01.08.03.11	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	1.258.111	19.446.033	0
1.01.08.03.12	Contribuição de iluminação pública	164.966	149.098	0
1.01.08.03.13	Tributos Compensáveis	98.804	124.183	173.790
1.01.08.03.20	Outros créditos	304.105	358.820	421.740
1.02	Ativo Não Circulante	39.789.644	32.058.599	33.702.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.315.657	13.385.245	11.991.823
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.342	108.683	29.753
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	13.342	108.683	29.753
1.02.01.04	Contas a Receber	192.267	326.455	255.328
1.02.01.04.01	Clientes	77.065	80.889	255.328
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	115.202	245.566	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.429.789	2.146.863	1.871.228
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.429.789	2.146.863	1.871.228
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	87.285	6.870
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.680.259	10.715.959	9.828.644
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	6.349.352	242.356	230.678
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	2.540.239	2.501.512	2.335.632
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros e Setoriais da Concessão	4.850.315	4.927.498	6.604.624
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	227.913	5.516	20.617
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	1.456.178	743.692	8.649
1.02.01.10.08	Ativos de Contrato	1.832.380	1.597.996	0
1.02.01.10.09	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	276.824	0	0
1.02.01.10.20	Outros Créditos	147.058	697.389	628.444
1.02.02	Investimentos	5.399.391	5.234.578	7.792.225
1.02.02.01	Participações Societárias	5.399.391	5.234.578	7.792.225
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	577.590	765.663	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	4.821.801	4.468.915	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	7.792.225

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03	Imobilizado	2.450.125	2.661.585	2.762.310
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.316.563	2.541.831	2.656.261
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	133.562	119.754	106.049
1.02.04	Intangível	11.624.471	10.777.191	11.155.928
1.02.04.01	Intangíveis	11.624.471	10.777.191	11.155.928
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.624.471	10.777.191	11.155.928

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	49.927.052	59.854.673	42.239.589
2.01	Passivo Circulante	7.912.451	23.393.584	8.662.284
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	200.044	283.730	207.091
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	200.044	283.730	207.091
2.01.02	Fornecedores	2.079.891	1.801.252	2.342.757
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.079.891	1.801.252	2.342.757
2.01.03	Obrigações Fiscais	492.715	521.888	819.868
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	381.107	354.002	322.952
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	133.868	112.063	115.296
2.01.03.01.02	COFINS	134.580	146.004	126.065
2.01.03.01.03	PASEP	29.298	31.664	27.154
2.01.03.01.04	INSS	24.819	22.730	19.522
2.01.03.01.05	Outros	58.542	41.541	34.915
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	111.608	167.886	496.916
2.01.03.02.01	ICMS	111.608	167.886	496.916
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.746.249	2.197.566	2.370.551
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.112.866	540.279	181.707
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.065.333	494.252	150.925
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	47.533	46.027	30.782
2.01.04.02	Debêntures	1.633.383	1.657.287	2.188.844
2.01.05	Outras Obrigações	2.393.552	2.316.909	2.922.017
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.395	0	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	8.395	0	0
2.01.05.02	Outros	2.385.157	2.316.909	2.922.017
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	744.591	863.703	427.832
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	456.771	514.412	512.673
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	212.220	78.759	9.089
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	287.538	252.688	231.894
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	347.228	246.580	573.139

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.05.02.09	Instrumentos Financeiros - Opções de Venda	0	0	507.232
2.01.05.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	0	0	414.800
2.01.05.02.11	Adiantamento de Clientes	0	79.405	232.762
2.01.05.02.12	Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	0	0	12.596
2.01.05.02.13	Arrendamento	85.000	0	0
2.01.05.02.14	Contribuição de Iluminação pública	251.809	281.362	0
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	16.272.239	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	16.272.239	0
2.01.07.01.01	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	0	16.272.239	0
2.02	Passivo Não Circulante	26.123.736	20.521.762	19.247.169
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.029.782	12.574.262	12.027.146
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.072.960	7.052.374	5.186.903
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.396	1.271.700	1.920.310
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.013.564	5.780.674	3.266.593
2.02.01.02	Debêntures	5.956.822	5.521.888	6.840.243
2.02.02	Outras Obrigações	11.544.833	6.578.410	5.807.221
2.02.02.02	Outros	11.544.833	6.578.410	5.807.221
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	6.421.156	4.735.656	3.954.287
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	147.266	178.525	249.817
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	96.611	92.005	151.381
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	883	29.396	28.199
2.02.02.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	482.841	419.148	307.792
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	0	0	28.515
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.193.329	1.123.680	1.087.230
2.02.02.02.13	Arrendamento	202.747	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	661.057	728.419	734.689
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	661.057	728.419	734.689
2.02.04	Provisões	1.888.064	640.671	678.113
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.830.631	593.361	632.471

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.260.441	51.894	57.048
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	497.320	456.889	473.874
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	36.081	47.887	61.737
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	36.789	36.691	39.812
2.02.04.02	Outras Provisões	57.433	47.310	45.642
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	55	1.257	45
2.02.04.02.05	Outras Provisões	57.378	46.053	45.597
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	15.890.865	15.939.327	14.330.136
2.03.01	Capital Social Realizado	7.293.763	7.293.763	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721	3.139.726
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	394.448	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-1.362	-1.362
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.215.223
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	0	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	0	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	8.750.051	6.362.022	5.728.574
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.500.330	3.965.160	3.340.949
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	85.039	66.783	57.546
2.03.04.10	Reserva Obrigatória - Dividendos não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	1.419.846
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.406.920	-1.326.787	-836.522
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.250	1.360.608	4.150

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.390.306	22.266.217	21.711.690
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.598.673	-17.677.192	-17.487.120
3.02.01	Energia Eletrica Comprada para Revenda	-11.286.174	-11.084.194	-10.919.476
3.02.02	Encargos de uso da Rede Basica de Trasmissão	-1.426.278	-1.479.414	-1.173.923
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-1.435.728	-1.238.085	-1.070.623
3.02.04	Pessoal e Administradores	-1.001.762	-1.098.250	-1.270.188
3.02.05	Materiais	-73.872	-81.414	-72.815
3.02.06	Serviços de Terceiros	-1.042.989	-912.647	-759.036
3.02.07	Depreciação e Amortização	-814.783	-760.720	-787.129
3.02.08	Provisões Operacionais	-1.213.759	-40.054	-225.504
3.02.10	Custo de Construção	-1.199.698	-897.490	-1.118.749
3.02.11	Outras	-103.630	-84.924	-89.677
3.03	Resultado Bruto	5.791.633	4.589.025	4.224.570
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.682.249	-2.093.128	-1.582.163
3.04.01	Despesas com Vendas	-237.733	-264.416	-248.280
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-641.810	-671.923	-763.121
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	72.738	-119.117	0
3.04.04.02	Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	0	-119.117	0
3.04.04.03	Dividendos recebidos de investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	72.738	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.000.795	-934.123	-318.522
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	-1.051.181	-639.464	34.760
3.04.05.03	Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	-949.614	-167.232	-353.282
3.04.05.04	Ajuste referente a Desvalorização em Investimentos	0	-127.427	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	125.351	-103.549	-252.240
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	125.351	-103.549	-252.240
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.109.384	2.495.897	2.642.407
3.06	Resultado Financeiro	1.360.277	-518.482	-996.551
3.06.01	Receitas Financeiras	3.206.850	1.705.679	803.713
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.846.573	-2.224.161	-1.800.264

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.469.661	1.977.415	1.645.856
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.565.655	-599.124	-644.260
3.08.01	Corrente	-1.454.341	-583.273	-446.348
3.08.02	Diferido	-111.314	-15.851	-197.912
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.904.006	1.378.291	1.001.596
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	224.067	363.422	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	224.067	363.422	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.128.073	1.741.713	1.001.596
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.127.398	1.700.099	1.000.954
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	675	41.614	642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,14000	1,17000	0,37000
3.99.01.02	PN	2,14000	1,18000	0,84000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,14000	1,17000	0,37000
3.99.02.02	PN	2,14000	1,18000	0,84000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.128.073	1.741.713	1.001.596
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.055.325	-462.938	-301.416
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	-175	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	543.676	239.390	0
4.02.04	Equivalência Patrimonial Sobre Outros Resultados Abrangentes em Controlada e Controlada em Conjunto	0	0	-2.802
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	-1.599.049	-702.153	-260.480
4.02.06	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	0	0	-38.134
4.02.08	Outros	48	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.072.748	1.278.775	700.180
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.072.077	1.237.161	699.538
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	671	41.614	642

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.036.945	1.007.812	579.575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.933.977	2.158.313	2.899.463
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	2.904.006	1.378.291	1.001.596
6.01.01.02	Remensuração de participação societária anterior em controladas adquiridas	0	246.544	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	958.234	849.093	849.768
6.01.01.04	Perdas nas Baixas de Imobilizado, Intangível e Investimentos	127.835	62.148	48.299
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	910.262	1.203.463	801.883
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	2.401.106	466.768	853.668
6.01.01.07	Outros	-71.356	54.495	852.509
6.01.01.08	Obrigações Pós-Emprego	464.554	405.111	-163.273
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	-125.351	103.549	252.240
6.01.01.10	Apropriação de custo de transação	37.616	32.907	66.856
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social	111.314	15.851	0
6.01.01.12	Ganho na Venda de Investimentos	0	0	-197.233
6.01.01.13	Receita de Indenização da Transmissão	0	-55.009	-271.607
6.01.01.14	Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova	0	-60.341	0
6.01.01.15	Variação Monetária - AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	0	0	-239.445
6.01.01.16	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	-57.988	-1.973.064	-988.260
6.01.01.17	Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	-997.858	-893.301	32.462
6.01.01.18	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	-2.951.789	0	0
6.01.01.19	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	224.067	363.422	0
6.01.01.20	Lucro líquido do exercício – participação de não controladores	-675	-41.614	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.264.287	1.130.799	-296.717
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-665.727	-391.152	-817.615
6.01.02.02	Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	0	0	-9.594
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-11.699	38.407	10.104
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	-71.267	614.963	0
6.01.02.05	Depósitos Vinculados a Litígio	10.975	-109.315	-4.061
6.01.02.06	Fornecedores	278.639	-553.445	403.164

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	-162.319	-291.037	-248.478
6.01.02.08	Encargos Regulatórios	-88.900	-69.553	-72.721
6.01.02.09	Adiantamento de Clientes	-80.862	-153.357	0
6.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	-343.253	-307.034	-282.492
6.01.02.11	Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	0	-555.590	-830.217
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-83.686	76.639	-17.650
6.01.02.13	Outros	-22.520	-115.697	399.600
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	0	0	-62.470
6.01.02.15	Ativo Financeiro e de Contrato da Concessão	373.332	1.704.007	398.220
6.01.02.16	Dividendos Recebidos de Participações	282.580	311.471	354.388
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.432.536	-5.962	13.623
6.01.02.18	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	362.469	908.604	585.527
6.01.02.19	Adiantamento a Fornecedores	53.989	28.850	-116.045
6.01.03	Outros	-3.161.319	-2.281.300	-2.023.171
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimo e Financiamentos Pagos	-1.264.800	-1.290.348	-1.796.874
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.767.409	-649.966	-226.297
6.01.03.03	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (swap)	100.107	37.330	0
6.01.03.04	Operações Descontinuadas	-224.067	-378.316	0
6.01.03.05	Juros sobre arrendamentos	-5.150	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.188.695	-211.003	-386.087
6.02.01	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	79.030	275.903	-3.876
6.02.03	Em Imobilizado	-70.390	-76.998	-83.066
6.02.04	Em Intangível e Ativos de Contrato - infraestrutura de distribuição e gás	-1.856.308	-800.395	-1.033.935
6.02.05	Em Investimentos	-38.265	-349.195	473.543
6.02.07	Caixa advindo de combinação de negócios	0	69.987	0
6.02.08	Mútuo com partes relacionadas	-6.418	0	0
6.02.09	Fundos Vinculados	78.656	15.234	261.247
6.02.10	Operações Descontinuadas	625.000	654.461	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.203.297	-936.262	-158.363

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03.01	Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.476.722	2.989.753	3.308.428
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.883.218	-3.526.800	-4.131.411
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-701.137	-508.765	-539.632
6.03.04	Custo de transação rolagem de dívida	0	0	-10.971
6.03.06	Aporte de Acionistas para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.215.223
6.03.07	Aumento de Capital	0	109.550	0
6.03.08	Arrendamentos pagos	-95.664	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-355.047	-139.453	35.125
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	890.804	1.030.257	995.132
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	535.757	890.804	1.030.257

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719	1.360.608	15.939.327
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719	1.360.608	15.939.327
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-764.181	0	-764.181	-1.357.029	-2.121.210
5.04.08	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.356.791	-1.356.791
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-764.181	0	-764.181	-238	-764.419
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.127.398	-1.055.321	2.072.077	671	2.072.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.127.398	0	3.127.398	675	3.128.073
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.055.321	-1.055.321	-4	-1.055.325
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.388.029	-2.363.217	-24.812	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	24.812	-24.812	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.535.170	-1.535.170	0	0	0	0
5.06.06	Reservas de incentivos fiscais	0	0	18.256	-18.256	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de lucros a realizar	0	0	834.603	-834.603	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	0	-2.406.920	15.886.615	4.250	15.890.865

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986	4.150	14.330.136
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-126.996	-114.802	0	-241.798	0	-241.798
5.02.01	Adoção Inicial CPC/48	0	0	0	-157.266	0	-157.266	0	-157.266
5.02.02	Dividendos propostos de exercícios de exercícios anteriores	0	0	-126.996	0	0	-126.996	0	-126.996
5.02.03	Dividendos de exercícios anteriores prescritos	0	0	0	42.464	0	42.464	0	42.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	3.139.726	5.601.578	-114.802	-836.522	14.084.188	4.150	14.088.338
5.04	Transações de Capital com os Sócios	999.555	-890.005	0	-867.350	0	-757.800	-351	-758.151
5.04.01	Aumentos de Capital	999.555	-999.555	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre capital próprio	0	0	0	-867.350	0	-867.350	-351	-867.701
5.04.12	Subscrição de ações a capitalizar	0	109.550	0	0	0	109.550	0	109.550
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.700.099	-462.938	1.237.161	41.614	1.278.775
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.700.099	0	1.700.099	41.614	1.741.713
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-462.938	-462.938	0	-462.938
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-462.763	-462.763	0	-462.763
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-175	-175	0	-175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	760.444	-717.947	-27.327	15.170	1.315.195	1.330.365
5.06.04	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	42.497	-27.327	15.170	0	15.170
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	751.207	-751.207	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	9.237	-9.237	0	0	0	0
5.06.07	Participação de acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	1.315.195	1.315.195
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719	1.360.608	15.939.327

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281	4.090	12.934.371
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281	4.090	12.934.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.215.223	0	-500.477	0	714.746	-582	714.164
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.215.223	0	0	0	1.215.223	0	1.215.223
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	0	-500.477	0	-500.477	0	-500.477
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	0	0	0	0	0	0	-582	-582
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.954	-301.416	699.538	642	700.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.954	0	1.000.954	642	1.001.596
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.416	-301.416	0	-301.416
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-40.936	-40.936	0	-40.936
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-260.480	-260.480	0	-260.480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	528.719	-500.477	-46.821	-18.579	0	-18.579
5.06.04	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	712	-712	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	528.007	-528.007	0	0	0	0
5.06.06	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	28.242	-46.821	-18.579	0	-18.579
5.07	Saldos Finais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986	4.150	14.330.136

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	37.584.617	34.411.501	32.667.655
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.607.575	33.052.902	30.779.384
7.01.02	Outras Receitas	3.214.775	1.623.015	2.136.551
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-237.733	-264.416	-248.280
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.788.299	-17.952.964	-17.319.476
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.904.027	-13.789.343	-14.351.911
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.186.123	-3.549.791	-2.051.958
7.02.04	Outros	-2.698.149	-613.830	-915.607
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.796.318	16.458.537	15.348.179
7.04	Retenções	-958.234	-834.593	-849.768
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-958.234	-834.593	-849.768
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.838.084	15.623.944	14.498.411
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.556.268	1.719.008	551.473
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	125.351	-103.549	-252.240
7.06.02	Receitas Financeiras	3.206.850	1.705.679	803.713
7.06.03	Outros	224.067	116.878	0
7.06.03.01	Resultado com Combinação de Negócios	0	-119.117	0
7.06.03.02	Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	0	-127.427	0
7.06.03.03	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia proveniente de operações descontinuadas	224.067	363.422	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.394.352	17.342.952	15.049.884
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.394.352	17.342.952	15.049.884
7.08.01	Pessoal	1.861.767	1.715.361	1.274.097
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.218.391	1.081.833	1.068.094
7.08.01.02	Benefícios	562.075	479.274	-73.500
7.08.01.03	F.G.T.S.	59.810	62.992	65.932
7.08.01.04	Outros	21.491	91.262	213.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.505.603	11.534.990	10.800.655
7.08.02.01	Federais	6.348.455	6.050.851	4.938.320
7.08.02.02	Estaduais	6.142.683	5.471.291	5.849.795

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.02.03	Municipais	14.465	12.848	12.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.898.909	2.350.888	1.973.536
7.08.03.01	Juros	1.872.545	2.252.619	1.864.489
7.08.03.02	Aluguéis	26.364	98.269	109.047
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.128.073	1.741.713	1.001.596
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	400.000	210.000	0
7.08.04.02	Dividendos	364.181	657.350	500.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.363.217	832.749	500.477
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	675	41.614	642

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**SUMÁRIO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA	5
NOSSOS NEGÓCIOS	8
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	11
AMBIENTE REGULATÓRIO	25
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	31
INVESTIMENTOS.....	34
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS.....	37
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	39
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	40
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	41
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	41
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	43
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	45
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO	60
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA.....	62

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Quando olhamos para o ano de 2019, é com satisfação que observamos os grandes progressos que fizemos nas diferentes dimensões. Apresentamos resultados crescentes em relação aos anos anteriores, sejam resultados financeiros, eficiência operacional ou o foco no atendimento aos nossos clientes.

Neste ambiente renovado da Empresa, fizemos a revisão do planejamento estratégico da Cemig, com a participação da Alta Administração e do corpo gerencial, analisando as principais tendências globais no setor de energia e o posicionamento estratégico da Cemig nesse ambiente, com os seus desafios e oportunidades.

Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas, destacamos o compromisso de investimento relevante em nosso *core business*, alavancagem financeira adequada e assegurar eficiência operacional, garantindo excelência no atendimento aos nossos clientes e aos requisitos regulatórios.

Para termos sucesso, o envolvimento, o comprometimento e o talento dos nossos empregados são fundamentais, sendo estabelecidas metas e indicadores específicos para que todos acompanhem o mapa estratégico e percebam a contribuição individual na execução da estratégia.

Os resultados da Cemig, que já vinham numa trajetória crescente, apresentaram um crescimento expressivo em 2019. Nosso lucro líquido foi de R\$3.127 milhões, um relevante aumento de 84% em relação ao ano anterior, que foi de R\$1.700 milhões. Da mesma forma, a nossa geração de caixa, medida pelo LAJIDA, cresceu 15,74%, de R\$3.781 milhões em 2018, para R\$4.376 milhões em 2019.

Outra questão que merece destaque, é a redução expressiva em nosso endividamento. Em 2017 tínhamos uma alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/LAJIDA, de 3,52, tendo sido reduzida para 3,08 no final de 2019 e com perspectiva de nova redução para 2020. A Cemig, beneficiando-se da reabertura do mercado de capitais concentrou esforços em gerir a dívida, reduzindo o custo. A redução do tamanho e do custo da dívida associada ao alongamento do prazo é convergente com o objetivo de obtermos maior qualidade de crédito, resultando em melhores avaliações de *rating* e, conseqüentemente, redução do custo de capital da Cemig.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Em 2019, um dos fatores que mais contribuíram para o nosso sucesso foi o novo patamar de eficiência e rentabilidade da Cemig D, que veio de um histórico de prejuízos em 2016 e 2017. Graças às ações de disciplina na gestão de custos, maior eficiência operacional e investimentos prudentes, homologados na última revisão tarifária, obtivemos um lucro de R\$1.644 milhões e LAJIDA de R\$2.200 milhões em 2019, um aumento de 207,44% e 43,42%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Entre as medidas de redução de custos, destaca-se a reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a redução de 25% dos cargos gerenciais e a implementação de Programa de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 458 empregados.

Entre as medidas que vêm sendo adotadas visando ao incremento de receita, destacam-se aquelas referentes à redução da inadimplência e das perdas não técnicas, através do aumento significativo do número de inspeções às unidades consumidoras, da renegociação de débitos em atraso e do aprimoramento no relacionamento com nossos clientes, sendo esperados benefícios e resultados significativos em 2020, com a confirmação do processo de adequação da Cemig D à cobertura regulatória.

Importante mencionar que não nos esquecemos da qualidade de atendimento aos nossos clientes. Investimos cerca de R\$900 milhões em 2019, sendo que para 2020 estão previstos investimentos quase duas vezes superiores, de R\$1,7 bilhão. Esses investimentos expressivos representarão um crescimento na receita da distribuidora, ganhos na satisfação dos clientes e redução das despesas com operação e manutenção dos ativos, o que garantirá a continuidade de uma prestação de serviço de qualidade e eficiência em nossa área de concessão à população de Minas Gerais.

Na Cemig GT, uma das grandes novidades foi o nosso retorno aos leilões públicos de novos investimentos em transmissão. Apesar de não termos ganho nenhum dos lotes ofertados, a participação nos leilões representa uma nova realidade da Empresa, agora em condições financeiras adequadas e competitivas para incrementar o seu programa de investimentos em transmissão nos próximos anos, seja por meio de reforços em sua área de concessão, aprovados pelo Regulador, seja por meio do sucesso nos próximos leilões.

Um evento marcante em 2019 para o resultado consolidado foi o trânsito em julgado, favorável à Cemig, da ação onde questionávamos a incidência do ICMS na base de cálculo do Pasep/Cofins, representando créditos fiscais próximos a R\$7 bilhões. Desse montante, R\$3 bilhões são de propriedade da Cemig, que após os impostos, tiveram um efeito significativo em nosso lucro líquido, próximo a R\$2 bilhões, o que, a partir do recebimento, contribuirão, ainda mais, para a redução acelerada dos nossos índices de endividamento. Ressalta-se que a Companhia conseguiu levantar, em fevereiro de 2020, R\$1,4 bilhão de depósitos judiciais registrados, contribuindo para a melhoria da liquidez da Companhia.

Os consumidores da Cemig D também foram beneficiados. As contas de energia já tiveram uma redução de 1% em média, a partir de junho de 2019, em função desse novo critério de mensuração das alíquotas do Pasep/Cofins, contribuindo de forma efetiva para a modicidade tarifária. Adicionalmente, a partir do recebimento dos créditos fiscais e definição de critérios de ressarcimento pela Aneel, iniciaremos o processo de devolução aos consumidores de parte dos créditos, em montantes superiores a R\$4 bilhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



De forma convergente ao nosso discurso de alienação de participações que não estão inseridas no núcleo do nosso planejamento estratégico, reduzimos a nossa participação na Light de 49% para 22%, o que representou uma entrada de R\$625 milhões no nosso caixa, recursos que foram totalmente investidos nos negócios da Cemig.

Criamos a Cemig SIM!, fruto da sinergia da Cemig Geração Distribuída e da Efficientia. Esta é uma empresa que vai atuar prestando serviços de geração distribuída, de energia elétrica, através de fazendas solares instaladas no Estado de Minas Gerais, oferecendo ainda soluções em eficiência energética, armazenamento de energia e mobilidade elétrica, já com investimentos em 2019 próximos a R\$300 milhões.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade. Nossa única usina movida a óleo combustível está sendo desativada, e passaremos a gerar energia de fontes 100% renováveis. Além disso, somos a empresa que mais investe em cultura no Estado. Fomos mais uma vez incluídos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

No que se refere ao ambiente externo, o cenário macroeconômico brasileiro, após um período de recessão e baixo crescimento, começa a apresentar sinais de recuperação, sendo aguardado crescimento para o país em 2020 em patamares superiores aos observados nos últimos anos, o que certamente terá impactos positivos em nossos resultados.

Concluindo, temos boas razões para estar otimistas com o futuro. Nesse cenário, a Administração da Cemig, seu corpo gerencial e qualificado grupo de empregados estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Agradecemos o comprometimento e o talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



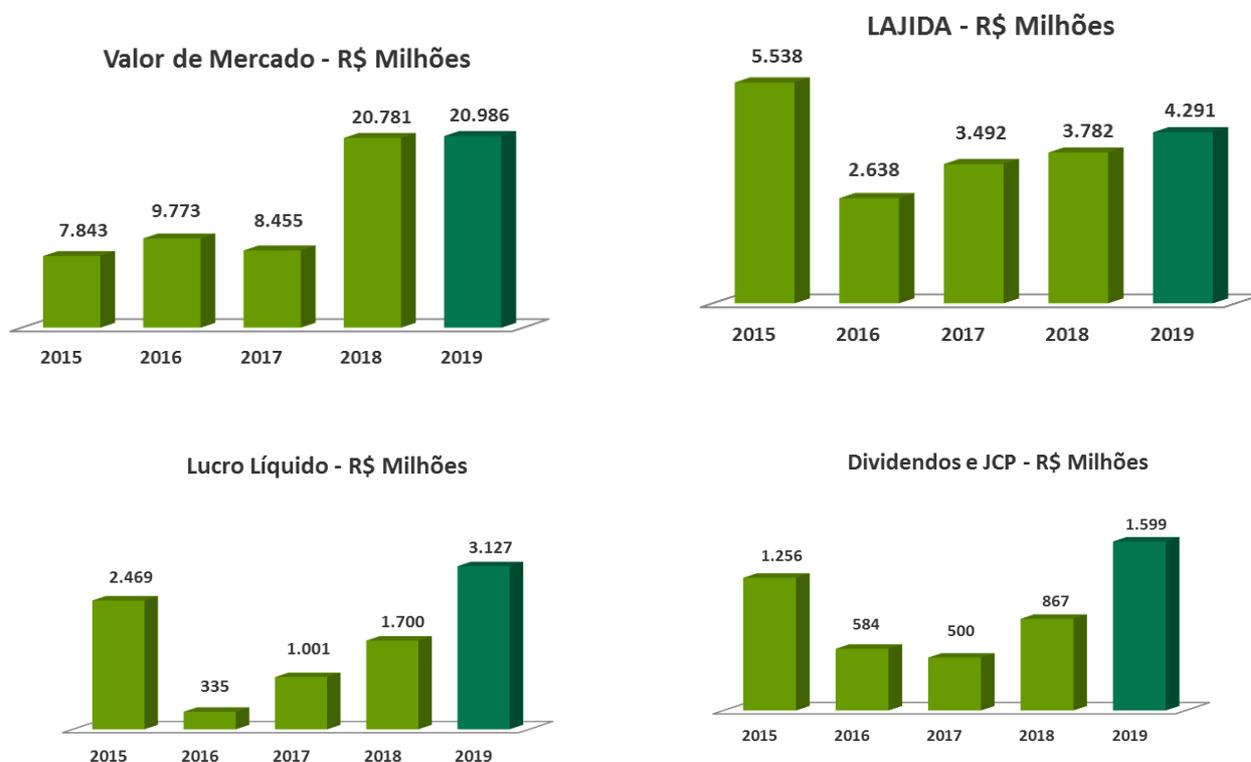
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2019 era de aproximadamente R\$21 bilhões. Pelo 20º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2019/2020 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

A Cemig atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, soluções energéticas, soluções tecnológicas, serviços de datacenter e distribuição de gás natural. O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas subsidiárias integrais Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), totalizando 176 Sociedades, 14 Consórcios e 2 FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), com ativos e negócios em vários estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

Principais indicadores:



Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Outros Indicadores:**

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
GWh faturados	46.072	43.083	42.499	43.563	43.597
Receita (R\$ Mil)	21.868	18.773	21.711	22.266	25.390
Lucro por ação – PN (R\$)	1,96	0,35	0,84	1,17	2,14
Quantidade de consumidores faturados	8.080	8.260	8.347	8.409	8.514
Quantidade de empregados	7.860	7.119	5.864	6.083	5.596

Nossa missão, visão e valoresMissão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 9 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



#1

Empresa integrada do Setor Elétrico no Brasil



Distribuidora de energia



Maior grupo de transmissão



Maior grupo de geração

(1) Em números de consumidores e extensão de linhas de distribuição

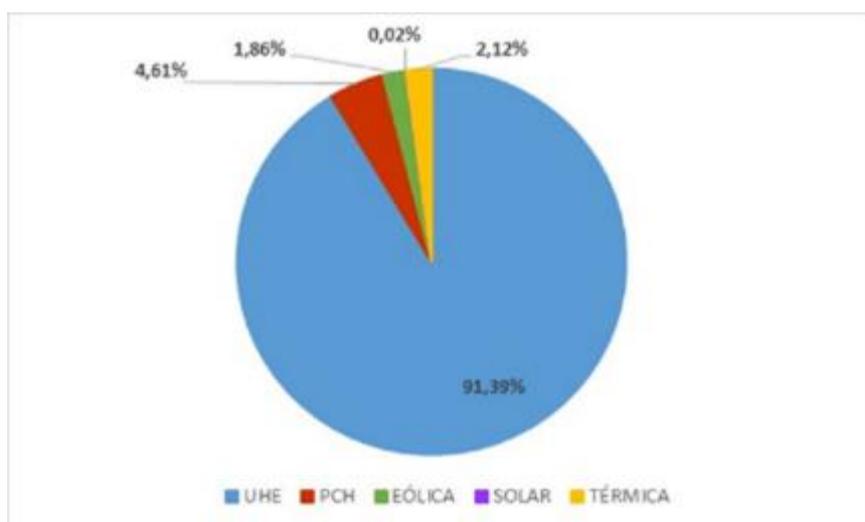
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

Historicamente, a matriz elétrica do parque gerador da Cemig é praticamente composta por fontes renováveis. Em 2019, dos 6.182 MW de capacidade instalada, 6.051 MW foram de empreendimentos de fonte renovável, o que representa 97% de energia limpa.



Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possuía, em operação, em 31 de dezembro de 2019, 90 usinas, com capacidade instalada de 6,2 GW.

Usinas da Cemig

Central Geradora	Capacidade instalada (MW)
Emborcação	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Aimorés	148,5
Santo Antônio	553,4
Belo Monte	1.376,2
Geração Light	270
Eólicas	115,2
Termelétricas	131
Outras	807
Três Marias	396
Salto Grande	102
Itutinga	52
Camargos	46
Piau	18
Gafanhoto	14
Peti	9,4
Dona Rita	2,4
Tronqueiras	8,5
Joasal	8,4
Martins	7,7
Cajuru	7,2
Paciência	4,1
Marmelos	4
	6.182

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Transmissão

Em 2019, a controlada Cemig GT opera e mantém 38 subestações e 4.930 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A controlada Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 15 empresas, com as quais têm contratos de prestação de serviços de operação e manutenção, em 18 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 365 km de linhas de transmissão.

Um evento relevante para a atuação da Companhia no negócio de transmissão, concluído em janeiro de 2020, foi a aquisição, em 20 de janeiro de 2020, de 49% da participação societária na A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste, passando a Companhia a ser titular da totalidade do capital social desta investida. A Centroeste opera uma linha de transmissão de 75 km em Minas Gerais, cuja concessão foi leiloadada em 2004 e tem validade até 2035. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019 da Companhia.

Distribuição

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país. Sua área de concessão abrange 567.478 km², aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, atendendo um mercado de aproximadamente 8,5 milhões de unidades consumidoras em 774 municípios.

É a maior empresa distribuidora da América Latina, com 539.807 km de redes de distribuição sendo 109.054 km em área urbana, 413.312 km de redes rurais e 17.441 km de linhas de distribuição, com 8.514 milhões de consumidores faturados em 2019.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 666.601 mil de consumidores neste perfil, o que representa 9,57% do total de consumidores da classe residencial.

Evolução das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Comercialização de Energia Elétrica

As empresas do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre no País. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 15 estados.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente a 18,27% do mercado livre.

No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, com um crescimento médio de 15% por ano nos últimos 4 anos. Atualmente temos uma participação de 18% no mercado de energia incentivada.

Comercialização e Distribuição de Gás

A Cemig também atua no segmento de comercialização e distribuição de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o estado de Minas Gerais. No ano de 2019, a Gasmig comercializou o total de 1.129.652.727 m³ de gás, sendo 67% para o segmento industrial, 26% para a geração térmica e os demais 7% divididos entre segmento automotivo, residencial e outros.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhões de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do Exercício

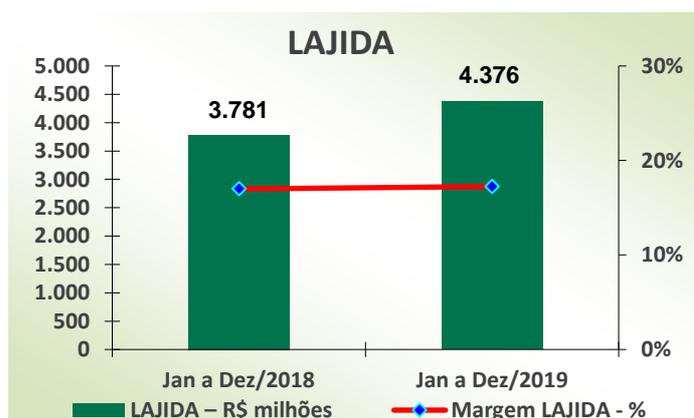
A Cemig apresentou, no exercício de 2019, um lucro líquido de R\$3.127 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.700 milhões no exercício de 2018, representando um aumento de 83,95%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na seqüência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 15,74% no exercício de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018. A margem do LAJIDA da Companhia não apresentou variação significativa, sendo de 16,98% em 2018 e 17,24% em 2019.

LAJIDA – R\$ Milhões	2019	2018	Var %
Resultado do exercício atribuível a acionistas controladores	3.127	1.700	83,94
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	1.651	728	126,79
+ Resultado financeiro	(1.360)	518	-
+ Depreciação e amortização	958	835	14,73
= LAJIDA	4.376	3.781	15,74

* A despesa de imposto de renda e contribuição social de 2019 e 2018 inclui, respectivamente, os montantes de R\$85 e R\$129, que estão apresentados pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O aumento do LAJIDA no exercício de 2019, em comparação ao exercício de 2018, deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.428 milhões, parcialmente compensado pelas provisões para contingências jurídicas referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$1.213 milhões. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial aumentou 221% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação a 2018, devido, principalmente, à redução no resultado negativo apurado pela investida Madeira (37,35%), bem como à ausência dos impactos advindos dos resultados da Renova, uma vez que o investimento da Companhia nesta empresa foi baixado em dezembro de 2018.

Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$26.928 milhões no exercício de 2019 em comparação a R\$24.872 milhões em 2018, representando um crescimento de 8,27%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$24.052 milhões no exercício de 2019 comparado a R\$21.882 milhões em 2018, representando um crescimento de 9,91%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019; e
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- aumento no volume de energia vendida para a classe comercial pela Cemig GT e subsidiárias integrais.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no exercício de 2019, comparativamente as do exercício de 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	2019			2018			Variação %	
	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	10.538.342	9.668	917,41	10.266.434	8.658	843,35	2,65	11,67
Industrial	16.024.427	4.760	297,05	17.689.182	4.893	276,60	(9,41)	(2,72)
Comércio, serviços e outros	9.567.381	5.439	568,49	8.380.346	4.683	558,86	14,16	16,13
Rural	3.795.374	2.058	542,24	3.615.402	1.794	496,06	4,98	14,77
Poder público	904.879	654	722,75	871.325	575	659,89	3,85	13,67
Iluminação pública	1.357.293	614	452,37	1.383.878	585	422,91	(1,92)	4,96
Serviço público	1.371.992	725	528,43	1.315.479	646	491,38	4,24	12,14
Subtotal	43.559.688	23.918	549,09	43.522.046	21.834	501,69	0,08	9,54
Consumo Próprio	37.827	-	-	41.244	-	-	(8,28)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	134	-	-	48	-	-	181,35
	43.597.515	24.052	551,68	43.563.290	21.882	501,32	0,08	9,91
Suprimento a outras concessionárias (3)	11.447.786	2.943	257,08	11.991.355	3.002	250,31	(6,52)	(1,92)
Suprimento não faturado líquido	-	(67)	-	-	(12)	-	-	471,73
Total	55.045.301	26.928	489,20	55.554.645	24.872	447,70	(1,35)	8,27

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o aumento de 14,16% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe comercial. O comportamento positivo dessa classe está associado ao crescimento de 0,5% no volume de energia faturada aos consumidores cativos da Cemig D e de 36,5% no volume de energia faturada pela Cemig GT e subsidiárias integrais aos clientes livres, em Minas Gerais e em outros estados do Brasil.

Adicionalmente, o consumo residencial apresentou um acréscimo de 2,65% no exercício de 2019 frente ao exercício de 2018. O aumento do consumo nas residências decorre, principalmente, da incorporação de 149.331 unidades consumidoras.

Em contrapartida, verificou-se a redução de 9,41% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial. Este resultado é a composição da redução de 7,9% no segmento cativo, devido, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre, e da redução de 9,7% no mercado livre. No mercado livre, a redução se deve ao término de contratos de venda de energia.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.722 milhões, comparada a R\$2.045 milhões em 2018, representando um aumento de 33,11%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019), com impacto de aproximadamente 65,60% e do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 28 de maio de 2019, com impacto médio de 17,28% para os clientes livres.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, que incluem a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No exercício de 2019, reconheceu-se como receita o montante de R\$58 milhões, a ser repassado à Companhia, em comparação ao reconhecimento do montante de R\$1.973 milhões em 2018, uma redução de 97,06%. A variação resulta, essencialmente, da natureza gráfica da conta de CVA, que pode assumir posição de despesa ou receita, a depender da oscilação dos custos não gerenciáveis incorridos no período em relação àqueles homologados pelo órgão regulador para composição da tarifa.

Essa variação deve-se, principalmente, aos menores custos com energia em 2019, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, em relação a 2018, aliada à redução do PLD médio, comparado ao ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia por meio do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$504 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$411 milhões em 2018, representando um crescimento de 22,63%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53%, incluindo a parcela referente aos novos investimentos, e 14,60%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a receita da transmissão é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo aquele vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 53,51% em 2019, em comparação a 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$155 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$250 milhões em 2018, representando uma redução de 38,00%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do exercício, são excluídos da base de remuneração, reduzindo a atualização e a remuneração do saldo remanescente.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, teve um incremento de 14,32%. Além disso, a Aneel acatou o recurso à REH 2408/2018 interposto pela Cemig reconhecendo o erro material no cálculo do custo anual dos ativos elétricos da RBSE, elevando o incremento para 23,93%. Este reajuste implica aumento do montante da indenização a ser recebido durante o ciclo tarifário, reduzindo o saldo remanescente da indenização, e, conseqüentemente, a remuneração incidente sobre este saldo.

Outro fator que contribuiu para a variação negativa da receita de construção no exercício de 2019 em relação a 2018 foi a realização de ajustes positivos no segundo trimestre de 2018, para compatibilização do recebível à metodologia de cálculo estabelecida pela Aneel.

Mais informações na nota explicativa nº 16 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$432 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$217 milhões em 2018, representando um crescimento de 99,08%. Esta variação decorre, principalmente, da obtenção de maior sobra de energia em 2019 pela Cemig GT, que foi valorizada pelos Preços de Liquidação de Diferenças – PLDs definidos mensalmente. Apesar da variação do PLD médio anual de 2018 e 2019 não ser relevante, as sobras de energia ocorreram em 2019 em meses que apresentam PLDs elevados, aumentando a receita na CCEE nestes meses e a receita esperada no ano.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$2.298 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$1.995 milhões em 2018, representando um crescimento de 15,17%. Esta variação decorre basicamente do aumento do repasse dos custos do gás adquirido da Petrobrás e do reajuste de 6,74% (IGPM) em 2019.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$1.200 milhões no exercício de 2019 comparadas a R\$897 milhões em 2018, apresentando um aumento de 33,78%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$1.428 milhões, resultam do êxito em ação onde a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$1.723 milhões no exercício de 2019 em comparação a R\$1.584 milhões em 2018, representando um aumento de 8,77%. O montante mais representativo deste grupo corresponde aos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$12.336 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$12.312 milhões em 2018, representando um aumento de 0,19%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.448 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$2.603 milhões em 2018, representando um redução de 5,95%.

Em relação a esse encargo, destaca-se o incremento de 40% na TUST-CDE vigente a partir de janeiro de 2019, devido ao crescimento da quota anual de 2019 em relação a 2018, que incorporou o aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh) e o repasse da revisão do orçamento de 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Para a Cemig D, os encargos referentes à CDE foram de R\$2.213 milhões em 2019, comparados a R\$2.450 milhões em 2018, representando uma redução de 9,67%. Esta redução é justificada pela antecipação da quitação do saldo devedor da conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) em setembro de 2019 e pelo encerramento do recolhimento das quotas de CDE - Energia em março de 2019.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve uma redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$294 milhões em 2019 em comparação a R\$654 milhões em 2018, uma variação de (55,05%).

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Esta variação decorre, principalmente, do acionamento de bandeiras menos onerosas aos consumidores em 2019 em relação a 2018, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. Em 2019, operou-se com bandeira vermelha patamar 1 em três meses, enquanto em 2018 operou-se um mês com bandeira vermelha patamar 1 e cinco meses com bandeira vermelha patamar 2.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$22.479 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$19.420 milhões em 2018, representando um aumento de 15,75%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 30 destas Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$263 milhões no exercício de 2019 comparada ao montante de R\$77 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.239 milhões em 2019, comparada a R\$1.087 milhões em 2018, um crescimento de 13,98%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela Cemig D, visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- aumento de 23,55% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos da Cemig D, sendo de R\$362 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$293 milhões no exercício de 2018;
- aumento de 54,05% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$57 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$37 milhões no exercício de 2018;
- aumento de 64,29% nas despesas com podas de árvores sendo R\$46 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$28 milhões no exercício de 2018.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.286 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$11.084 milhões em 2018, representando um aumento de 1,82%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de 18,58% nas despesas com compra de energia de curto prazo da Cemig D, sendo de R\$1.774 milhões comparados a R\$1.496 milhões em 2018. A variação decorre, principalmente, da redução de 64,91% na quantidade de energia liquidada na CCEE (652.539 MWh em 2019 e 1.859.448 MWh em 2018).

Adicionalmente, houve redução de 10,13% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, pela Cemig D, sendo de R\$3.053 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$3.397 milhões no exercício de 2018. Essa redução decorre da substituição, em 2019, de contratos com preços mais altos por outros menos onerosos. Outro efeito relevante também relacionado à Cemig D, deve-se ao aumento de 8,17% nas despesas com energia adquirida por meio de contratos por cotas de garantia física, que foram de R\$755 milhões em 2019, comparado a R\$698 milhões em 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12,02% no preço médio de MWh (R\$101,67 em 2019 e R\$90,76 em 2018).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Este é um custo não gerenciável para a Cemig D, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 e 37 das demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.426 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$1.479 milhões em 2018. Esses encargos são devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela Aneel.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$2.401 milhões no exercício de 2019, comparadas a R\$467 milhões em 2018, aumentando em 414,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova, no montante de R\$688 milhões, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida.
- variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$136 milhões no exercício de 2019 em comparação à constituição líquida de R\$42 milhões em 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações ou reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, mediante decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 27.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



- variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$1.228 milhões no exercício de 2019, em comparação à reversão de R\$5 milhões em 2018. Esta variação decorre, basicamente, da reavaliação pela Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, da probabilidade de perda das ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 27.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.272 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$1.410 milhões em 2018, reduzindo em 9,79%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 10% no número médio de empregados no exercício de 2019, em relação a 2018, sendo de 5.796 e 6.430, respectivamente.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$1.200 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$897 milhões em 2018, um aumento de 33,78%. São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão. A maior variação foi observada na atividade de transmissão, que apresentou aumento de 130% em 2019, no valor absoluto de R\$125 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em execução, em 2019, da maioria dos projetos do Programa de Investimento vigente, frente ao menor desembolso em 2018, quando os empreendimentos estavam em fases iniciais.

Gás comprado para revenda

No exercício de 2019 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.436 milhões comparada a uma despesa de R\$1.238 milhões em 2018, representando um aumento de 15,99%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento médio de 23,9% no preço do gás comprado da Petrobrás.

Obrigações pós-emprego

As obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas aumentaram em 21,07% no exercício de 2019 em relação ao exercício de 2018, sendo de R\$408 milhões e R\$337 milhões, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, devido à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2019, de R\$125 milhões, em comparação à perda de R\$104 milhões, reconhecida em 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



As perdas reconhecidas em 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Madeira Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova em 2019, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Madeira Energia sofreu uma redução de 37,35% no exercício de 2019, em relação a 2018.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 18.

Resultado Financeiro Líquido

A Companhia obteve resultado financeiro líquido positivo no exercício de 2019, no montante de R\$1.360 milhões, comparado a uma despesa financeira líquida de R\$518 milhões em 2018. Esse aumento decorre, principalmente, do seguinte:

- elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$998 milhões no exercício de 2019, em comparação a R\$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para o decréscimo da ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI). O aumento no valor justo da opção (call spread) também contribuiu para o ganho nas operações de hedge.
- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.580. Mais informações na nota explicativa nº 10.
- redução da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$226 milhões no exercício de 2019, em comparação a uma despesa financeira de R\$582 milhões em 2018. Essa redução decorre da queda da variação da taxa de câmbio vigente no período, que foi de 4,02%, frente à variação de 17,03% em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.566 milhões em relação ao LAIR (lucro antes dos tributos incidentes sobre o lucro) de R\$4.469 milhões, excluindo o resultado de operações descontinuadas, representando uma alíquota efetiva de 35,04%. A Companhia apurou, em 2018, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$599 milhões em relação ao LAIR de R\$1.977 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,30%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 destas demonstrações financeiras.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$536 milhões em comparação ao saldo de R\$891 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2019 e 2018 totalizou R\$2.037 milhões e R\$1.008 milhões, respectivamente. O aumento no caixa gerado por atividades operacionais em 2019 em comparação com 2018 decorre, principalmente, do aumento da lucratividade da Companhia e da relação entre os custos não gerenciáveis e os recebimentos tarifários da Cemig D, observada a partir do comportamento da Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 totalizou R\$1.189 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 de R\$211 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do pagamento pela Gasmig do bônus de outorga, no valor de R\$891 milhões, com o objetivo de reestabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão e assegurar a sua extensão até 2053, sendo este montante acrescido à base de remuneração de ativos da Gasmig como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R\$1.203 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.883 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$4.477 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$96 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 701 milhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$936 milhões, e foi composto pela amortização de R\$3.527 milhões de financiamentos, sendo compensado pela obtenção de financiamentos no valor de R\$2.990 milhões. Adicionalmente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2018 atingiu o montante de R\$509 milhões, 27% inferior ao montante pago em 2019.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Nos exercícios de 2017 e 2018, o refinanciamento da dívida da Companhia teve custos mais altos que os historicamente verificados, à luz do desafio de liquidez que se lhe impunha. Em 2019, por outro lado, a Cemig, beneficiando-se da reabertura do mercado de capitais e melhoria da sua estrutura financeira, concentrou esforços na redução dos custos e alavancagem financeira.

Em julho de 2019, a Cemig D realizou sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 anos, no valor de R\$2,16 bilhões e pagando juros remuneratórios de CDI+0,45%a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 anos, no valor de R\$1,5 bilhão e pagando correção monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10%a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI. Os recursos que se incorporam ao caixa da Cemig D se inserem no contexto de gestão do endividamento, permitindo substituir um conjunto de dívidas de igual valor, mais onerosas (custo médio equivalente a 144,13% do CDI) e com vencimentos concentrados num horizonte temporal de 3 anos, por outra de menor custo e com amortizações diluídas nos próximos 7 anos, contribuindo para elevar o prazo médio do endividamento total da Cemig D de 2,9 anos para 5,1 anos.

Seguindo firme no propósito de melhorar a qualidade de seu crédito, a Cemig amortizou um volume expressivo de dívida em 2019. Foram R\$ 4.173 milhões de dívida amortizados na Cemig D e R\$ 610 milhões amortizados na Cemig GT.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig, Cemig GT e Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de LAJIDA, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. Em 2019, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional de Baa2 para Baa1 mantendo o da escala global em B1, ambos com perspectiva positiva, sendo que a Fitch elevou o rating da Cemig em dois *notches* na escala nacional e um *notch* na escala global.

A tabela a seguir apresenta a posição de rating da Cemig nas três principais agências:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Agências de classificação de risco

A+(bra)
BB-Cemig H, Cemig GT and Cemig D
Cemig H, Cemig GT e Cemig DEscala Nacional
Escala Global

Grau de Investimento										Grau Especulativo									
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D
												Bond							

Upgrade em
13/11/2019

brA+
BCemig H, Cemig GT e Cemig D
Cemig H, Cemig GT e Cemig DEscala Nacional
Escala Global

Grau de Investimento										Grau Especulativo											
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
														Bond							

Upgrade em
29/03/2018
Ajuste escala
11/07/2018
Estável em
28/03/2019Baa1.br
B1Cemig H, Cemig GT e Cemig D
Cemig H, Cemig GT e Cemig DEscala Nacional
Escala Global

Grau de Investimento										Grau Especulativo										
Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
													B1							

Upgrade nacional
Em 03/09/2019

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

Tanto os eurobonds quanto as debêntures contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D e da Cemig GT. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

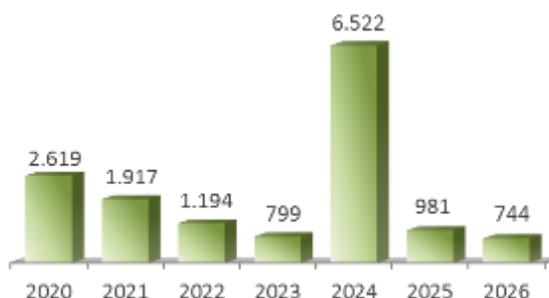
O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$14.776 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,9 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

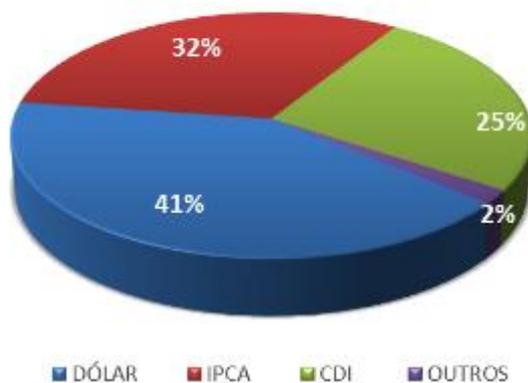


Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2019 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI, bem como de dívida em moeda estrangeira, que por sua vez, possui operação de hedge em CDI para proteção da emissão de Eurobonds da Cemig GT contra a variação cambial. O custo médio da dívida da Companhia é de 2,67% a.a. a preços constantes e de 7,07% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2019



AMBIENTE REGULATÓRIO

Nossas operações são altamente reguladas e supervisionadas pelo Governo Federal, por meio do MME, da Aneel, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e de outras autoridades regulatórias. O MME, a Aneel e o ONS têm autoridade discricionária para implementar e alterar políticas, interpretações e regras aplicáveis a diferentes aspectos de nosso negócio, particularmente operações, manutenção, saúde e segurança, compensação e inspeção.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor energético brasileiro. Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações nos últimos anos, sendo as modificações mais recentes inseridas via Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/13, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995.

Geração de Energia Elétrica

Em 2019, foi observado mais um ano de baixa hidrologia na região Sudeste. A ENA (Energia Natural Afluente) média do ano ficou abaixo de 80% da média histórica, contra 90% em 2018. A longa sequência de baixas hidrologias tem mantido os reservatórios do Sudeste em níveis inferiores a 60% ao final do período úmido, o que historicamente são baixos volumes. Durante o período seco, houve um rápido deplecionamento que levou os reservatórios do Sudeste a valores próximos dos mínimos históricos.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2019 foi R\$ 227,10/MWh, cerca de 20% abaixo do PLD médio de 2018. Apesar da piora na hidrologia e armazenamento ao longo do ano na região Sudeste, os excedentes de geração da região Norte no primeiro semestre e da região Nordeste no segundo semestre contribuíram para manter o preço mais baixo. Desta forma, o GSF (Generation Scaling Factor) apresentou um melhor comportamento em 2019 quando comparado com 2018, ficando com o valor médio de 0,91 em 2019 contra 0,84 em 2018.

Distribuição de Energia Elétrica

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

Ocorre reajuste tarifário anualmente e revisão tarifária a cada cinco anos, ambos no mês de maio, conforme estabelecido em contrato. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



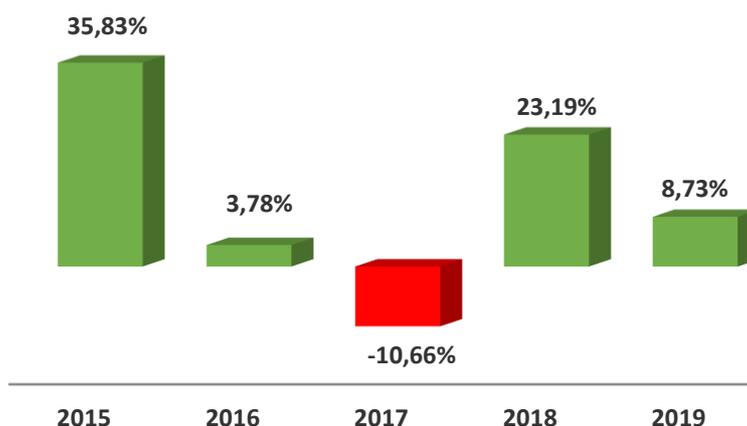
O aumento para o consumidor residencial foi de 7,07%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 10,71%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 7,89%.

Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,95% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,05% são repassados para cobrir a compra da energia (28,68%), encargos setoriais (12,84%), custo de transmissão (5,69%) e receitas irrecuperáveis (0,43%), chamado de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (24,36%) e PIS/Pasep e Cofins (6,05%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de iluminação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 687 mil consumidores são rurais e cerca de 577 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajustes Tarifários



Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 306 mil clientes em 2019, o que representa um aumento de 39,09% em relação ao ano de 2018 (220 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

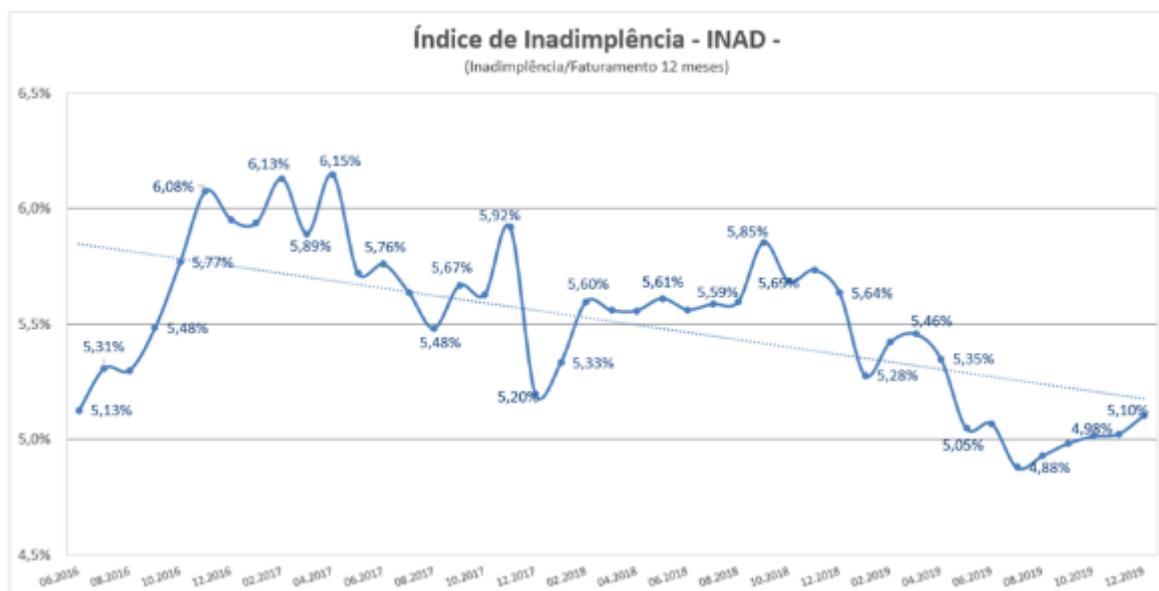
Temos hoje 94% dos clientes de média tensão telemedidos, o equivalente a 12.540 instalações.

Gestão da inadimplência e arrecadação

A Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para inibir o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas, estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS, carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e o corte no fornecimento de energia. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou mais de 1 milhão de interrupções de fornecimento (corte) nas diversas classes de consumo.

Em paralelo, foram ainda oferecidas aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação (“Você em dia com a Cemig”) e por meio da “Semana de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas”.

Com relação às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, destaca-se a redução no volume de perdas em 2019, R\$ 199 milhões frente aos R\$ 271 milhões registrado em 2018.



Para 2020 está prevista a implementação efetiva de novas ferramentas de cobrança:

- plataforma tecnológica de solução de conflitos extrajudiciais para negociação de débitos;
- protesto de títulos de dívida em cartório;
- contratação de uma empresa parceira especializada em cobrança de débitos complexos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos, a empresa está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição – IPTD em 2019 foi de 13,57% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando um acréscimo de 0,75 pontos percentuais em relação ao resultado de 2018, de 12,82%. O IPTD de 2019 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 4,80% de perdas não técnicas e este resultado está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D no ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2019 é de 11,49% e no final de 2022 será de 11,23%.

Destaca-se a melhoria obtida pela Cemig na cobertura regulatória de perdas técnicas, que são as perdas relativas ao processo de transporte e transformação de energia ao longo dos equipamentos e linhas de transmissão e distribuição. A cobertura aumentou de 7,84% no 4º ciclo tarifário (2013 a maio de 2018) para 8,77% no 5º ciclo tarifário (2018 a 2023) o que representa um expressivo aumento na receita financeira, da ordem de R\$90 milhões anuais.

A redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão.

As perdas não técnicas correspondem à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro dentre outros, e são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel). O resultado em 2019 para as perdas não técnicas foi de 12,48% (acréscimo de 0,83% em relação ao resultado de 2018 - 11,65%), considerando uma meta regulatória de 7,04%.

Buscando a estabilização e redução dos níveis de perdas não técnicas, a Cemig intensificou a realização de ações de combate nos últimos anos. Em 2019, foram promovidas pela Cemig diversas ações de combate, destacando-se a realização de 306 mil inspeções em unidades consumidoras de todo o estado de Minas Gerais, o que representa um aumento de 65% em relação à quantidade física realizada em 2018 (185 mil inspeções). Essas inspeções correspondem a um incremento de faturamento anual de cerca de R\$ 88 milhões para a Cemig D.

Adicionalmente, em 2019 foram realizadas diversas ações para mitigação das perdas não técnicas: mutirões de inspeções em pontos estratégicos da capital e interior do estado com cobertura da mídia, várias operações de retirada de ligações clandestinas de energia, elaboração de mais de 100 pedidos de criminalização de fraudadores contumazes às autoridades competentes, monitoramento remoto de grandes clientes em alta, média e baixa tensão (total de 12,5 mil clientes de média tensão e mais 12,6 mil clientes de baixa tensão telemedidos) que representa blindagem de cerca de 45% do faturamento da distribuidora, modernização do parque de medição com a substituição de 86 mil medidores obsoletos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Além disso, com o objetivo de atingir o enquadramento da Cemig D nas perdas regulatórias para os próximos anos, a Companhia possui um amplo Plano de Recuperação de energia em andamento (horizonte de 2019 a 2022), sendo que para 2020 estão previstas as seguintes ações:

- execução de 775 mil inspeções em unidades consumidoras;
- ampliação da telemetria em clientes de baixa tensão, alcançando um total de 25 mil unidades telemedidas nesse nível de tensão;
- substituição de 60 mil medidores obsoletos;
- fiscalização de 780 mil pontos de iluminação pública;
- regularização do fornecimento de energia de 20 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda.
- implantação de medidores inteligentes em 120 mil clientes de baixa tensão;
- substituição do sistema de comunicação de 1.600 clientes livres, permitindo maior confiabilidade e agilidade no faturamento.

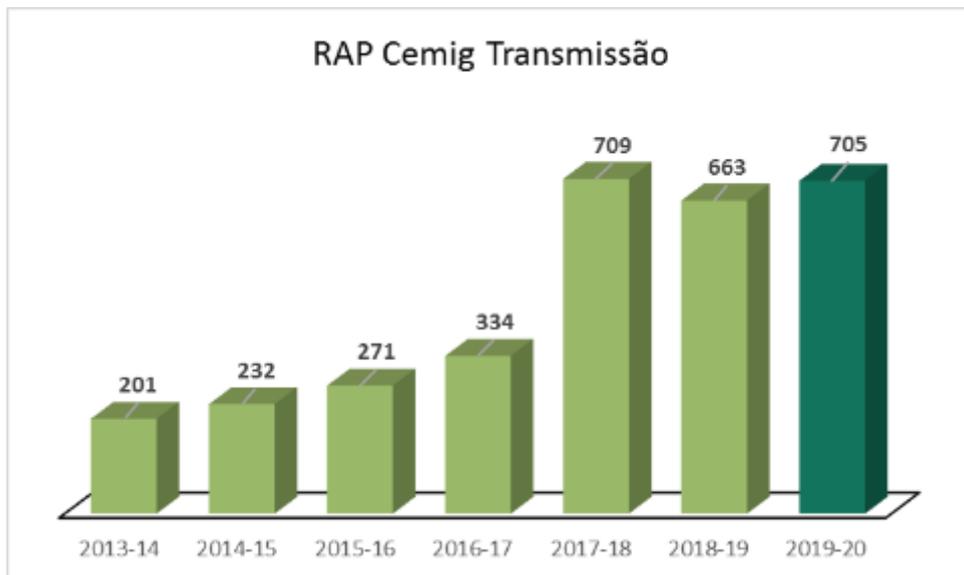
Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas ("RAPs") para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*.

Em julho de 2019, a RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997) recebeu um reajuste líquido de 16,35%, composto da aplicação do IPCA sobre a receita já homologada, reconhecimento dos novos reforços e melhorias e reconhecimento de itens de recurso administrativo, além da parcela do custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME. A RAP de Itajubá (contrato 079/2000) recebeu um reajuste líquido de 18,16%, composto da aplicação do IGP-M sobre a receita já homologada e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



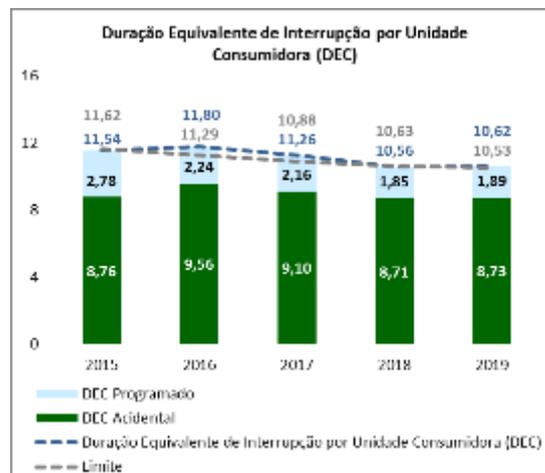
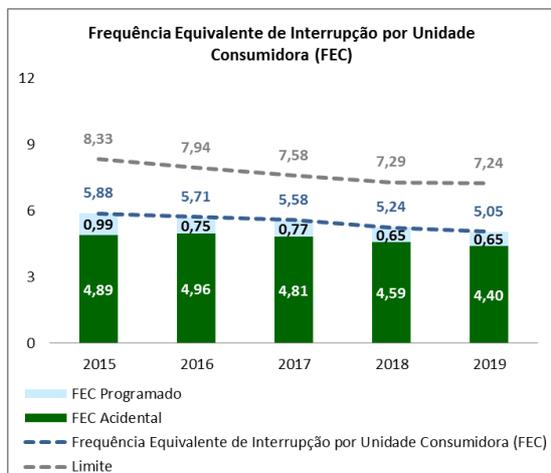
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução contínua do indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 5,05 em 2019. O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), após melhora significativa entre 2016 e 2018, sofreu pequeno incremento em 2019, atingindo o valor de 10,62, o que levou a um índice ligeiramente superior ao limite regulatório neste ano.

Entretanto, a Companhia aumentou seus investimentos em manutenção preventiva a fim de reduzir as interrupções de energia e melhorar a qualidade de atendimento aos seus consumidores, de forma a atender aos índices regulatórios futuros.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2019 foram registrados 10,9 milhões de contatos por meio deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de contatos registrados em 2019 foi de 14,3 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura por meio de mensagens de texto – SMS. Em 2019 foram recebidas 2 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo “Cemig Atende” disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, iOS e Windows Phone, que registrou 16,6 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 3,2 milhões de contatos.

Por meio do site da Cemig e dos aplicativos de serviços, via Facebook e Telegram, o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros.

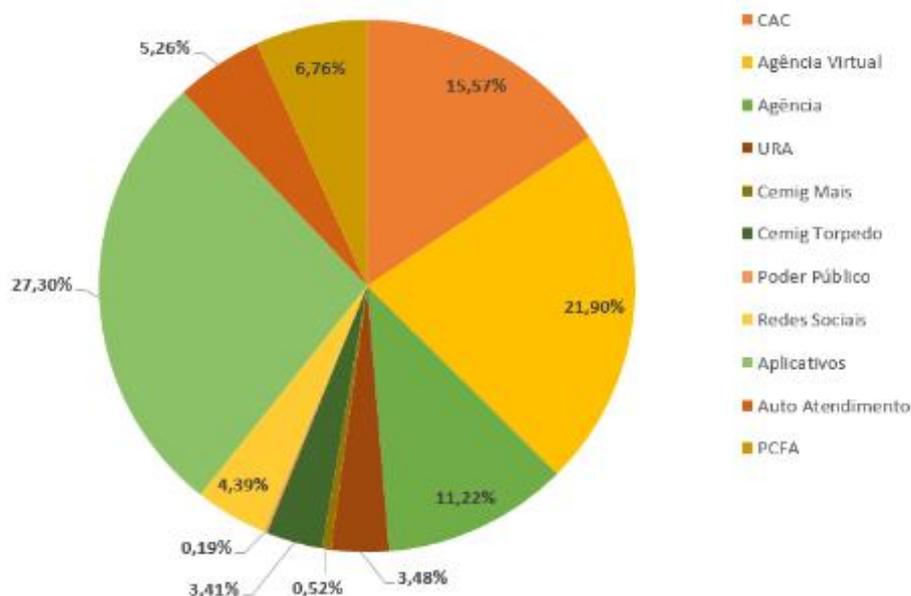
Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O site conta ainda com atendimento segmentado, por meio do qual foram disponibilizadas áreas exclusivas para atendimento a clientes de Geração Distribuída, grandes clientes atendidos em média tensão, projetistas, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2019 mais de 13 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve cerca de 61 milhões de atendimentos em 2019, por meio dos seus diversos canais, o que representa 27% de aumento em relação ao realizado em 2018, que foi de 45,8 milhões de atendimentos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2019:



Satisfação do Consumidor

Em 2019 foi divulgado o resultado do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras referente ao ano de 2018. Com a nota de 68,41, a Companhia avançou 4,04% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (66,10) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (65,62).

Com este resultado, a Cemig D ocupou o quinto lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Em fevereiro de 2020, a Aneel divulgou o resultado da pesquisa que avaliou a satisfação dos clientes das distribuidoras brasileiras referente ao ano de 2019, tendo a Cemig D alcançado a nota 70,58, resultado que supera a meta estabelecida pela Agência e é o melhor obtido pela Companhia desde 2009. Tendo avançado 3,17% na satisfação do cliente em relação ao ano anterior, posicionou-se mais uma vez acima da média Brasil Concessionárias (67,38) e da média da categoria região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (67,78). O período de campo da pesquisa IASC/2019 aconteceu de 31 de julho a 29 de outubro, contando com 27.308 entrevistas em 596 municípios atendidos por 91 concessionárias e permissionárias.

O cumprimento da meta regulatória é resultado de um planejamento da Companhia, envolvendo todos os colaboradores, no qual a Cemig regularizou sua carteira de obras, reduziu os prazos de atendimento e está investindo na expansão e melhoria das suas redes de distribuição. Além disso, os canais de atendimento estão mais eficientes e diversificados, ampliando a comunicação a diversos públicos, de forma mais próxima e humanizada.

INVESTIMENTOS

No ano de 2019 foram investidos R\$986 milhões, R\$26 milhões e R\$223 milhões nos segmentos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, respectivamente.

Os investimentos previstos para o período de 2020-2024 somam o montante de R\$10,4 bilhões. Para 2020, os investimentos previstos são de R\$2 bilhões, dos quais R\$1,7 bilhão será investido na Cemig D, provavelmente o maior investimento para uma concessionária de distribuição no Brasil, sendo:

Investimentos em Geração:

Geração de Energia Elétrica

Em 2019, a usina de Belo Monte iniciou a geração plena de energia, com todas as unidades geradoras em atividades. A Cemig GT, com participação indireta de 11,69% no empreendimento, já investiu aproximadamente R\$1,61 bilhão nesse projeto.

Projeto PCH Poço Fundo: Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

A PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo/MG, faz parte do portfólio da Cemig GT e será transferida para a SPE Cemig Geração Poço Fundo S.A.

Em 2019, a SPE encontrava-se em fase pré-operacional, estruturando-se para a ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo e para a operação e manutenção da usina até o término da concessão.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



As obras de ampliação serão iniciadas em 2020 ao custo aproximado de R\$140 milhões e com previsão de término até 2022.

Investimentos em Transmissão

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu ampliar o programa plurianual de investimentos para a Cemig GT de R\$1,1 bilhão para R\$1,45 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos, e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

Como resultado do processo de aquisição iniciado em 2019, em 13 de janeiro de 2020, foi concluída a aquisição da participação societária de 49% detida pela Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. (Centroeste), objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, realizado em 27/09/2018, pelo valor desembolsado de R\$44.775.496,09. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019 da Companhia.

Investimentos em Distribuição de Energia Elétrica

Os investimentos em distribuição, no ano de 2019, somaram aproximadamente R\$916 milhões.

A Cemig D tem investimentos previstos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R\$6.397 milhões, objetivando a execução de obras na sua concessão. Considerando a depreciação regulatória, prevista para o mesmo período, de aproximadamente R\$4.200 milhões, esta diferença nos investimentos poderá ter como efeito positivo um aumento na base de remuneração regulatória da Cemig D em 2023 e consequente aumento da receita neste período, considerando a compatibilidade dos investimentos, realizados de forma prudente, com o crescimento do mercado, de modo a não afetar a rentabilidade estabelecida na revisão tarifária.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

Expansão do Sistema Elétrico – Subestações e Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, em 2019, foram investidos R\$154 milhões no sistema elétrico de distribuição da Cemig D de alta tensão.

No mesmo período, foram construídas e/ou ampliadas 8 subestações e construídos 40,7 km de linhas de distribuição.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Expansão do sistema elétrico – redes (média e baixa tensão)

A Cemig D realiza os atendimentos às solicitações dos clientes de média e baixa tensão compreendidos nos 774 municípios de sua área de concessão por meio dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD. Este plano é dividido em macroprojetos, que estão relacionados aos diversos segmentos de obras para atendimento às demandas do PDD.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2019 foram realizados aproximadamente R\$144,5 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 528 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 213.203 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de 8.989 unidades consumidoras por meio da extensão de 2.179 km de rede de média e baixa tensão em 2019, perfazendo um total de R\$108 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos R\$151 milhões pela Cemig e R\$180 milhões pelos solicitantes no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão, no ano de 2019. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.654 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que no ano de 2019 houve intervenções em 749 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$91 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. No último ano foram regularizadas 1.727 instalações, com um investimento de R\$15 milhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Investimentos em Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

O investimento da Gasmig em 2018 foi de R\$70,3 milhões, sendo R\$50,1 milhões na expansão da Rede de Distribuição (incluindo a Manutenção e a Operação da RDGN) no Estado de Minas Gerais, R\$6,7 milhões em Telecomunicação / Informática e R\$13,4 milhões em Infraestrutura.

Em 2019, devido à maior atuação no segmento residencial, a sua base de clientes aumentou em 22,85%, passando de 42.301 em 2018, para 51.966 unidades consumidoras.

Ainda em 2019, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$ 43 milhões em investimentos em ativos, principalmente na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, com a construção de 37,67 km de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, e em Juiz de Fora, visando ao atendimento de consumidores dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular.

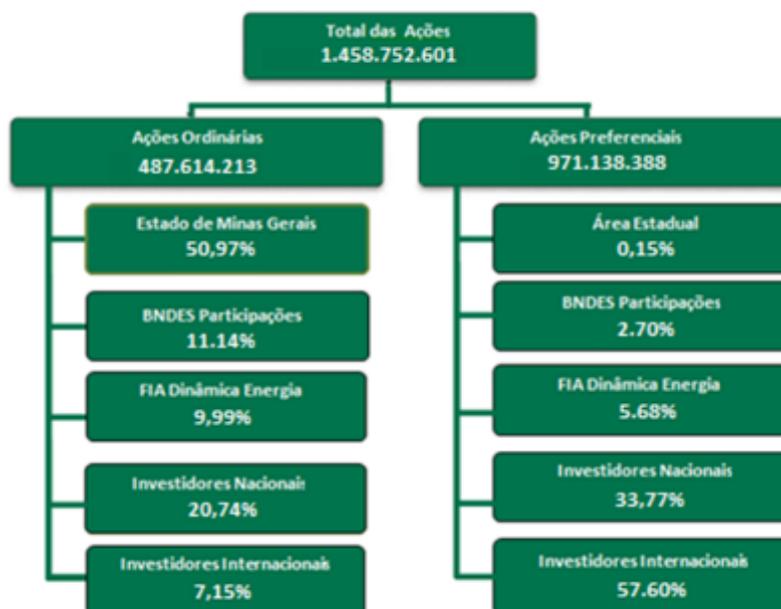
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$7.294 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2018 e 2019, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2018	Fechamento 2019
Cemig PN	CMIG4	R\$	13,86	13,79
Cemig ON	CMIG3	R\$	14,39	15,59
ADR PN	CIG	US\$	3,38	3,34
ADR ON	CIG.C	US\$	3,76	3,90
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	2,98	2,80

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2019, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$33,7 bilhões, com uma média diária de R\$136,1 milhões. Esse volume negociado é 25,10% maior do que o observado no ano anterior e faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

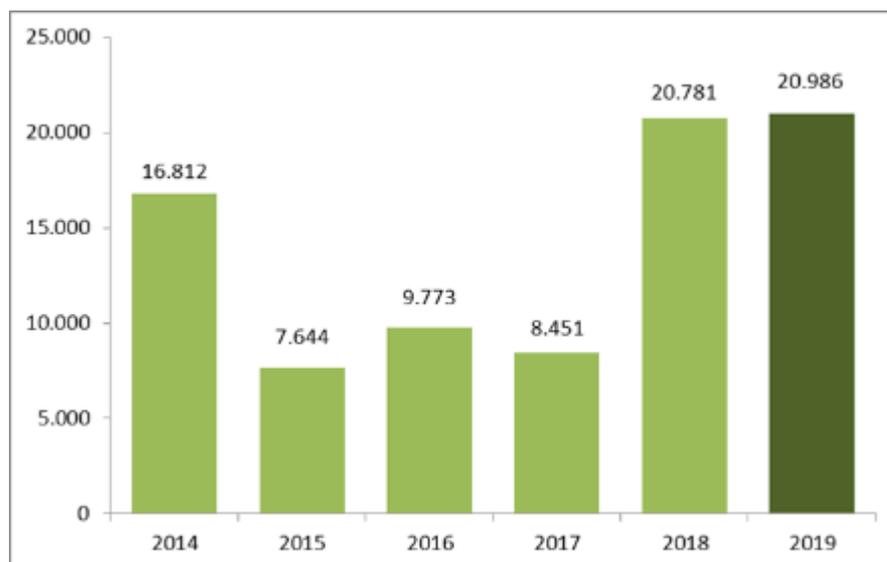
O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2019 foi de US\$12,66 milhões e movimentou US\$3,19 bilhões, patamar 22,22% superior ao de 2018, de US\$2,61 bilhões o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento.

Em termos de desempenho, a empresa foi a mais negociada do setor elétrico na Bovespa. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou o maior volume negociado em 2019.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
2019/2018	4,79%	8,35%	(1,14)%	3,72%	31,58%	55,54%	22,34%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, com um crescimento em relação ao ano anterior de 0,99%.



Fonte - Economática

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2019, no montante de R\$3.127 milhões, e do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$25 milhões.

- R\$764 milhões sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - R\$400 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2020 e a segunda até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de dezembro de 2019;
 - R\$364 milhões na forma de dividendos de 2019, a serem pagos até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



- R\$835 sejam destinados à Reserva de Lucros a Realizar, considerando o resultado líquido positivo em equivalência patrimonial de controladas e coligadas e ainda não realizado financeiramente.
- R\$1.535 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2020, conforme orçamento de capital.
- R\$18 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 9 integrantes efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados, conforme previsto na Lei 13.303/2016. O Estatuto Social contempla mandato unificado de 2 anos, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas. Em 2019, foram realizadas 30 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria, criado com a reforma do Estatuto Social em junho de 2018 e em cumprimento ao disposto na Lei 13.303/2016, é órgão colegiado de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 3 integrantes, com mandato de 3 anos, sendo permitida 1 reeleição. Em 2019, foram realizadas 47 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 2 reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável, às sociedades anônimas, em especial a Lei 6.404/1976, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2019, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de reais:

Serviços	2019	% em relação à auditoria	2018	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	5.657	100,00	4.765	100,00
Serviços Adicionais:				
Auditoria no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	818	14,46	756	15,87
Carta conforto para emissão de instrumentos de dívida	-	-	912	19,14
Total Geral	6.475	114,46	6.433	135,01

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia e à elaboração de carta conforto para emissão de instrumento de dívida, este último somente em 2018, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



No ano de 2019, de forma a dar maior ênfase nas questões que envolvem a gestão de riscos e conformidade, foi criada uma diretoria adjunta de Compliance na Cemig.

Nesse sentido, foi aprovada em 2019, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance, vigente para os exercícios de 2019/2020.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportados periodicamente aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhoria a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após a concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciadores. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciadores.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a CEMIG. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas “3D”: 1) Digitalização, 2) Descarbonização e 3) Descentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências reguladoras.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Em 2019 foram contratados 6 projetos resultantes de um Edital Específico associado aos “3D”, denominado Cemig 4.0, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de Ativos (Distribuição e Geração/Transmissão);
- Recursos energéticos distribuídos.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



A partir de 2015 houve expressivo acréscimo no número de projetos desenvolvidos dentro do Programa de Eficiência Energética da Cemig D, chegando à 76 iniciativas em execução no final do ano de 2018. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Cemig.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém um grande número de projetos em execução, chegando à 44 iniciativas em execução no final do ano de 2019. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Cemig.

Em 2019 o programa investiu valores da ordem de R\$86 milhões em projetos em toda a área de concessão da Cemig D. A empresa também aprovou, através do conselho de administração, o orçamento total de R\$ 457 milhões para o ciclo 2020-2024 para investimento exclusivo em ações de eficiência energética.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social, inovação e geração de oportunidades para o negócio Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, escolas, comunidades de baixa renda e iluminação pública.

Programa de pesquisa & desenvolvimento

Em 2019 a Cemig Distribuição investiu mais de R\$ 54 milhões em 43 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento e aplicação de metodologia de Governança de Dados e construção de arquitetura integrada para formação e gestão da base de dados regulatórios de uma concessionária de Distribuição de Energia;
- Sistema de Gerenciamento de Recursos Energéticos Distribuídos – Sigred;
- Inteligência Artificial Aplicada ao Relacionamento com Clientes;

Já a Cemig Geração e Transmissão executou 28 projetos de P&D, resultando em um investimento de mais de R\$41 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Plataforma de Gestão de Ativos da Cemig Geração e Transmissão;
- Tríxel LT 2017, que se refere a um sistema de inspeção de linhas de transmissão;
- Integridade ecológica de lagoas marginais para conservação da biodiversidade do rio São Francisco

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2019 são:

Programa proximidade: Criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas da Empresa, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros em que especialistas fazem palestras objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios, fazer a preparação inicial do Plano de Ação de Emergências (PAE), além de divulgar as ações ambientais da Cemig conduzidas nos reservatórios das barragens. Outros assuntos como segurança de barragens e convivência segura com o sistema elétrico, também estão entre os temas abordados.

Em 2019, foram realizadas 12 reuniões com presença de 30 dos 38 municípios de interesse convidados, realizando a entrega oficial dos PAEs Externos de 11 barragens, apresentando os estudos de Propagação das Manchas de Inundação para cenários de Ruptura e Cheias excepcionais, com indicativos de determinação de Pontos de Encontro e Rotas de fuga. Em alinhamento com a CEDEC-MG, também desenvolveu e disponibilizou o Aplicativo Proximidade, como ferramenta de gestão de riscos, notificação de alertas e ação de cadastros para uso dos COMPDECs.

Programa de concessão de donativos: Por meio do Programa de Concessão de Donativos, a Cemig concede às instituições filantrópicas que promovem assistência social e saúde, de forma gratuita, até 25% através de dedução na fatura de energia elétrica, após a aplicação da respectiva tarifa vigente, limitado a um teto. Em 2019, 947 entidades foram beneficiadas, totalizando R\$ 6,2 milhões em deduções nas contas de energia das entidades que possuem o benefício.

Programa de subvenção e apadrinhamento: O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Em 2019, 239 instituições receberam aproximadamente R\$66 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2019 do Al6% envolveu a participação de 1.546 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1,16 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 27.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 181 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R\$4,61 milhões. No total, foram destinados R\$5,77 milhões para entidades distribuídas em 95 municípios da área de influência da Empresa.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Programa de Voluntariado Empresarial: O programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você, tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social.

O dia do voluntariado, “Dia V”, é uma data voltada para a mobilização e o incentivo à realização de ações solidárias, que acontece anualmente em uma comunidade previamente selecionada e é feito em parceria com várias empresas do grupo Cemig. Em 2019 a equipe coordenadora do Dia V analisou as necessidades e o trabalho realizado em diversas instituições e selecionou o Instituto BH Futuro, que atua em prol das comunidades carentes do Aglomerado da Serra, composto por oito vilas e população estimada de 40 mil habitantes. Cerca de 1.000 moradores da comunidade contaram com uma programação diversificada para toda as idades, elaborada pela equipe de voluntários a partir do perfil e das demandas da região. Foram arrecadadas mais de 2 toneladas de roupas, calçados, acessórios e brinquedos.

Em 2019 participaram das ações 554 voluntários, totalizando 6.906 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A CEMIG conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

Na Cultura a Cemig investiu em 70 projetos com o recurso de cerca de R\$30 milhões. A Cemig patrocina os grandes nomes da cultura mineira: Fundação Clóvis Salgado, Instituto Inhotim, Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Grupo Galpão, Grupo Corpo, entre outros expoentes da cultura mineira. A Cemig vai investir R\$ 4,5 milhões somente em projetos de proteção e preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais. Os investimentos contemplam museus e equipamentos culturais mantidos pela), bens tombados e igrejas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Saúde

A CEMIG destinou R\$12 milhões no aprimoramento do atendimento às comunidades atendidas pelas instituições, em diferentes regiões de Minas Gerais, destacando-se o apoio a instituições hospitalares filantrópicas em Minas Gerais e cerca de 220 programas sociais.

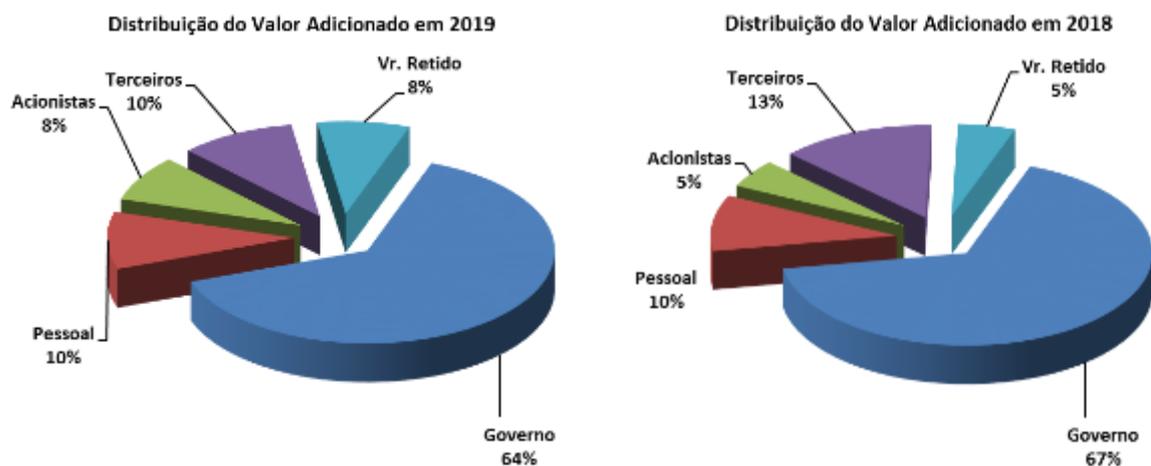
Esportes

Em 2019, o total investido em Esportes foi da ordem de R\$4,4 milhões. Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

Para a Cemig, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.”

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R\$19.395 milhões de valor adicionado em 2019 em comparação a R\$17.343 milhões em 2018.



Recursos Humanos

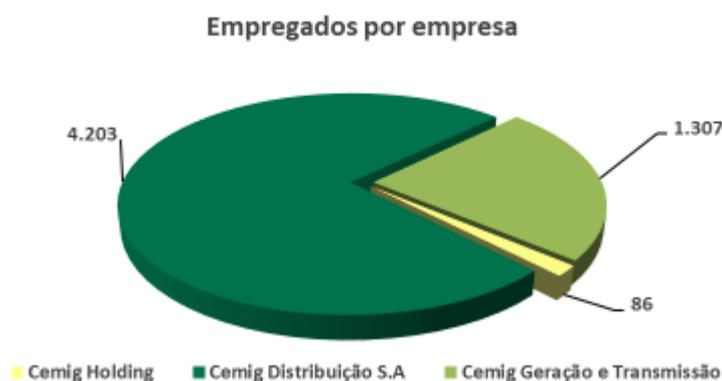
A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Na busca de incorporação de novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 7.860 empregados em 2015 para 5.596 em 2019, conforme apresentado no gráfico a seguir:

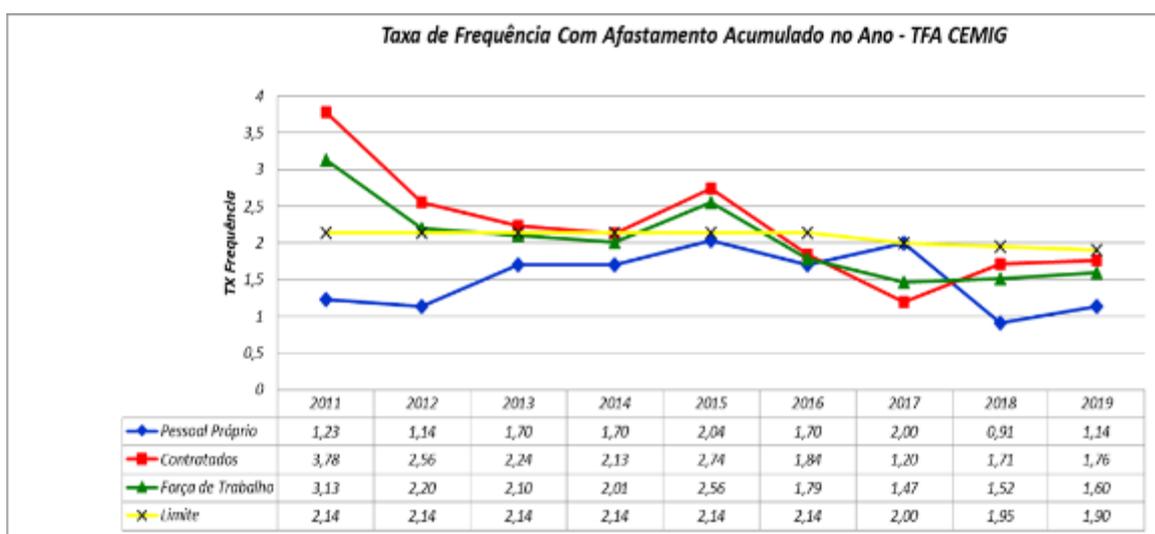


Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O indicador corporativo medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo os menores índices historicamente já registrados na Companhia. Apesar do aumento da taxa de acidentes em 2019 em relação a 2018, a Cemig considera que as contínuas ações e investimentos em segurança do trabalho permitirão manter reduzidas as taxas para toda a força de trabalho nos próximos anos.



Covid-19 – Medidas de precaução aos empregados

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e de eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico e também com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Nesse contexto, a universidade corporativada Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

A UniverCemig buscou a capacitação profissional de 223 novos empregados próprios, sendo 72 eletricitistas, 2 mantenedores, 137 técnicos e 12 engenheiros e capacitou 220 técnicos de inspeção de unidades consumidoras terceirizados.

A capacitação profissional dos novos empregados e também os treinamentos de requisitos legais, principalmente a reciclagem bienal das normas NR10 e NR35, realizados em 2019, foram responsáveis por aumentos de 52,63% e 56,55%, respectivamente, no número de participações em treinamentos técnicos presenciais e do indicador homem-hora de treinamentos se comparados aos números de 2018.

Outro indicador que teve um grande incremento, se comparado ao ano anterior, foi a média de horas de treinamento presencial por empregado próprio que saltou de 38,31 horas em 2018 para 56,52 horas em 2019.

Em 2019, foram viabilizadas 11.422 participações em treinamentos técnicos presenciais para empregados próprios e 5.178 participações para empregados de outras empresas. No total, foram 466.712 homem-hora treinados, sendo 316.260 relativos aos empregados próprios e 150.452 relativos a outras empresas.

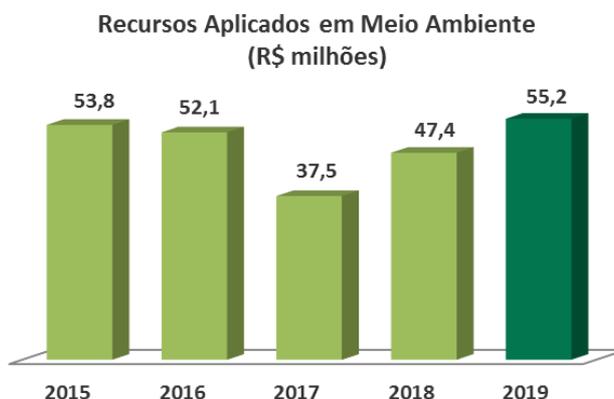
No tocante aos treinamentos na modalidade à distância (EAD), a UniverCemig viabilizou 16.089 participações, totalizando 38.456 homem-hora treinados, para seus empregados, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

Meio Ambiente

Em 2019, a Cemig totalizou R\$55,2 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. Dentre as três frentes de investimento, cabe destacar os recursos destinados ao gerenciamento de resíduos, R\$641 mil; aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, R\$22,5 milhões; e investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais, R\$32 milhões. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Recursos Hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso. É um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactado por ações antrópicas e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a gestão e a conservação da água sejam assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A operação de reservatórios que a Cemig utiliza para geração de energia hidrelétrica implica, essencialmente, a consideração dos usos múltiplos da água por outros usuários da bacia hidrográfica, o que, por sua vez, leva à necessidade de considerar uma série de restrições de caráter ambiental, de segurança, sistemas de irrigação, abastecimento humano, hidrovias, pontes, entre outras, rigidamente respeitadas pela Cemig. Em períodos de estiagem severa, como o atual, vividos desde 2013, o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para os demais usos desse recurso.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios.

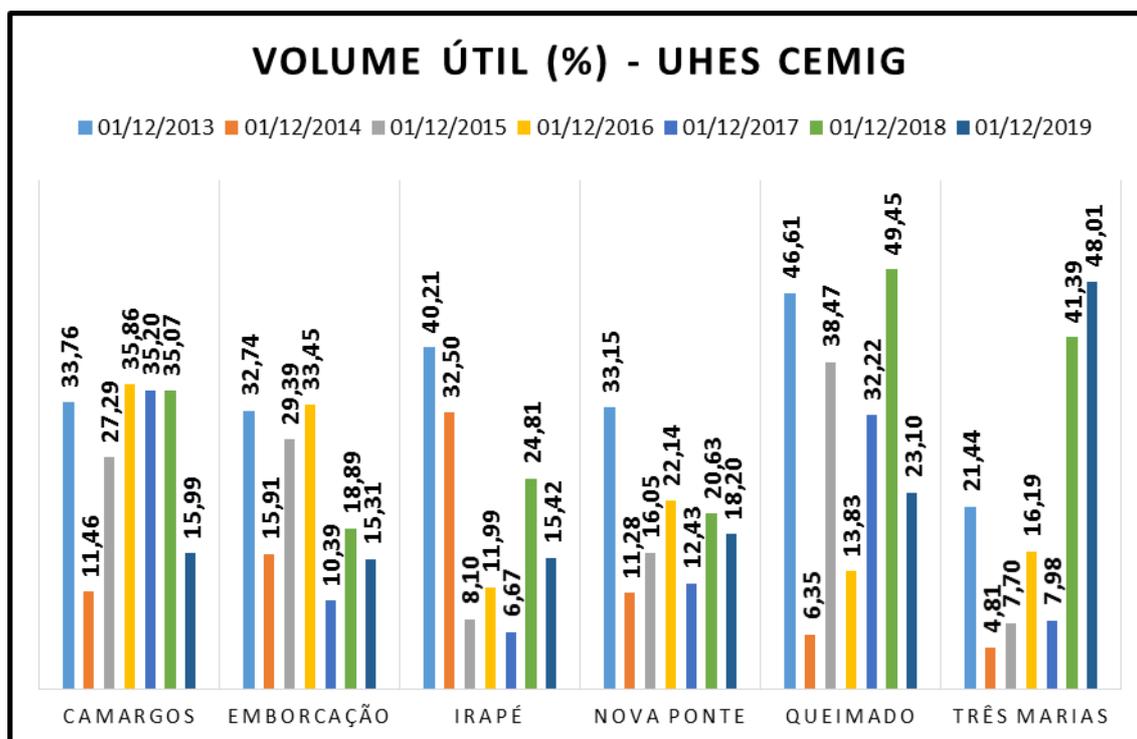
A Cemig, considerando a natureza de suas operações, participa ativamente em colegiados de decisão e fóruns, acompanhando e propondo decisões mais adequadas ao setor elétrico, conciliando com os múltiplos usos das bacias hidrográficas, tais como os Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2019, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Segurança de Barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens, e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Periodicamente são feitos treinamentos internos desses planos de ação de emergência – PAEs.

A Cemig manteve em 2019, a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, especificamente, os COMPDECS - coordenadorias municipais de proteção e defesa civil. Trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 e Resolução Normativa Aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência. Isto posto, o documento foi segregado em dois públicos alvos:

- PAE interno: onde todos os procedimentos de detecção, prevenção e correção a serem adotados em situação de emergência estão descritos para que o corpo técnico envolvido possa tomar as decisões de maneira mais adequada e ágil, tentando ao máximo preservar a estrutura do barramento e evitar o acidente;
- PAE externo: onde são desenhadas as interfaces entre a empresa e o público externo durante as situações de emergências detectadas.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 696/2015, os PAEs internos vem sendo tratados pelas gerências internas da empresa responsáveis pela operação e manutenção das usinas hidrelétricas e sendo disponibilizados aos empreendimentos e equipe técnica de segurança de barragens e manutenção civil. Os PAEs externos devem estar disponíveis nos empreendimentos, nas prefeituras envolvidas, bem como junto às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

O documento externo foca em apresentar o risco de inundação causado por cheias ordinárias e por possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Em alinhamento com a CEDEC MG, em cumprimento à legislação, a empresa realizou em 2019 reuniões de “Cultura de Emergência e Prontidão - Preparação ao PAE Externo - Planos de Ações de Emergências”, junto aos COMPDECs - Conselhos Municipais de Proteção e Defesa Cívica. Foram realizadas as últimas 9 reuniões para os municípios que não foram abordados em 2018 e foram sensibilizados 24, dos 33 últimos municípios de interesse convidados, com participação de cerca de 70 agentes de Defesa Civil.

Ainda em 2019, foram realizadas 12 reuniões com a presença de 30 dos 38 municípios de interesse convidados, realizando a entrega oficial dos PAEs Externos de 11 barragens, apresentando os estudos de Propagação das Manchas de Inundação para cenários de Ruptura e Cheias excepcionais, com indicativos de determinação de PE - Pontos de Encontro e RF - Rotas de fuga. O programa também desenvolveu e disponibilizou um aplicativo para smartphones, como ferramenta de gestão de riscos, notificação de alertas e ação de cadastros para uso das COMPDECs.

Para melhorar a percepção do risco e permitir que os planos de contingência municipais sejam desenvolvidos com melhor conteúdo técnico, a Cemig, por meio de empresa especializada contratada, realizou levantamentos de topografia, para o processo de elaboração de base cartográfica do vale a jusante de 43 usinas hidrelétricas e para utilização em modelos computacionais de propagação hidráulica de oito cenários de vazões para subsidiar a elaboração de planos de ações emergenciais para ruptura de barragens e cheias naturais.

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação. Além disso, o Programa Proximidade disponibilizou um aplicativo móvel de relacionamento com a população e com as COMPDECs. Além de informações hidrológicas e operacionais de usinas da CEMIG, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Gestão de Resíduos

No período de janeiro a dezembro de 2019, foram encaminhadas para destinação final 79,2 mil toneladas de resíduos industriais: 99,5% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 0,18% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 0,28% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Em 2019, foram gastos R\$133 mil com a destinação de 224 toneladas de resíduos sólidos impregnados com óleo, solventes, EPIs, resíduos de fibra e lã de vidro, lodo de fossa séptica, resíduos de amianto e contaminados por PCBs e óleo mineral isolante, representando decréscimo de 100% em massa em relação ao ano anterior. Foram destinadas 7,6 toneladas de lâmpadas para descontaminação e reciclagem.

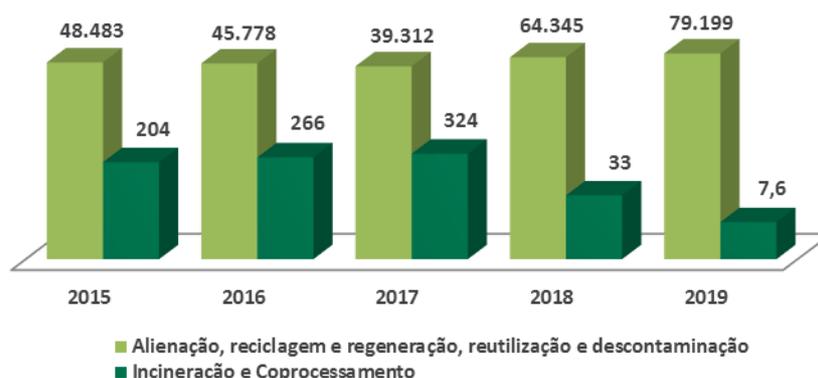
Do total de resíduos oleosos destinados, foram regeneradas e reutilizadas pela Empresa 132,3 toneladas de óleo mineral isolante.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Todas essas manobras de destinação dos resíduos possuem comprovações por meio dos certificados de destinação final dos resíduos.

Destinação final de resíduos (t)



Programas para a Ictiofauna

Em 2007 a Cemig criou o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade. As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: (a) Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; (b) Pesquisa e Desenvolvimento, que amplia o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporcionam subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e (c) Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes - uma que visa a preservação das populações de peixes no Estado de Minas Gerais, mediante o financiamento e apoio à realização de projetos de pesquisa, e a outra focada na formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig. A adoção de critérios científicos para tomada de decisão, o estabelecimento de parcerias com outras instituições e a modificação de práticas adotadas como resultado das informações geradas são os princípios que norteiam o trabalho da equipe do Peixe Vivo.

Durante o ano de 2019 foram executados 7 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 49 trabalhos relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo, apresentando resultados dos projetos em andamento e de projetos que já encerraram. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do peixe vivo em 2019, envolveram um total de 50 pessoas de instituições de ensino e pesquisa.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



A equipe do Programa Peixe Vivo avalia os riscos potenciais à ictiofauna da operação das usinas hidrelétricas por meio de monitoramentos periódicos e monitoramentos prévios às manobras de manutenção e/ou operação das usinas, para avaliar a densidade de peixes e as condições ambientais à jusante de usinas hidrelétricas. Desde sua criação, o desenvolvimento e utilização da metodologia de avaliação de risco à ictiofauna garantiu uma redução de 75,7% da média mensal de biomassa afetada, considerando o cenário atual do quadro de usinas da Cemig.

Licenciamento ambiental

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa a garantir que sua expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a Política Ambiental da Companhia.

O licenciamento ambiental pode ter caráter preventivo (no caso de empreendimentos novos) ou corretivo (empreendimentos instalados antes da obrigatoriedade do licenciamento ambiental).

O índice de licenciamento ambiental dos empreendimentos da Cemig GT e suas subsidiárias integrais, passíveis de regularização, é da ordem de 77%, estando os demais 23% atualmente em fase de obtenção das respectivas licenças.

Em 2019, foram obtidas 9 licenças e autorizações de regularização de projetos da Cemig D, na categoria de Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental - DAIA. Todos os processos supracitados foram regularizados nas regionais do Instituto Estadual de Florestas – IEF, distribuídas pelo Estado de Minas Gerais.

Relativo ao gás natural, a distribuição realizada pela Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”), por meio de gasodutos em Minas Gerais, também está sujeita a controle ambiental. Todas as licenças necessárias à operação regular das atividades da Gasmig foram obtidas e estão válidas.

Os riscos relativos ao processo de licenciamento ambiental estão descritos no Formulário de Referência e no Form 20-F.

O Mercado de Carbono

Acreditamos que o Brasil tem potencial significativo para gerar créditos de carbono decorrentes de projetos de energia limpa que observam o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), ou os Mercados Voluntários. Todo ano, a Companhia busca quantificar suas emissões e publicar suas principais iniciativas na redução da emissão de gás carbônico, por exemplo, através do Projeto de Emissão de Carbono.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O Grupo Cemig participa de projetos de MDL registrados na United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC, incluindo sete PCHs com capacidade de 116 MW e duas usinas hidrelétricas com capacidade de geração combinada de 3.708 MW, e uma usina solar com capacidade de 3 MW. Já foi concluído o processo de verificação e emissão de parte dos créditos de carbono da PCH Cachoeirão e das UHEs Baguari e Santo Antônio que corresponde a cerca de 1.402 toneladas de emissões de CO2 evitadas através deste programa.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2019, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Troféu Transparência



A Cemig foi premiada pelo 15º ano com o Troféu Transparência. A iniciativa é fruto da parceria da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI / FEA-USP) e a Serasa Experian. A Cemig foi reconhecida pela clareza nas demonstrações financeiras e pela qualidade das informações divulgadas na categoria “Empresas de Capital Aberto com Faturamento acima de R\$ 5 bilhões”. As empresas vencedoras foram escolhidas de forma independente pelos alunos dos cursos de mestrado e doutorado da FEA/USP/Fipecafi, após a análise de mais de 2 mil demonstrações financeiras.

Índice Dow Jones de Sustentabilidade



Pelo 20º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2019/2020. O índice funciona como o indicador global de performance financeira e atesta o objetivo da Cemig de prospectar e implantar novos negócios e aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial. A nova composição do DJSI World reúne 318 empresas de 27 países, selecionadas a partir de um conjunto de 2.296 empresas de 58 setores econômicos.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – ISE



A Cemig garantiu a manutenção da integração na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo 15º consecutivo, graças às práticas sustentáveis fortalecidas pela empresa. O ISE é composto por ações de empresas brasileiras e baseia-se em governança corporativa, eficiência econômica, cuidados em relação ao meio ambiente e responsabilidade social. A integração no ISE reconhece os intensos esforços da Companhia em desenvolver soluções sustentáveis e alinhadas com a preservação do meio ambiente.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas

A Cemig recebeu o Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2019, promovido pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM) e pela plataforma Negócios da Comunicação. O prêmio avalia a qualidade e a transparência de companhias e agências de comunicação no atendimento à imprensa. O atendimento à imprensa da Cemig, ocorre 24 horas por dia, inclusive aos fins de semana e feriados.

Prêmio Mário Bhering



A Cemig recebeu o 3º Prêmio Mário Bhering na categoria “Iniciativas de Preservação do Setor”, concedido pelo Centro da Memória da Eletricidade do Brasil. A premiação foi concedida à empresa pelo projeto de reabertura do Museu Marmelos Zero, que completou 130 anos em 2019 e guarda a história da primeira hidrelétrica da América do Sul, localizada em Juiz de Fora (MG).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2019			2018		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	25.390.306			22.266.217		
Resultado Operacional (RO)	3.109.384			2.874.213		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.271.518			1.410.491		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	82.546	6,49	0,33	84.075	5,96	0,38
Encargos sociais compulsórios	336.812	26,49	1,33	300.009	21,27	1,35
Previdência privada	91.541	7,20	0,36	80.314	5,69	0,36
Saúde	53.488	4,21	0,21	48.105	3,41	0,22
Segurança e medicina no trabalho	22.382	1,76	0,09	22.986	1,63	0,10
Educação	1.001	0,08	-	1.243	0,08	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	28.041	2,21	0,11	22.419	1,53	0,10
Creches ou auxílio-creche	1.841	0,14	0,01	3.371	0,24	0,02
Participação nos lucros ou resultados	110.356	8,68	0,43	3.569	0,25	0,02
Outros	17.402	1,37	0,07	14.433	1,02	0,06
Total - Indicadores Sociais Internos	745.410	58,63	2,94	580.524	41,15	2,62
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	20.030	0,64	0,08	1.370	0,05	0,01
Cultura	24.787	0,80	0,10	10.570	0,37	0,05
Saúde e saneamento	2.049	0,07	0,01	1.838	0,07	0,01
Esporte	4.982	0,16	0,02	4.035	0,14	0,02
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	100.492	3,23	0,40	25.999	0,92	0,12
Total das Contribuições para a Sociedade	152.340	4,90	0,61	43.812	1,55	0,20
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.505.603	402,19	49,25	11.663.617	413,26	52,38
Total – Indicadores Sociais Externos	12.657.943	407,09	49,86	11.707.429	414,81	52,58
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	31.623	1,02	0,12	86.245	3,06	0,39
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	31.623	1,02	0,12	86.245	3,06	0,39
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional	2019			2018		
Nº de empregados (as) ao final do período	5.596			6.083		
Nº de admissões durante o período	272			332		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	218			316		
Nº de estagiários (as)	185			242		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1.420			1.352		
- 2º Grau	4.235			4.371		
- 1º Grau	103			141		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.635			3.232		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	783			805		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	55,50			39,06%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	291			302		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1,54			4,11		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	188			188		

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2019	
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia		31,13	
Número total de acidentes de trabalho, considerar empregados próprios		72	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não apoia	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na Companhia __ ND __	no Procon 71	na Justiça 7.666
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na Companhia __ ND __%	no Procon 46,48%	na Justiça 26,23%
7) Outras Informações		2019	
Investimentos em questões ambientais		31.623.083,00	
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios		43 reservatórios e 236 estações de coleta	
Resíduos e materiais inservíveis		79 mil toneladas	
Óleo mineral regenerado pela empresa		132 toneladas	
Receita com as vendas dos resíduos		14.852.735,18	

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretoria Cemig Distribuição
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretoria Cemig Geração e Transmissão
Daniel Faria Costa	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Luciano de Araújo Ferraz	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente)	Germano Luiz Gomes Vieira (majoritário)
Marco Aurélio de Barcelos Silva (majoritário)	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	vago (majoritário)
Rodrigo de Mesquita Pereira (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Motta
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Wantuil Dionísio Teixeira (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira (majoritário)	Não há
Cledorvino Belini (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Romeu Donizete Rufino (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialista)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritário)	Não há
vago (minoritários)	Não há
Marco Aurélio Dumont Porto (representantes dos empregados)	Não há

RELAÇÕES COM INVESTIDORES**Superintendência de Relações com Investidores**

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônicoSite: www.cemig.com.brE-Mail: ri@cemig.com.br

Notas Explicativas**SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	32
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	35
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	41
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	45
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	45
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	46
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	47
10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO.....	48
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	50
12. FUNDOS VINCULADOS.....	52
13. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	53
14. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	54
15. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	54
16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	55
17. ATIVOS DE CONTRATO.....	61
18. INVESTIMENTOS.....	64
19. IMOBILIZADO.....	83
20. INTANGÍVEIS.....	85
21. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	88
22. FORNECEDORES.....	90
23. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	90
24. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	92
25. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	97
26. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	97
27. PROVISÕES.....	103
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	113
29. RECEITA.....	121
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	125
31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	128
32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	128
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	133
34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	147
35. SEGUROS.....	150
36. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	151
37. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D.....	152
38. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	152
39. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	153



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	535.757	890.804	64.356	54.330
Títulos e valores mobiliários	7	740.339	703.551	185.211	80.781
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	4.523.540	4.091.722	194	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	16	1.079.743	1.070.384	-	-
Ativos de contrato	17	171.849	130.951	-	-
Tributos compensáveis	9	98.804	124.183	248	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	621.302	386.668	-	41.274
Dividendos a receber	18	185.998	119.743	1.726.895	945.584
Fundos vinculados	12	12.337	90.993	129	129
Estoques		39.352	35.619	10	10
Contribuição de iluminação pública		164.971	149.098	-	-
Adiantamento a fornecedores		40.081	6.785	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	15	96.776	90.845	-	-
Subvenção baixa renda		29.582	30.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33b	234.766	69.643	-	-
Outros		304.100	358.820	15.737	13.801
		8.879.297	8.350.041	1.992.780	1.144.742
Ativos classificados como mantidos para venda	34	1.258.111	19.446.033	1.258.111	1.573.967
TOTAL DO CIRCULANTE		10.137.408	27.796.074	3.250.891	2.718.709
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	13.342	108.683	454	10.691
Adiantamento a fornecedores		-	87.285	-	-
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	8	77.065	80.889	-	-
Tributos compensáveis	9	6.349.352	242.356	491.487	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	227.913	5.516	224.846	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11c	2.429.789	2.146.863	680.731	809.270
Depósitos vinculados a litígios	14	2.540.239	2.501.512	310.065	326.345
Instrumentos financeiros derivativos	33b	1.456.178	743.692	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	13	115.202	245.566	115.202	245.566
Ativos financeiros e setoriais da concessão	16	4.850.315	4.927.498	-	-
Ativos de contrato	17	1.832.380	1.597.996	-	-
Investimentos	18	5.399.391	5.234.578	12.631.091	12.405.706
Imobilizado	19	2.450.125	2.661.585	1.546	2.250
Intangível	20	11.624.471	10.777.191	4.175	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	21a	276.824	-	3.330	-
Outros		147.058	697.389	38.407	35.756
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.789.644	32.058.599	14.501.334	13.847.782
TOTAL DO ATIVO		49.927.052	59.854.673	17.752.225	16.566.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	2.079.891	1.801.252	2.705	9.285
Encargos regulatórios	25	456.771	514.412	4.624	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		212.220	78.759	10.235	4.813
Impostos, taxas e contribuições	23	358.847	409.825	92.640	45.014
Imposto de renda e contribuição social	11b	133.868	112.063	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	28f	744.591	863.703	742.519	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24	2.746.249	2.197.566	-	-
Salários e contribuições sociais		200.044	283.730	10.662	17.446
Contribuição de iluminação pública		251.809	281.362	-	-
Obrigações pós-emprego	26	287.538	252.688	23.747	13.774
Operações de arrendamento mercantil	21b	85.000	-	1.646	-
Adiantamento de clientes	8	-	79.405	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas		8.395	-	6.418	408.114
Outras obrigações		347.228	246.580	5.078	12.084
		7.912.451	7.121.345	900.274	1.377.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	34	-	16.272.239	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.912.451	23.393.584	900.274	1.377.621
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	25	147.266	178.525	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24	12.029.782	12.574.262	48.252	45.081
Impostos, taxas e contribuições	23	883	29.396	91	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	661.057	728.419	-	-
Provisões	27	1.888.064	640.671	223.427	64.204
Obrigações pós-emprego	26	6.421.156	4.735.656	689.761	495.677
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	23	4.193.329	1.123.680	-	-
Instrumentos financeiros derivativos – opções	33b	482.841	419.148	-	-
Operações de arrendamento mercantil	21b	202.747	-	1.833	-
Outras obrigações		96.611	92.005	1.972	5.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.123.736	20.521.762	965.336	610.151
TOTAL DO PASSIVO		34.036.187	43.915.346	1.865.610	1.987.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28	7.293.763	7.293.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		8.750.051	6.362.022	8.750.051	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.406.920)	(1.326.787)	(2.406.920)	(1.326.787)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		15.886.615	14.578.719	15.886.615	14.578.719
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	28	4.250	1.360.608	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.890.865	15.939.327	15.886.615	14.578.719
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.927.052	59.854.673	17.752.225	16.566.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	25.390.306	22.266.217	186.467	3.862
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia elétrica comprada para revenda		(11.286.174)	(11.084.194)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.426.278)	(1.479.414)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.435.728)	(1.238.085)	-	-
		(14.148.180)	(13.801.693)	-	-
OUTROS CUSTOS					
Pessoal e administradores	30	(1.001.762)	(1.098.250)	-	-
Materiais		(73.872)	(81.414)	-	-
Serviços de terceiros		(1.042.989)	(912.647)	-	-
Depreciação e amortização		(814.783)	(760.720)	-	-
Provisões operacionais		(1.213.759)	(40.054)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(1.199.698)	(897.490)	-	-
Outros		(103.630)	(84.924)	-	-
		(5.450.493)	(3.875.499)	-	-
CUSTO TOTAL		(19.598.673)	(17.677.192)	-	-
LUCRO BRUTO		5.791.633	4.589.025	186.467	3.862
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	30	(237.733)	(264.416)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(641.810)	(671.923)	(72.715)	(78.996)
Despesas com Provisões Operacionais		(949.614)	(167.232)	(188.461)	(59.677)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(1.051.181)	(639.464)	(66.084)	(62.502)
		(2.880.338)	(1.743.035)	(327.260)	(201.175)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	125.351	(103.549)	2.834.411	1.719.540
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	34	72.738	-	72.738	-
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	18	-	(119.117)	-	(198.811)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	18	-	(127.427)	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.109.384	2.495.897	2.766.356	1.323.416
Receitas Financeiras	31	3.206.850	1.705.679	272.753	9.548
Despesas Financeiras	31	(1.846.573)	(2.224.161)	(26.690)	(22.965)
Resultado antes dos impostos		4.469.661	1.977.415	3.012.419	1.309.999
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11d	(1.454.341)	(583.273)	(5.707)	39.432
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11d	(111.314)	(15.851)	(103.381)	43.191
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		2.904.006	1.378.291	2.903.331	1.392.622
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	34	224.067	363.422	224.067	307.477
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		2.903.331	1.377.530	2.903.331	1.392.622
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	34	224.067	322.569	224.067	307.477
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		3.127.398	1.700.099	3.127.398	1.700.099
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	28	675	761	-	-
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	40.853	-	-
		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Lucro básico e diluído por ação preferencial	28	2,14	1,17	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação ordinária	28	2,14	1,17	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações em continuidade	28	1,99	0,95	1,99	0,95



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações em continuade	28	1,99	0,95	1,99	0,95
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações descontinuadas	28	0,15	0,22	0,15	0,21
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações descontinuadas	28	0,15	0,22	0,15	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.599.049)	(702.153)	(176.235)	(22.422)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	543.676	239.390	59.919	7.624
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(939.057)	(447.965)
Outros	48	-	52	-
	(1.055.325)	(462.763)	(1.055.321)	(462.763)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à conversão de operações no exterior	-	-	-	(175)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	(175)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.072.748	1.278.775	2.072.077	1.237.161
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.072.077	1.237.161	2.072.077	1.237.161
Participação dos acionistas não-controladores	671	41.614	-	-
	2.072.748	1.278.775	2.072.077	1.237.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327
Participação de não controladores (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(1.356.791)	(1.356.791)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.127.398	3.127.398	675	3.128.073
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.055.321)	-	(1.055.321)	(4)	(1.055.325)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(24.812)	24.812	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	18.256	-	(18.256)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,52 por ação)	-	-	-	-	(764.181)	(764.181)	(238)	(764.419)
Reserva de lucros a realizar	-	-	834.603	-	(834.603)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.535.170	-	(1.535.170)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7.293.763	2.249.721	8.750.051	(2.406.920)	-	15.886.615	4.250	15.890.865

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	(126.996)	-	-	(126.996)	-	(126.996)
Dividendos de exercícios anteriores prescritos	-	-	-	-	-	42.464	42.464	-	42.464
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	-	-	-	-	-	(157.266)	(157.266)	-	(157.266)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.601.578	(836.522)	(114.802)	14.084.188	4.150	14.088.338
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.315.195	1.315.195
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.700.099	1.700.099	41.614	1.741.713
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(462.938)	-	(462.938)	-	(462.938)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(27.327)	42.497	15.170	-	15.170
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	-	9.237	-	(9.237)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,59 por ação)	-	-	-	-	-	(867.350)	(867.350)	(351)	(867.701)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	751.207	-	(751.207)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		2.904.006	1.378.291	2.903.331	1.392.622
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		224.067	363.422	224.067	307.477
Lucro líquido do exercício		3.128.073	1.741.713	3.127.398	1.700.099
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Lucro líquido do exercício de acionistas não controladores		(675)	(41.614)	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11c	111.314	15.851	103.381	(43.191)
Depreciação e amortização	19, 20 e 21	958.234	849.093	4.525	7.396
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível	16, 17, 19 e 20	127.835	62.148	573	468
Perda por redução ao valor recuperável de intangível	20	21.684	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato	17	2.665	42.029	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	18	(125.351)	103.549	(2.834.411)	(1.719.540)
Dividendos declarados por investida classificada como mantida para venda	34	(72.738)	-	(72.738)	-
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas		-	119.117	-	198.811
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos		-	127.427	-	-
Receita de Indenização da Geração	16	-	(55.009)	-	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	16 e 17	(505.507)	(585.382)	-	-
Juros e variações monetárias		1.189.777	1.206.652	(20.018)	(25.417)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS, incluindo atualização financeira	10	(2.951.789)	-	(481.069)	-
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	24	225.992	582.193	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	24	37.616	32.907	173	434
Provisões operacionais e perdas estimadas	30d	2.401.106	466.768	188.461	59.677
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções		(997.858)	(893.301)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	16	(57.988)	(1.973.064)	-	-
Obrigações pós-emprego	26	464.554	405.111	46.796	43.980
Outros		(22.967)	(47.875)	1.845	-
		3.933.977	2.158.313	64.916	222.717
(Aumento) Redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(665.727)	(391.152)	5.619	23.454
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	16	362.469	908.604	-	-
Tributos compensáveis		(11.699)	38.407	4.640	(4.839)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(71.267)	614.963	16.698	(3.336)
Depósitos vinculados a litígios		10.975	(109.315)	33.820	(29.657)
Dividendos recebidos	18	282.580	311.471	830.525	801.521
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	16 e 17	373.332	1.704.007	-	-
Adiantamento a fornecedores		53.989	28.850	-	-
Outros		(28.730)	48.308	(7.709)	7.244
		305.922	3.154.143	883.593	794.387
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		278.639	(553.445)	(6.580)	(79)
Impostos, taxas e contribuições		(162.319)	(291.037)	44.376	39.173
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.432.536	(5.962)	5.707	-
Salários e contribuições sociais		(83.686)	76.639	(6.784)	6.374
Encargos regulatórios		(88.900)	(69.553)	(1.047)	5.671
Adiantamento de clientes		(80.862)	(153.357)	-	-
Obrigações pós-emprego	26	(343.253)	(307.034)	(18.974)	(16.448)
Instrumentos Financeiros Derivativos – Opções de Venda	33	-	(555.590)	-	(555.590)
Outros		6.210	(164.005)	(22.015)	70.051
		958.365	(2.023.344)	(5.317)	(450.848)
Caixa gerado pelas atividades operacionais em continuidade					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	24	(1.264.800)	(1.290.348)	-	(894)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas pagos		-	-	(24.578)	-
Juros sobre arrendamentos pagos	21	(5.150)	-	(127)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.767.409)	(649.966)	(102.869)	(76.095)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap), pagos		100.107	37.330	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em continuidade		2.261.012	1.386.128	815.618	489.267
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais descontinuadas	34	(224.067)	(378.316)	(224.067)	(378.316)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.036.945	1.007.812	591.551	110.951



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		79.030	275.903	(64.919)	(25.775)
Fundos vinculados		78.656	15.234	-	87.746
Em investimentos					
Investimentos – aquisição de participação	18	-	(109.006)	-	(103.788)
Aporte em investidas	18	(38.265)	(240.189)	(19.434)	(1.109.127)
Alienação de investimentos		-	-	-	423.163
Caixa oriundo de incorporação	38	-	69.987	22.444	-
Mútuo com partes relacionadas		(6.418)	-	(6.418)	-
Em imobilizado	19	(70.390)	(76.998)	(45)	(25)
Em intangível e ativos de contrato – infraestrutura de distribuição de energia e gás	17 e 20	(1.856.308)	(800.395)	(13)	(195)
Caixa líquido gerado (consumido em atividades de investimento das operações em continuidade)		(1.813.695)	(865.464)	(68.385)	(728.001)
Caixa líquido gerado em atividades de investimento das operações descontinuadas	18 e 34	625.000	654.461	625.000	654.461
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.188.695)	(211.003)	556.615	(73.540)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos líquidos	24	4.476.722	2.989.753	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	28f	(701.137)	(508.765)	(735.284)	(508.703)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	(400.000)	400.000
Aumento de capital		-	109.550	-	109.550
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	24	(4.883.218)	(3.526.800)	-	(22.600)
Arrendamentos pagos	21	(95.664)	-	(2.856)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.203.297)	(936.262)	(1.138.140)	(21.753)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(355.047)	(139.453)	10.026	15.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	890.804	1.030.257	54.330	38.672
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	6	535.757	890.804	64.356	54.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2019		2018		2019		2018	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	34.607.575		33.052.902		4.485		4.498	
Receita de construção de distribuição	979.308		801.778		-		-	
Receita de construção de transmissão	220.390		95.712		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	318.266		321.427		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	17.839		325		-		-	
Receita de indenização de transmissão	155.013		250.375		-		-	
Receita de indenização de geração	-		55.332		-		-	
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 10)	1.427.786		-		-		-	
Investimento em imobilizado	25.012		42.767		-		-	
Outras receitas, líquidas	71.161		55.299		-		-	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(237.733)		(264.416)		-		-	
	37.584.617		34.411.501		4.485		4.498	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(12.311.849)		(12.140.162)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.592.178)		(1.649.181)		-		-	
Serviços de terceiros	(1.671.293)		(1.476.357)		(36.586)		(34.536)	
Gás comprado para revenda	(1.823.147)		(1.572.171)		-		-	
Materiais	(691.683)		(501.263)		(3.396)		(1.438)	
Outros custos operacionais	(2.698.149)		(613.830)		(117.963)		(72.029)	
	(20.788.299)		(17.952.964)		(157.945)		(108.003)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	16.796.318		16.458.537		(153.460)		(103.505)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(958.234)		(834.593)		(4.525)		(1.278)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	15.838.084		15.623.944		(157.985)		(104.783)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	224.067		363.422		224.067		307.477	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	125.351		(103.549)		2.834.411		1.719.540	
Receitas financeiras	3.206.850		1.705.679		272.753		9.548	
Resultado com Combinação de Negócios	-		(119.117)		-		(198.811)	
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-		(127.427)		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	19.394.352		17.342.952		3.173.246		1.732.971	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.861.767	9,61	1.715.361	9,89	83.362	2,64	76.910	4,44
Remuneração direta	1.218.391	6,29	1.081.833	6,24	32.600	1,03	22.258	1,28
Benefícios de curto prazo e pós emprego	562.075	2,90	479.274	2,76	48.138	1,53	46.372	2,68
FGTS	59.810	0,31	62.992	0,36	1.716	0,05	3.095	0,18
Programa de desligamento voluntário programado	21.491	0,11	91.262	0,53	908	0,03	5.185	0,30
Impostos, taxas e contribuições	12.505.603	64,48	11.534.990	66,51	(66.623)	(2,12)	(72.292)	(4,17)
Federais	6.348.455	32,74	6.050.851	34,89	(68.726)	(2,18)	(73.194)	(4,22)
Estaduais	6.142.683	31,67	5.471.291	31,55	1.357	0,04	606	0,03
Municipais	14.465	0,07	12.848	0,07	746	0,02	296	0,02
Remuneração de capitais de terceiros	1.898.909	9,78	2.350.888	13,56	29.109	0,93	28.254	1,63
Juros	1.872.545	9,64	2.252.619	12,99	26.690	0,85	22.965	1,33
Aluguéis	26.364	0,14	98.269	0,57	2.419	0,08	5.289	0,30
Remuneração de capitais próprios	3.128.073	16,13	1.741.713	10,04	3.127.398	98,55	1.700.099	98,10
Juros sobre Capital Próprio	400.000	2,06	210.000	1,21	400.000	12,60	210.000	12,12
Dividendos	364.181	1,88	657.350	3,79	364.181	11,48	657.350	37,93
Lucros retidos	2.363.217	12,19	832.749	4,80	2.363.217	74,47	832.749	48,05
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	675	-	41.614	0,24	-	-	-	-
	19.394.352	100,00	17.342.952	100,00	3.173.246	100,00	1.732.971	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o propósito principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS:		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 83 usinas (76 usinas hidrelétricas, 1 solar, 1 térmica e 6 eólicas), sendo que dessas usinas, 45 são controladas pela Cemig GT, e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 3.235 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Ger. Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de garantia física.
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de garantia física.



Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo	Controlada	Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui concessão para a exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.



Investimentos	Classificação	Descrição
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Geração Distribuída	Controlada	Subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à micro e minigeração distribuídas. Assim como, prestar consultoria e desenvolver estudos de instalação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída e de adesão de consumidores ao sistema de compensação de energia elétrica, compreendendo análise de viabilidade técnica, regulatória e econômica.
Efficientia S.A. ("Efficientia")	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgínoópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
LightGer S.A. ("LightGer")	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Axiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axiom")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, Estado de Minas Gerais.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Renova Energia S.A. ("Renova Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro/2017. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.257 MW (698 MW médios de capacidade física), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 18 Estados do País de forma direta e por meio de participação em investidas.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (1)	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta.
COLIGADAS:		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
Ativas Datacenter S.A. ("Ativas")	Coligada	Investida cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações.



Investimentos	Classificação	Descrição
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. ("Administrador"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. ("MESA").
COLIGADA MANTIDA PARA VENDA:		
Light S.A. ("Light")	Coligada	Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

- (1) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobrás na Centroeste, corresponde a 51% de seu capital social, passando a ser titular da totalidade de suas ações. Para mais informações, ver nota 18 – Investimentos.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação das subsidiárias integrais Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") e Luce Empreendimentos e Participações S.A. ("LEPSA")

Em 24 de abril de 2019 a Companhia concluiu a incorporação de suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, pelo valor patrimonial contábil, com a conseqüente extinção destas e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Com a extinção da RME e da LEPSA, ocorre, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas da Light S.A. ("Light").

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais resumidos da RME e LEPSA utilizados para a incorporação na data base de 31 de março de 2019:

	RME	LEPSA		RME	LEPSA
Ativo			Passivo		
Circulante	55.858	10.080	Circulante	-	4.979
Não circulante	377.184	451.003	Não circulante	-	-
			Patrimônio Líquido	433.042	456.104
Total do Ativo	433.042	461.083	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	433.042	461.083

A incorporação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2019.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Adicionalmente, a incorporação não alterou a participação da CEMIG já detida no capital da Light naquela data.



Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, a Light S.A. encerrou a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas, pela Light S.A., (i) 100.000.000 de novas Ações (“Oferta Primária”), com o consequente aumento de seu capital social, e (ii) 33.333.333 de Ações de sua emissão e de titularidade da Companhia ao preço por ação de R\$18,75.

Com a liquidação da Oferta Restrita, a participação da Companhia no capital social total da Light S.A. foi reduzida de 49,99%, para 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, conseqüentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, em conformidade ao IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a investida deixou de se enquadrar no conceito de controlada, passando a não mais ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa permaneceu classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Para mais detalhes, consultar nota explicativa nº 34.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (IFRS).

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).



As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de março de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 33 e 34, respectivamente.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Valores a serem repassados a consumidores
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 16 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 17 – Ativos de contrato;
- Nota 18 – Investimentos;
- Nota 19 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 20 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 21 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 26 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 27 – Provisões;
- Nota 29 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 33 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;
- Nota 34 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.



Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas avaliaram detalhadamente os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), identificando os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.



A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- (i) IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- (ii) IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações;
- (iii) IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

2.5 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas foram refletidas nos CPCs por meio da Revisão CPC 14/2019, e estão descritas a seguir:



CPC 15 (R1): As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados, do poder concedente.



Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread) - A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, adiantamentos a fornecedores, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga, indenizações a receber dos ativos de transmissão, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, adiantamento de clientes, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros.



b) Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Cemig D adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses, considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A Cemig D revisou em 2019 a premissa utilizada para cálculo dos percentuais históricos de inadimplência da matriz de provisão, que passou de 12 para 24 meses, com o objetivo de aprimorar a modelagem de apuração, tendo como base estudos sobre o comportamento da dívida dos seus clientes entre o período de 12 e 24 meses de vencimento, utilizando as ferramentas de cobrança existentes.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.



c) Investimentos

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Posteriormente, perdas por desvalorização são reconhecidas no resultado, mediante indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item (c), acima.



A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

e) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição de energia – Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.



Atividade de transmissão – Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando que o recebimento da contraprestação pela construção da infraestrutura depende da satisfação de obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra realizada, incluindo eventual margem de construção.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Assim, com base nas características do contrato de concessão, as controladas classificam a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura como ativo de contrato, uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação dos direitos como ativo financeiro, de acordo com o CPC 48/IFRS 09.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, parte dos ativos de transmissão das concessões, vinculados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, foram baixados em 31 de dezembro de 2012, com o reconhecimento de recebível correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos.

Contudo, em 2018, a partir da vigência do CPC 47/IFRS15, parte desses ativos foram reclassificados para ativos de contrato, com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia – MME. Assim, a parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória, incorporada à base de remuneração, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).



Por outro lado, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não recebidas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Atividade de distribuição de gás – Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um Ativo Intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.



g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.



Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.



k) Subvenções governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, as controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

l) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pelo menor preço entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 34. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.



m) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, em conformidade à regulamentação do setor. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e representam, basicamente, por:

- Receita de construção - Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, substanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero;
- Receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção;



- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos registrada sob a rubrica Receita de Concessão da Transmissão na receita bruta.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 16.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

n) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.



p) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

q) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:



Sociedades Controladas	31/12/2019			31/12/2018		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga)	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Rio Minas Energia e Participações (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Light (2)	Ativo mantido para venda	22,58	-	Consolidação	26,06	23,93
LightGer (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Guanhães (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Axxion (4)	Equivalência patrimonial	49,00	-	Consolidação	49,00	25,49
UHE Itaocara (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49

- (1) Empresas incorporadas pela Companhia em 24 de abril de 2019.
- (2) A partir da liquidação da oferta restrita encerrada em 17 de julho de 2019, a participação da Companhia no capital social da Light, que era de 49,99% em 31 de dezembro de 2018, passou a ser de 22,58%. Essa transação resultou em perda de controle da Companhia sobre a investida, que reconheceu o investimento remanescente na Light, no balanço consolidado, como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, de acordo com o CPC 18. Adicionalmente, em atendimento ao CPC 31, o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando que permanece a intenção firme da Companhia de alienar a participação remanescente. Mais informações nas notas explicativas 1, 18 e 34.
- (3) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação indireta na LightGer, Guanhães e Itaocara de 74,49%, sendo 49% via Cemig GT e 25,49% via Light. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essas investidas e a participação indireta remanescente via Cemig GT passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 18 e 34.
- (4) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação direta e indireta (via Light) na Axxion de 49% e 25,49%, respectivamente. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essa investida e a participação direta remanescente passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 18 e 34.

a) Controladas, controladas em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a direção de suas atividades pertinentes, além de direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**b) Consórcio**

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*operações em conjunto*”, de acordo com os requerimentos do CPC19/IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização *	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1) (5)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6) (7)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* A Companhia possui outorgas para geração hidroelétrica de potencial igual ou inferior a 5MW e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica. Apesar do contrato de concessão de distribuição de energia ser segregado entre as quatro regiões do estado de Minas Gerais, este apresentam termos e condições idênticos.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Cemig GT pela extinção antecipada da concessão desta Usina.
- Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47.
- Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual assegura à Gasmig a extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053. Mais informações podem ser consultadas na nota explicativa nº 20 – Ativos intangíveis.



Concessões de Geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2019	Valor presente em 2019	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	33.183	15.436	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.190	4.192	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais (1)	-	-	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras (1)	-	-	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*) (1)	-	-	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*)PCH's, com potência instalada inferior a 50 MW.: Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

(1) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato. As usinas Salto Morais, Rio de Pedras, Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo e Xicão tiveram seus contratos assinados em 06/2013, tendo completado cinco anos em 2018, e por isso, não efetuaram pagamentos em 2019.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.



As parcelas pagas ao poder concedente em 2019, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2019	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.034	2.168	2.042
Queimado (Consórcio)	82,50	588	630	594

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.



A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.



Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da Selic) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela concessionária.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas. A Primeira Revisão Tarifária Periódica, referente ao ciclo 2018-2022, foi concluída em novembro de 2019. Essas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.



Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“SEDECTES” ou “poder concedente” e atualmente denominada “SEDE”) apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig, embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). O reequilíbrio pretendido pelo poder concedente consistiu na substituição da obrigação contratual de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN) que seria construída pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Estado, a título de bônus de outorga, no valor estimado pela SEDECTES em R\$852 milhões. Diante do estudo, a SEDECTES solicitou a manifestação da Gasmig e iniciou as tratativas para a solução do desequilíbrio apontado, considerando que a prorrogação do contrato de concessão, definida no segundo termo aditivo, permitindo a extensão do prazo de vigência do ano de 2023 para 2053, tinha como condição a execução dos investimentos para a construção do gasoduto. Mais informações podem ser consultadas na nota explicativa nº 20 – Ativos intangíveis.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou, com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, o qual representa a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, mediante pagamento do bônus de outorga no valor de R\$852 milhões, corrigido desde a sua data base de 1º de janeiro de 2019 até a data do seu pagamento pela taxa DI (Depósitos Interfinanceiros, extra grupo) e assegura à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

Em 26 de setembro de 2019, a Companhia realizou a emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, perfazendo o valor total de R\$ 850 milhões com prazo de vencimento de 12 meses e juros de 107% da taxa DI, sem quaisquer garantias ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados, em 26 de setembro de 2019, para pagamento do bônus de outorga devido ao Poder Concedente atualizado pela variação da taxa DI desde de 1º de janeiro de 2019 no valor de R\$ 891,2 milhões.

Ainda de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.



5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmento referentes ao exercício 2019 e 2018 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
ATIVOS DO SEGMENTO	14.748.832	4.112.858	25.616.174	2.688.670	3.887.602	(1.127.084)	49.927.052
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.133.104	1.237.177	-	-	29.110	-	5.399.391
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	-	-	1.258.111	-	-	-	1.258.111
ADIÇÕES AO SEGMENTO	101.616	220.390	936.332	934.143	9.155	-	2.201.636
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	6.882.174	713.931	15.918.741	1.858.211	323.934	(306.685)	25.390.306
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	-	(7.516.878)	-	(6)	71.972	(11.286.174)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	-	(1.458.939)	-	-	222.562	(1.426.278)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.435.728)	-	-	(1.435.728)
Total	(4.031.163)	-	(8.975.817)	(1.435.728)	(6)	294.534	(14.148.180)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(207.422)	(114.837)	(869.289)	(45.913)	(34.057)	-	(1.271.518)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(35.818)	(26.908)	(182.856)	-	(17.426)	-	(263.008)
Obrigações pós-emprego	(49.627)	(38.138)	(276.663)	-	(44.036)	-	(408.464)
Materiais	(16.927)	(6.059)	(62.632)	(2.092)	(3.455)	27	(91.138)
Serviços de terceiros	(125.390)	(44.922)	(1.015.880)	(19.788)	(39.667)	7.097	(1.238.550)
Depreciação e amortização	(209.967)	(5.563)	(652.208)	(85.920)	(4.576)	-	(958.234)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(975.363)	(134.843)	(1.100.647)	(1.793)	(188.460)	-	(2.401.106)
Custos de construção de infraestrutura	-	(220.390)	(936.332)	(42.976)	-	-	(1.199.698)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(174.888)	(20.116)	(298.633)	(10.128)	(377)	5.027	(499.115)
Total do custo de operação	(1.795.402)	(611.776)	(5.395.140)	(208.610)	(332.054)	12.151	(8.330.831)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.826.565)	(611.776)	(14.370.957)	(1.644.338)	(332.060)	306.685	(22.479.011)
Resultado de equivalência patrimonial	(88.279)	214.564	-	-	(934)	-	125.351
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	-	-	72.738	-	-	-	72.738
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	967.330	316.719	1.620.522	213.873	(9.060)	-	3.109.384
Receitas financeiras	1.282.018	97.905	1.534.795	21.103	271.029	-	3.206.850
Despesas financeiras	(1.034.529)	(114.784)	(632.406)	(45.865)	(18.989)	-	(1.846.573)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.214.819	299.840	2.522.911	189.111	242.980	-	4.469.661
Imposto de renda e contribuição social	(550.798)	(36.042)	(805.807)	(47.507)	(125.501)	-	(1.565.655)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	664.021	263.798	1.717.104	141.604	117.479	-	2.904.006
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	224.067	-	-	-	224.067
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	664.021	263.798	1.941.171	141.604	117.479	-	3.128.073
Participação dos acionistas controladores	664.021	263.798	1.941.171	140.929	117.479	-	3.127.398
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	675	-	-	675
	664.021	263.798	1.941.171	141.604	117.479	-	3.128.073



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES*	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.670.719	3.862.238	37.840.059	1.822.176	9.584	2.606.857	(956.960)	59.854.673
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.055.190	1.162.879	-	-	-	16.509	-	5.234.578
ADIÇÕES AO SEGMENTO	558.649	95.712	856.315	70.319	8.646	195	-	1.589.836
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	-	133.704	(293.264)	22.266.217
Energia elétrica comprada para revenda	(3.917.436)	-	(7.237.526)	-	-	(2)	70.770	(11.084.194)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(216.413)	-	(1.463.469)	-	-	-	200.468	(1.479.414)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.238.085)	-	-	-	(1.238.085)
Total	(4.133.849)	-	(8.700.995)	(1.238.085)	-	(2)	271.238	(13.801.693)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(229.871)	(108.125)	(965.345)	(59.812)	(17.854)	(29.484)	-	(1.410.491)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(10.278)	(6.651)	(50.506)	-	351	(9.677)	-	(76.761)
Obrigações pós-emprego	(45.619)	(26.716)	(224.041)	-	-	(40.629)	-	(337.005)
Materiais	(38.516)	(5.059)	(57.526)	(1.802)	(1.209)	(325)	21	(104.416)
Serviços de terceiros	(123.462)	(40.338)	(880.318)	(20.472)	(8.707)	(29.517)	15.405	(1.087.409)
Depreciação e amortização	(164.158)	-	(594.922)	(73.505)	(1.291)	(717)	-	(834.593)
Provisões (reversões) operacionais	(106.697)	(11.526)	(332.200)	1.516	605	(18.466)	-	(466.768)
Custos de construção	-	(95.712)	(756.964)	(44.814)	-	-	-	(897.490)
Outras despesas operacionais líquidas	(64.961)	(16.906)	(203.352)	(12.884)	(3.218)	(108.878)	6.600	(403.599)
Total	(783.562)	(311.033)	(4.065.174)	(211.773)	(31.323)	(237.693)	22.026	(5.618.532)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.917.411)	(311.033)	(12.766.169)	(1.449.858)	(31.323)	(237.695)	293.264	(19.420.225)
Resultado de equivalência patrimonial	(352.389)	230.406	33.655	-	(763)	(14.458)	-	(103.549)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	79.693	-	(52.186)	-	-	(146.624)	-	(119.117)
Ajuste referente à desvalorização em Investimento	(127.427)	-	-	-	-	-	-	(127.427)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.056.785	595.029	972.160	169.084	(32.086)	(265.073)	-	2.495.899
Receitas financeiras	1.112.547	60.959	433.976	83.537	1.223	13.437	-	1.705.679
Despesas financeiras	(1.536.595)	(4.507)	(620.874)	(37.649)	(4.871)	(19.665)	-	(2.224.161)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	632.737	651.481	785.262	214.972	(35.734)	(271.301)	-	1.977.415
Imposto de renda e contribuição social	(276.236)	(122.073)	(216.737)	(53.288)	11.500	57.710	-	(599.124)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	356.501	529.408	568.525	161.684	(24.234)	(213.591)	-	1.378.293
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do exercício prov. de op. descontinuadas	12.253	-	61.239	-	289.928	-	-	363.420
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713
Participação dos acionistas controladores	360.938	529.408	598.840	160.923	265.694	(215.704)	-	1.700.099
Participação de acionistas não controladores	7.816	-	30.924	761	-	2.113	-	41.614
Total	368.754	529.408	629.764	161.684	265.694	(213.591)	-	1.741.713

(*) Os ativos e passivos da Cemig Telecom foram incorporados à Cemig Holding em 31/03/2018.



A composição da Receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.037.448	-	19.966.951	-	-	(76.840)	26.927.559
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	2.746.532	-	-	(24.088)	2.722.444
CVA e outros componentes financeiros	-	-	57.988	-	-	-	57.988
Receita de concessão de transmissão	-	702.766	-	-	-	(198.452)	504.314
Receita de construção da transmissão	-	220.390	-	-	-	-	220.390
Receita de indenização de transmissão	-	155.013	-	-	-	-	155.013
Receita de construção de distribuição	-	-	936.332	42.976	-	-	979.308
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	17.839	-	-	-	17.839
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	318.266	-	-	-	-	-	318.266
Transações com energia na CCEE	438.555	-	(6.561)	-	-	-	431.994
Fornecimento de gás	-	-	-	2.298.141	-	(27)	2.298.114
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(57.897)	-	-	-	(57.897)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins	413.616	-	830.343	-	183.827	-	1.427.786
Outras receitas operacionais	81.995	27.786	1.468.224	60	152.272	(7.278)	1.723.059
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.407.706)	(392.024)	(10.041.010)	(482.966)	(12.165)	-	(12.335.871)
Receita operacional líquida	6.882.174	713.931	15.918.741	1.858.211	323.934	(306.685)	25.390.306

2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.064.849	-	17.885.000	-	-	(77.854)	24.871.995
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	2.066.845	-	-	(22.246)	2.044.599
CVA e outros componentes financeiros	-	-	1.973.064	-	-	-	1.973.064
Receita de concessão de transmissão	-	589.055	-	-	-	(178.203)	410.852
Receita de construção da transmissão	-	95.712	-	-	-	-	95.712
Receita de indenização de transmissão	-	250.375	-	-	-	-	250.375
Receita de indenização da geração	55.332	-	-	-	-	-	55.332
Receita de construção de distribuição	-	-	756.964	44.814	-	-	801.778
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	325	-	-	-	325
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	321.427	-	-	-	-	-	321.427
Transações com energia na CCEE	217.216	-	-	-	2	-	217.218
Fornecimento de gás	-	-	-	1.995.427	-	(21)	1.995.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(44.326)	-	-	-	(44.326)
Outras receitas operacionais	81.969	28.275	1.344.778	16	143.996	(14.940)	1.584.094
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.366.474)	(287.761)	(10.225.790)	(421.315)	(10.294)	-	(12.311.634)
Receita operacional líquida	6.374.319	675.656	13.756.860	1.618.942	133.704	(293.264)	22.266.217

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 29.



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas bancárias	209.405	107.516	4.437	7.602
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	289.924	555.008	50.854	21.534
Overnight (2)	36.428	228.280	9.065	25.194
	326.352	783.288	59.919	46.728
	535.757	890.804	64.356	54.330

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 80% a 106% em 31 de dezembro de 2019 (40% a 106% em 31 de dezembro de 2018) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,39% em 31 de dezembro de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 33.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	645.119	434.735	160.531	47.979
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	94.184	253.868	23.437	28.018
Debêntures (2)	103	11.292	780	4.129
Outros	933	3.656	463	655
	740.339	703.551	185.211	80.781
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (1)	11.481	108.443	-	10.647
Debêntures	1.825	-	454	-
Outros	36	240	-	44
	13.342	108.683	454	10.691
	753.681	812.234	185.665	91.472

- (1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
- (2) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% a 113% do CDI em 31 de dezembro 2019 (104,25% a 151% em 31 de dezembro de 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 32 e 33.



8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	2019	2018
Fornecimento de energia faturado	1.396.256	706.611	431.549	595.790	3.130.206	2.988.791
Fornecimento de energia não faturado	1.203.823	-	-	-	1.203.823	1.048.261
Suprimento a outras concessionárias	38	31.867	14.902	489	47.296	46.978
Suprimento a outras concessionárias não faturado	203.386	-	-	-	203.386	281.655
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	385.558	-	385.558	165.720
Concessionários – transporte de energia faturado	79.363	20.353	5.836	81.358	186.910	180.036
Concessionários – transporte de energia não faturado	253.151	-	-	-	253.151	212.338
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(170.475)	(11.877)	(38.174)	(589.199)	(809.725)	(751.168)
	2.965.542	746.954	799.671	88.438	4.600.605	4.172.611
Ativo Circulante					4.523.540	4.091.722
Ativo não Circulante					77.065	80.889

	CONTROLADORA					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	2019	2018
Fornecimento faturado	-	-	38	22.440	22.478	25.843
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	2.254
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(22.284)	(22.284)	(22.284)
	-	-	38	156	194	5.813
Ativo Circulante					194	5.813

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 33.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	2019	2018
Residencial	131.011	136.866
Industrial	197.229	171.732
Comércio, serviços e outras	161.141	188.819
Rural	31.919	33.517
Poder público	200.530	119.571
Iluminação pública	2.045	5.615
Serviço público	31.063	27.318
Encargos de uso de rede – TUSD	54.787	67.730
	809.725	751.168

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Consolidado	2019	2018
Saldos iniciais	751.168	567.956
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	150.114
Constituições líquidas (nota 30 d)	237.733	264.416
Baixas	(179.176)	(231.318)
Saldos finais	809.725	751.168



Em 2019, como resultado da alteração das premissas para cálculo da PCLD apresentadas na nota explicativa nº 2.7 b), o percentual das perdas em relação ao fornecimento bruto de energia elétrica da Cemig D reduziu, gerando um impacto de R\$46 milhões no saldo da provisão em 31 de dezembro de 2019.

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D recebem de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente à energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Saldos iniciais	79.405	232.762
Adição	-	50.000
Baixa	(80.862)	(214.445)
Atualização financeira (nota 31)	1.457	11.088
Saldos finais	-	79.405

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado na efetiva entrega, quando as obrigações de desempenho foram cumpridas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS a recuperar	65.139	79.956	-	2.778
PIS/Pasep	2.937	4.150	24	20
Cofins	7.359	21.463	120	125
Outros	23.369	18.614	104	97
	98.804	124.183	248	3.020
Não circulante				
ICMS a recuperar	276.851	239.789	-	1.862
PIS/Pasep	1.102.460	3	106.946	3
Cofins	4.967.814	12	382.745	12
Outros	2.227	2.552	1.796	1.795
	6.349.352	242.356	491.487	3.672
	6.448.156	366.539	491.735	6.692

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2020.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins registrados no ativo não circulante são referentes aos valores pagos dessas contribuições incluindo o ICMS à sua base de cálculo. Mais informações na nota explicativa nº 10.



10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Cemig, Cemig GT e Cemig D ajuizaram Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia e suas controladas mencionadas acima obtiveram liminar e passaram a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas mantiveram esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas baixaram os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores do segmento de distribuição.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas empresas excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, a Cemig D e a Cemig GT solicitaram a liberação dos seus depósitos judiciais, no montante de R\$1.377.317, em 31 de dezembro de 2019. Em 13 de fevereiro de 2020, a Cemig D e a Cemig GT, como resultado da decisão do juízo da 7ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, levantaram os depósitos nos montantes atualizados de R\$1.186.402 e R\$196.169, respectivamente, totalizando R\$1.382.571. Deste montante, R\$1.155.340 serão restituídos aos consumidores da Cemig D, a partir da definição da Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída, Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..



Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Cemig D devem ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo de tal devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Os valores referentes aos créditos da Cemig D que deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, deverão ser objeto de discussão junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, a opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores em 31 de dezembro de 2019:

Créditos de Pasep/Cofins	Cemig	Cemig D	Cemig GT	Demais investidas (4)	Total
Efeitos no balanço patrimonial					
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	489.677	4.926.364	626.019	27.858	6.069.918
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	-	(3.037.989)	-	-	(3.037.989)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(3.602)	(44.564)	(6.063)	(251)	(54.480)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(165.266)	(626.896)	(210.785)	(9.386)	(1.012.333)
Patrimônio líquido	320.809	1.216.915	409.171	18.221	1.965.116
Efeitos no Resultado do Exercício					
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins – outras receitas operacionais (3)	183.595	830.343	397.301	16.547	1.427.786
Receita financeira (5)	306.082	1.034.352	228.718	11.311	1.580.463
PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira (5)	(3.602)	(20.884)	(6.063)	(251)	(30.800)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(165.266)	(626.896)	(210.785)	(9.386)	(1.012.333)
	320.809	1.216.915	409.171	18.221	1.965.116

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Cemig D reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço consolidado, alcança R\$4.193.329, sendo que a diferença, de R\$1.155.340, se refere ao saldo atualizado do passivo constituído pela reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional de 2019, no montante de R\$3.826.284, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.398.498.
- (4) Refere-se aos créditos reconhecidos pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.
- (5) Inclui a atualização financeira desde a data do reconhecimento dos créditos até 31 de dezembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$25.660 no consolidado e de R\$5.006 na controladora.



No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Cemig D a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	607.719	252.756	191.838	36.023
Contribuição social	241.496	139.428	33.008	7.652
	849.216	392.184	224.846	43.675
Circulante	621.302	386.668	-	41.274
Não circulante	227.914	5.516	224.846	2.401

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfra por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante		
Imposto de renda	98.712	83.213
Contribuição social	35.156	28.850
	133.868	112.063

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:



	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	116.266	373.413	116.266	118.761
Provisões para contingências	544.015	217.908	67.454	21.829
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	660.204	882.717	382.904	609.159
Provisão PUT SAAG	164.166	142.510	-	-
Provisões operacionais	66.331	39.369	588	1.732
Provisões PLR	71.535	24.586	3.015	1.418
Obrigações pós-emprego	2.089.695	1.476.519	233.090	163.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	283.023	278.897	8.532	8.161
Concessão onerosa	8.194	7.683	-	-
Outros	24.187	26.753	52	-
Total	4.027.616	3.470.355	811.901	924.459
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(15.985)	(25.254)	-	-
Custo atribuído na adoção das IFRS	(231.833)	(239.092)	-	-
Valor justo de participações societárias	(502.503)	(501.311)	(130.282)	(113.673)
Encargos financeiros capitalizados	(166.478)	(167.454)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(972)	(4.715)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(761.470)	(804.077)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(574.921)	(276.534)	-	-
Outros	(4.722)	(33.474)	(888)	(1.516)
Total	(2.258.884)	(2.051.911)	(131.170)	(115.189)
Total Líquido	1.768.732	1.418.444	680.731	809.270
Total do Ativo	2.429.789	2.146.863	680.731	809.270
Total do Passivo	(661.057)	(728.419)	-	-

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Efeitos alocados ao resultado provenientes de operações em continuidade	(15.850)	43.191
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	239.390	7.624
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido		
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038	-
Reversão de custo atribuído	17.547	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	(3.405)	667
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.514)	-
Tributos diferidos oriundos de incorporação de controlada	-	1.049
Tributos diferidos oriundos de combinações de negócios	(3.301)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.418.444	809.270
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	543.676	59.919
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	(111.314)	(103.381)
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações descontinuadas (nota 34)	(85.077)	(85.077)
Outros	3.003	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.768.732	680.731

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal nesta mesma data.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:



	Consolidado	Controladora
2020	658.926	148.400
2021	570.866	128.863
2022	570.540	128.538
2023	572.510	130.509
2024	571.179	129.178
2025 a 2027	658.541	96.234
2028 a 2029	425.054	50.179
	4.027.616	811.901

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na demonstração de resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	4.469.661	1.977.415	3.012.419	1.309.999
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.519.685)	(672.321)	(1.024.222)	(445.400)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	8.445	(61.473)	749.714	495.704
Contribuições e doações indedutíveis	(12.675)	(5.763)	-	(808)
Incentivo fiscal	65.605	29.053	91	3.097
Diferença entre lucro presumido e lucro real	88.505	89.262	-	-
Multas indedutíveis	(135.492)	(12.041)	(8.585)	(45)
PECLD com partes relacionadas	(233.931)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	136.000	71.400	136.000	71.400
Outros	37.573	(37.241)	37.914	(41.325)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.565.655)	(599.124)	(109.088)	82.623
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.454.341)	(583.273)	(5.707)	39.432
Imposto de renda e contribuição social diferido	(111.314)	(15.851)	(103.381)	43.191
	(1.565.655)	(599.124)	(109.088)	82.623
Alíquota efetiva	35,03%	30,30%	3,62%	6,31%

12. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$12.337 (R\$90.993 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a recursos utilizados como garantias de contratos de compra de energia e outras obrigações regulatórias e financeiras das controladas.



13. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de junho de 2019 e 27 de dezembro de 2019 dos valores de R\$17.892 e R\$129.906, respectivamente, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquelas datas, reduzindo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2019 é de R\$115.202 (R\$245.566 em 31 de dezembro de 2018) reconhecidos no ativo não circulante, em função dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018.

A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, considerando a existência das garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.



14. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	354.859	334.685	41.597	41.015
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	28.612	27.852	281	265
PIS/Pasep e Cofins (1)	1.447.839	1.402.117	-	-
ITCD	53.045	51.075	52.606	50.635
IPTU	79.055	86.906	58.705	69.242
FINSOCIAL	39.718	38.455	39.718	38.455
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	282.071	274.871	13.546	13.200
IRRF sobre lucro inflacionário	8.574	8.438	8.574	8.437
CSLL (3)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo fixo	38.740	38.193	-	-
Outros (4)	93.144	117.171	65.887	65.416
	2.088.860	2.063.140	239.317	245.650
Outros				
Regulatório	43.180	52.701	19.760	29.565
Responsabilidade civil	10.515	9.328	3.703	3.568
Relações de consumo	6.874	6.132	1.466	987
Bloqueio judicial	12.180	12.394	2.868	4.148
Outros	23.771	23.132	1.354	1.412
	96.520	103.687	29.151	39.680
	2.540.239	2.501.512	310.065	326.345

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Cemig D e a Cemig GT levantaram, em 13 de fevereiro de 2020, os valores depositados a esse título, no montante atualizado total de R\$1.382.571, sendo de R\$1.186.402 e R\$196.169, respectivamente. O depósito judicial das demais controladas é levantado à medida do trânsito em julgado da ação por elas ajuizada. Para maiores detalhes, consultar a nota explicativa nº 10 – Crédito de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 27 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

15. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de dezembro de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$1.096.826 (R\$953.140 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$96.776, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$93.673 (R\$82.470 em dezembro de 2018) pela Cemig D e R\$3.103 (R\$8.375 em dezembro de 2018) pela Cemig GT.



16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	2019	2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (16.1)	459.711	395.743
Concessão de distribuição de gás (16.1)	23.663	-
Indenizações a receber – transmissão (16.2)	1.280.652	1.296.314
Indenizações a receber – geração (16.3)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (16.4)	2.468.216	2.408.930
	5.048.444	4.917.189
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (16.5)	881.614	1.080.693
Total	5.930.058	5.997.882
Ativo circulante	1.079.743	1.070.384
Ativo não circulante	4.850.315	4.927.498

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	-	7.083.492
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	(1.092.271)	-	-	-	(1.092.271)
Recebimentos	(249.207)	(1.388.985)	-	-	(1.638.192)
Transferências do ativo imobilizado	-	-	26.695	-	26.695
Outras transferências	-	(532)	(50)	-	(582)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	325	-	325
Atualização financeira	161.954	376.757	-	-	538.711
Baixas	-	-	(989)	-	(989)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.296.314	3.225.132	395.743	-	4.917.189
Recebimentos	(181.159)	(258.980)	-	-	(440.139)
Transferências do ativo de contrato	44.082	-	48.168	-	92.250
Transferências do ativo intangível	-	-	(1.142)	23.663	22.521
Atualização financeira	121.415	318.266	17.839	-	457.520
Baixas	-	-	(897)	-	(897)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.280.652	3.284.418	459.711	23.663	5.048.444

16.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.



16.2 Transmissão - Indenização a Receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu pagamento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que se utiliza o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$1.280.652 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:



Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$832.915 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$447.737 em 31 de dezembro de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2019.

16.3 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.



Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo, a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel e a Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

16.4 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 a 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:



SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	171.675	(139.150)	1.402.425
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	54.131	(43.883)	440.158
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	22.855	(18.657)	164.799
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	17.022	(13.889)	123.585
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	23.815	(19.542)	161.490
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	17.899	(14.839)	109.757
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	64.153	10.869	(9.020)	66.002
Total		2.408.930	318.266	(258.980)	2.468.216

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	173.892	(134.126)	1.369.900
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	54.816	(42.299)	429.910
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	22.990	(17.983)	160.601
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	17.129	(13.387)	120.452
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	23.884	(18.837)	157.217
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	17.867	(14.303)	106.697
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	62.001	10.847	(8.695)	64.153
Total		2.337.135	321.425	(249.630)	2.408.930

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

16.5 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:



BALANÇO PATRIMONIAL	2019			2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.286.413	2.144.280	3.430.693	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	1.286.413	1.269.049	2.555.462	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	875.231	875.231	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(882.425)	(1.666.654)	(2.549.079)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(633.778)	(633.778)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	403.988	236.173	640.161	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	241.453	241.453	-	433.819	433.819
Total líquido	403.988	477.626	881.614	43.951	1.036.742	1.080.693

Componentes Financeiros	2019			2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	118.775	29.398	148.173	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(18.157)	113.801	95.644	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	8.691	16.069	24.760	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	10.542	(5.859)	4.683	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(161.253)	(135.703)	(296.956)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda	661.108	631.920	1.293.028	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(83.718)	215.508	131.790	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(29.697)	(11.915)	(41.612)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(70.219)	(206.481)	(276.700)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(102.976)	(102.976)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(32.084)	(66.136)	(98.220)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	403.988	477.626	881.614	43.951	1.036.742	1.080.693

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, quando da publicação, pela Aneel, do Despacho que oficialize os valores em questão, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores. A Companhia reconhece esse direito, no montante de R\$216.852, como outros componentes financeiros a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários.
- (2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela Aneel.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:



Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.638.462
Realização	334.602
Outros – Ressarcimento P&D	(114.782)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(793.822)
Atualização Selic (nota 31)	62.023
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	723.680
Realização	(665.692)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(362.469)
Atualização Selic (nota 31)	105.402
Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$362.469 (R\$793.822 em 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

17. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado	
	2019	2018
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	740.044	518.162
Gás – ativos de infraestrutura em construção	67.951	81.475
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	347.691	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	848.543	636.905
	2.004.229	1.728.947
Circulante	171.849	130.951
Não circulante	1.832.380	1.597.996



A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	1.092.271	531.750	89.497	1.713.518
Adições	95.712	726.713	70.228	892.653
Atualização financeira	88.421	-	-	88.421
Recebimento	(161.527)	-	-	(161.527)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12.934	-	-	12.934
Transferências para o ativo financeiro	-	(26.695)	-	(26.695)
Transferências para o ativo intangível	-	(671.577)	(78.250)	(749.827)
Transferências do ativo imobilizado	1.499	-	-	1.499
Perda por redução do valor recuperável	-	(42.029)	-	(42.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.129.310	518.162	81.475	1.728.947
Adições	220.390	902.421	42.976	1.165.787
Atualização financeira	33.598	-	-	33.598
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	14.389	-	-	14.389
Recebimentos	(153.583)	-	-	(153.583)
Baixa	(3.794)	-	(1.138)	(4.932)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)	(48.168)	-	(92.250)
Transferências para o ativo intangível	-	(629.706)	(55.362)	(685.068)
Transferências do Imobilizado	6	-	-	6
Perda por redução ao valor recuperável	-	(2.665)	-	(2.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.196.234	740.044	67.951	2.004.229

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está contemplado R\$20.733 a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 24.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou complemento da perda por redução ao valor recuperável de determinados ativos em curso à longa data, no montante de R\$28.681 (R\$42.029 em 31 de dezembro de 2018) e reverteu, no segundo trimestre de 2019, perdas provisionadas em exercícios anteriores no montante de R\$26.016. Esses montantes são reconhecidos em outros custos e despesas nas demonstrações de resultados. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.



Atividade de Transmissão

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP - A parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção.

Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R\$347.691 em 31 de dezembro de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber é de R\$848.543 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.



18. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.217.692	5.064.127
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	53.728	49.213	-	-
Guanhães Energia (1)	Controlada em conjunto	131.076	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	30.730	30.629	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	180.043	170.720	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	671.166	663.755	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	166.617	270.090	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	384.809	470.022	-	-
Lightger (1)	Controlada em conjunto	127.976	-	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	157.499	162.224	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.191.550	1.216.860	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.027.860	1.012.635	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.708.208	4.642.358
TAESA	Controlada em conjunto	1.213.193	1.143.189	1.213.193	1.143.189
Ativas Data Center	Coligada	16.114	16.509	16.114	16.509
Gasmig	Controlada	-	-	1.410.950	1.439.005
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	10.798	2.741
LEPSA (2)	Controlada	-	-	-	5.099
RME (2)	Controlada	-	-	-	47.155
Efficientia	Controlada	-	-	17.156	17.532
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Coligada	10.050	9.042	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	23.984	19.690	23.984	19.690
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	Controlada em conjunto	12.996	-	12.996	8.301
Total do Investimento		5.399.391	5.234.578	12.631.091	12.405.706
Itaocara – Provisões para perdas (3)	Controlada em conjunto	(21.810)	-	-	-
Total		5.377.581	5.234.578	12.631.091	12.405.706

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, e mensurada pelo método da equivalência patrimonial, nos termos do IFRS 10 / CPC 36. Mais detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 34.
- (2) Em 24 de abril de 2019, a Companhia incorporou suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, cujo principal ativo constituía-se de participação no capital da Light. O valor patrimonial considerado na incorporação foi objeto de laudo de avaliação aprovado na AGE de 25 de março de 2019.
- (3) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo. Após reduzir a zero o saldo contábil da sua participação, a Cemig GT reconheceu uma perda por valor recuperável de investimentos, no valor de R\$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Light, Madeira Energia (Usina de Santo Antônio), UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída e Ativas Data Center. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia perdeu o controle da Light em 17 de julho de 2019, a partir da conclusão da oferta restrita de distribuição primária e secundária de ações realizadas por esta investida. Em função da manutenção do plano de venda da investida, a Companhia classifica o investimento como mantido para a venda, no ativo circulante, conforme nota explicativa nº 34.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:



CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2017	Amortização	Baixa	Adição	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Lightger	-	-	-	83.990	83.990	(2.501)	81.489
TAESA	188.745	(9.321)	-	-	179.424	(9.321)	170.103
Light	186.437	(20.499)	(165.938)	-	-	-	-
Gasmig	457.273	(15.257)	-	-	442.016	(15.256)	426.760
RME	43.365	(5.064)	(58.487)	20.186	-	-	-
TOTAL GERAL	875.820	(50.141)	(224.425)	104.176	705.430	(27.078)	678.352

CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2017	Amortização	Baixa	Adição	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Cemig Geração e Transmissão							
Retiro Baixo	28.344	(2.069)	-	5.691	31.966	(1.390)	30.576
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	16.503	(1.415)	(15.088)	-	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio (1)	11.035	(871)	(10.164)	-	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado (1)	23.956	(1.943)	(22.013)	-	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(5.957)	(127.427)	-	18.000	(737)	17.263
Lightger	-	-	-	83.990	83.990	(2.501)	81.489
Aliança Geração	402.844	(25.310)	-	-	377.534	(25.309)	352.225
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(1.971)	-	-	52.575	(1.972)	50.603
TAESA	188.745	(9.321)	-	-	179.424	(9.321)	170.103
Light	186.437	(20.499)	(165.938)	-	-	-	-
RME	43.365	(5.064)	(58.487)	20.186	-	-	-
TOTAL GERAL	1.107.159	(74.420)	(399.117)	109.867	743.489	(41.230)	702.259

(1) Movimentações decorrentes do des cruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp, sendo que a partir de 2018, as investidas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio passaram a ser consolidadas pela controlada Cemig GT.

Movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	31/12/2019
Cemig Geração e Transmissão	5.064.127	832.578	(220.974)	(458.039)	-	-	5.217.692
Cemig Distribuição	4.642.358	1.644.366	(718.083)	(860.433)	-	-	4.708.208
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Gasmig	1.439.005	141.296	-	(168.486)	-	(865)	1.410.950
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.336)	-	(944)	10.337	-	10.798
LEPSA (1)	5.099	9	-	-	-	(5.108)	-
RME (1)	47.155	6.652	-	-	-	(53.807)	-
Efficientia	17.532	1.080	-	(1.456)	-	-	17.156
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Axiom Soluções Tecnológicas	8.301	(4.402)	-	-	9.097	-	12.996
Taesa	1.143.189	210.269	-	(141.182)	-	917	1.213.193
	12.405.706	2.834.411	(939.057)	(1.630.540)	19.434	(58.863)	12.631.091

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação das subsidiárias integrais RME e LEPSA em abril/2019.



CONTROLADORA										
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Equivalência Patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos/JCP	Aportes/Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão(5)	4.793.832	590.783	83.990	(101.586)	(302.892)	-	-	-	-	5.064.127
Cemig Distribuição (2)/(6)	3.737.310	534.870	-	(348.311)	(282.435)	1.100.000	-	-	(99.076)	4.642.358
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	-	(416)	-	-	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	(607)	-	-	-	-	-	-	17.116	16.509
Rosal Energia (3)	106.897	15.389	-	-	(16.342)	-	(123.490)	-	17.546	-
Sá Carvalho (3)	102.536	17.703	-	-	(29.722)	-	(90.517)	-	-	-
Gasmig	1.418.271	168.523	-	-	(140.443)	-	-	-	(7.346)	1.439.005
Horizontes Energia (3)	53.165	12.346	-	-	(19.029)	-	(46.482)	-	-	-
Cemig Geração Distribuída	4.932	(1.877)	-	-	(314)	-	-	-	-	2.741
Cemig PCH (3)	96.944	29.134	-	-	(30.747)	-	(95.330)	-	(1)	-
LEPSA (2)	455.861	12.545	(21.569)	-	(7.689)	-	-	(412.474)	(21.575)	5.099
RME (2)	383.233	2.755	(52.186)	-	(1.200)	103.788	-	(335.067)	(54.168)	47.155
Light (2)/(4)	1.083.140	6.416	(209.046)	-	-	-	-	(837.361)	(43.149)	-
UTE Barreiro (3)	17.982	376	-	-	-	-	(18.358)	-	-	-
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica (3)	18.403	48.207	-	-	(44.051)	-	(22.558)	-	(1)	-
Efficientia	7.084	1.609	-	-	(231)	9.070	-	-	-	17.532
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada (3)	2.004	990	-	-	(220)	-	(2.774)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	5.128	-	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Cemig Trading (3)	29.206	49.036	-	-	(54.588)	-	(23.654)	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(3.565)	-	-	-	-	-	-	-	8.301
Taesá (2)	1.101.462	225.278	-	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Cemig Overseas	158	(277)	-	-	-	57	-	-	62	-
	13.692.183	1.719.540	(198.811)	(450.313)	(1.144.056)	1.212.915	(423.163)	(1.584.902)	(417.687)	12.405.706

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em março de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 1;
- (2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da participação reflexa da Companhia nos efeitos da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, dos novos pronunciamentos contábeis CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 reconhecidos pelas investidas diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.
- (3) A movimentação incluída na coluna "Baixas" refere-se à transferência das controladas integrais da Companhia para a subsidiária integral Cemig GT.
- (4) Nas colunas "Operações descontinuadas" e "reclassificação para ativos mantidos para venda", estão evidenciados os efeitos da reclassificação do investimento como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5;
- (5) A movimentação incluída na coluna "remensuração de participação anterior em controlada adquirida", refere-se a remensuração, decorrente de combinação de negócios, conforme definido no CPC 15 (R1)/IFRS 3, de participação anterior na Lightger.
- (6) O Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência, à Cemig D, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. Foram repassados na forma de AFAC o montante total de R\$2.600.000, sendo R\$1.100.000 em 2018 e o restante em períodos anteriores. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante total repassado, de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs.



CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	Remensuração da participação remanescente após perda de controle	31/12/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	10.473	(5.958)	-	-	-	53.728
Guanhães Energia (1)	-	(184)	-	-	-	131.260	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.629	4.475	(4.374)	-	-	-	30.730
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(103.473)	-	-	-	-	166.617
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(85.213)	-	-	-	-	384.809
Lightger (1)	-	6	-	-	-	127.970	127.976
Baguari Energia	162.224	22.401	(27.126)	-	-	-	157.499
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	15.098	-	127	-	-	1.027.860
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	6.458	-	953	-	-	671.166
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Taesa	1.143.189	210.270	(141.183)	-	917	-	1.213.193
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1) (2)	-	(49.710)	-	23.088	21.810	4.812	-
Aliança Geração	1.216.860	77.723	(103.033)	-	-	-	1.191.550
Retiro Baixo	170.720	12.659	(3.336)	-	-	-	180.043
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	1.008	-	-	-	-	10.050
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	-	(539)	-	9.097	-	4.438	12.996
Total do Investimento	5.234.578	125.351	(285.010)	33.265	22.727	268.480	5.399.391
Itaocara – Provisão para perdas (2)	-	-	-	-	(21.810)	-	(21.810)
Total	5.234.578	125.351	(285.010)	33.265	917	268.480	5.377.581

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 34.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$21.810 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.



CONSOLIDADO									
Investidas	31/12/2017	Equivalência patrimonial (Resultado)	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Dividendos	Aportes/Aquisição	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Outros	31/12/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	5.128	-	(6.022)	-	-	-	-	19.690
Light (1)	1.534.294	18.961	(230.614)	(7.689)	-	-	(1.254.786)	(60.166)	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	11.866	(7.469)	-	-	-	-	(4.397)	-	-
RME (1)	383.233	2.755	(52.186)	(1.200)	103.788	-	(326.320)	(110.070)	-
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	10.065	-	(18.809)	-	-	-	-	49.213
Guanhães Energia	25.018	29.734	-	-	56.811	-	(111.563)	-	-
Hidrelétrica Pipoca	26.023	6.886	-	(2.280)	-	-	-	-	30.629
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) (2) (4)	534.761	(162.564)	-	-	25.320	-	-	(127.427)	270.090
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio) (4)	582.504	(138.634)	-	-	26.152	-	-	-	470.022
Lightger	40.832	2.815	83.990	(1.779)	-	-	(125.858)	-	-
Baguari Energia	148.422	28.411	-	(14.609)	-	-	-	-	162.224
Central Eólica Praias de Parajuru (3)	60.101	(6.011)	20.829	-	74.398	(3.437)	-	(145.880)	-
Central Eólica Volta do Rio (3)	67.725	(15.835)	58.864	-	92.298	(22.076)	-	(180.976)	-
Central Eólica Praias de Morgado (3)	50.569	(15.455)	-	-	-	(11.822)	-	(23.292)	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	80.001	-	-	69.157	-	-	(3.077)	1.012.635
Ativas Data Center	17.450	(1.370)	-	-	-	-	-	429	16.509
Taesa (1)	1.101.462	225.278	-	(208.131)	-	-	-	24.580	1.143.189
Renova	282.524	(282.524)	-	-	-	-	-	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.925)	-	-	5.421	-	(5.195)	-	-
Aliança Geração	1.242.170	65.354	-	(90.664)	-	-	-	-	1.216.860
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	44.483	-	-	42.568	-	-	-	663.755
Retiro Baixo	157.773	10.394	-	(3.138)	5.691	-	-	-	170.720
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	(27)	-	-	9.069	-	-	-	9.042
Total do Investimento	7.792.225	(103.549)	(119.117)	(354.321)	510.673	(37.335)	(1.828.119)	(625.879)	5.234.578

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre da participação reflexa da Companhia nos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício. A coluna "Operações descontinuadas" evidencia o efeito da reclassificação do investimento na Light como ativo não circulante mantido para venda, em atendimento ao disposto no pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5.
- (2) Em virtude de resultado de análise de indicativo de *impairment*, considerando-se os prejuízos recorrentes apresentados pela Madeira, reconheceu-se provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2018, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), nominal, de 9,59%. A provisão está apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 como "ajuste referente à desvalorização em investimentos";
- (3) Movimentações decorrentes da combinação de negócios entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (4) Em outubro de 2018, a controlada Cemig GT subscreveu e integralizou aumento de capital na MESA e no Fipe Melbourne de R\$25.320 e R\$26.152, respectivamente. Esses recursos aportados foram totalmente destinados a aportes na Santo Antônio energia S.A. - Usina Santo Antônio "SAESA".



A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Saldo inicial	119.743	945.584	76.893	603.049
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	285.010	1.630.540	354.321	1.144.056
Proposta de dividendos de investida classificada como mantida para venda	72.738	72.738	-	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio recebido	(8.913)	(95.885)	(6.611)	(37.981)
Recebimentos	(282.580)	(830.525)	(304.860)	(763.540)
Saldos recebidos na incorporação - RME e Luce	-	4.443	-	-
Saldo final	185.998	1.726.895	119.743	945.584



b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	2019			2018		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	5.136.203	100,00	2.600.000	4.980.136
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.704.760	15,51	10.619.786	4.656.593
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	109.649	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.503	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.715	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	226.984	69,39	186.573	233.793
Central Eólica Praias de Parajuru	71.834.843	100,00	71.835	89.188	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio	138.867.440	100,00	138.867	57.901	100,00	138.867	84.355
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	94.871	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.266.453	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.597.723	74,50	1.322.598	1.379.678	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.500	299.532	49,90	222.850	278.065
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (6)	69.282.514	49,00	69.283	(44.510)	49,00	22.165	10.470
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	19	100,00	306	36
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.407.996	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	446.318	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	183.617	100,00	151.309	178.544
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	136.140	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	179.275	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	126.802	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	72.648	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.994	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	123.929	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	57.397	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	97.731	100,00	45.952	92.987
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.402.000	100,00	1.402	3.638	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	28.263	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.359	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	31.027	100,00	1.000	28.135
Cemig Distribuição (4)	2.359.113.452	100,00	5.371.998	4.803.771	100,00	2.771.998	4.642.358
Light	303.934.060	22,58	4.051.285	5.983.158	26,06	2.225.821	3.389.492
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.035	4.926.923	21,68	3.042.034	4.572.051
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	82.212	19,60	182.063	84.232
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	988.441	99,57	665.429	1.001.294
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	10.798	100,00	174	2.741
LEPSA (5)	-	-	-	-	100,00	406.341	446.591
RME (5)	-	-	-	-	100,00	403.040	423.228
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	17.156	100,00	15.122	17.532
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	47.026	51,00	28.000	38.608
Axxiom Soluções Tecnológicas	58.365.000	49,00	58.365	26.522	49,00	46.600	16.943

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.
- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Cemig GT reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos a seguir, especificamente relacionados à controlada em conjunto Renova, esta investida não concluiu suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.
- (3) Foi aprovada, em AGÉ realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da investida, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..
- (4) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs, aportados pela Companhia, sem a emissão de novas ações.
- (5) Essas investidas foram incorporadas em 24 de abril de 2019.
- (6) Em virtude do patrimônio líquido da Usina Hidrelétrica Itaocara ter se tornado negativo, em 31 de dezembro de 2019, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil da sua participação e reconheceu uma provisão para perdas, no valor de R\$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.



A Companhia possui, ainda, participações indiretas nas seguintes investidas:

Consolidado	2019		2018	
	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Amazônia	74,50%	5,76%	74,50%	12,46%
Renova (1)	36,23%	-	36,23%	8,39%
LightGer	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Guanhães	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Axxion	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
UHE Itaocara	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Light	22,58%	-	26,06%	22,80%

(1) Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Mais detalhes podem ser consultados na sequência desta nota explicativa.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

2019	Centroeste	Ativas Data Center	Taesa	Axxiom Soluções Tecnológicas	Lightger
Ativo					
Circulante	28.817	32.979	2.736.401	33.915	86.758
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	8.167	155.057	6.509	69.419
Não circulante	35.177	106.668	7.419.245	25.780	124.500
Total do ativo	63.994	139.647	10.155.646	59.695	211.258
Passivo					
Circulante	6.484	24.387	925.980	28.321	53.373
Empréstimos e financiamentos	3.095	12.631	7.941	7.987	8.619
Não circulante	10.483	33.048	4.302.871	4.852	63.014
Empréstimos e financiamentos	7.532	30.721	409.664	120	63.014
Patrimônio líquido	47.027	82.212	4.926.795	26.522	94.871
Total do passivo	63.994	139.647	10.155.646	59.695	211.258
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	17.023	83.190	1.232.079	53.405	49.979
Custos operacionais	(5.328)	(74.794)	(239.504)	(54.773)	(27.227)
Depreciação e amortização	(1.427)	(18.470)	(4.379)	(2.338)	(10.584)
Lucro bruto	11.695	8.396	992.575	(1.368)	22.752
Despesas gerais e administrativas	(1.798)	(7.451)	(126.364)	(10.829)	(1.531)
Receitas financeiras	1.885	72	81.258	186	3.982
Despesas financeiras	(2.241)	(2.855)	(335.162)	(1.581)	(7.411)
Resultado operacional	9.541	(1.838)	612.307	(13.592)	17.792
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	488.816	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.122)	(273)	(99.264)	4.606	(2.942)
Resultado líquido do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850
Resultado abrangente do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850



2019	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
Ativo					
Circulante	34.631	10.542	68.182	1.155	1.195
Caixa e equivalentes de caixa	30.341	2.395	55.676	1.113	422
Não circulante	82.183	89.940	342.954	1.266.023	267.384
Total do ativo	116.814	100.482	411.136	1.267.178	268.579
Passivo					
Circulante	7.165	11.196	33.939	725	1.062
Empréstimos e financiamentos	-	6.581	13.703	-	484
Não circulante	-	26.571	77.665	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	26.454	68.468	-	-
Patrimônio líquido	109.649	62.715	299.532	1.266.453	267.503
Total do passivo	116.814	100.482	411.136	1.267.178	268.579
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	37.844	30.260	70.341	-	-
Custos operacionais	(16.832)	(14.575)	(30.119)	-	(1.502)
Depreciação e amortização	(2.773)	(3.143)	(8.841)	-	(10)
Lucro bruto	21.012	15.685	40.222	-	(1.502)
Despesas gerais e administrativas	-	(66)	(3.582)	(1.717)	-
Receitas financeiras	1.483	395	2.989	57	360
Despesas financeiras	(13)	(3.629)	(8.174)	(3)	(42)
Resultado operacional	22.482	12.385	31.455	(1.663)	(1.184)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	18.867	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.775)	(928)	(3.301)	-	(10)
Resultado líquido do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)
Resultado abrangente do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)



2019	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Aliança Geração
Ativo				
Circulante	81	749.937	59.577	826.868
Caixa e equivalentes de caixa	67	77.538	8.827	700.451
Não circulante	1.380.150	21.679.635	187.511	2.194.151
Total do ativo	1.380.231	22.429.572	247.088	3.021.019
Passivo				
Circulante	553	1.176.997	15.571	591.190
Empréstimos e financiamentos	-	73.428	-	152.305
Não circulante	-	17.547.815	4.533	571.924
Empréstimos e financiamentos	-	10.924.960	-	68.518
Patrimônio líquido (negativo)	1.379.678	3.704.760	226.984	1.857.905
Total do passivo	1.380.231	22.429.572	247.088	3.021.019
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	3.197.523	68.433	1.015.746
Custos operacionais	(199)	(2.508.203)	(23.132)	(629.653)
Depreciação e amortização	-	-	(8.868)	(122.102)
Lucro bruto	(199)	689.320	45.301	386.093
Despesas gerais e administrativas	(16)	(98.771)	-	(29.607)
Receitas financeiras	1	131.422	4.232	34.172
Despesas financeiras	(1)	(1.683.378)	(669)	(68.912)
Resultado operacional	(215)	(961.407)	48.864	321.746
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.481	-	-	16.264
Imposto de renda e contribuição social	-	9.574	(16.581)	(109.048)
Resultado líquido do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962
Resultado abrangente do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

2018	Centroeste	Ativas Data Center	Taesa
Ativo			
Circulante	18.722	17.196	1.679.363
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.060	19.480
Não circulante	36.574	105.776	6.750.218
Total do ativo	55.296	122.972	8.429.581
Passivo			
Circulante	6.527	22.526	606.003
Empréstimos e financiamentos	3.204	9.326	8.294
Não circulante	10.161	16.214	3.251.526
Empréstimos e financiamentos	10.161	13.236	402.441
Patrimônio líquido	38.608	84.232	4.572.052
Total do passivo	55.296	122.972	8.429.581
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	14.093	69.607	1.244.561
Custos operacionais	(1.019)	(72.103)	(184.768)
Depreciação e amortização	-	-	(279)
Lucro bruto	13.074	(2.496)	1.059.793
Despesas gerais e administrativas	-	(16.102)	(138.869)
Receitas financeiras	1.086	579	53.203
Despesas financeiras	(2.973)	(2.578)	(274.588)
Resultado operacional	11.187	(20.597)	699.539
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	481.799
Imposto de renda e contribuição social	(1.132)	-	(110.033)
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício			
Resultado líquido do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305
Resultado abrangente do exercício	10.055	(20.597)	1.071.305

Notas Ex



Ativo				
Circulante	22.771	11.994	46.994	478
Caixa e equivalentes de caixa	17.792	3.721	35.582	453
Não circulante	84.902	94.867	354.135	1.247.161
Total do ativo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Passivo				
Circulante	7.239	11.521	32.174	332
Empréstimos e financiamentos	-	6.578	13.660	-
Não circulante	-	32.831	90.890	-
Empréstimos e financiamentos	-	32.831	81.905	-
Patrimônio líquido	100.434	62.509	278.065	1.247.307
Total do passivo	107.673	106.861	401.129	1.247.639
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	50.188	29.270	71.137	-
Custos operacionais	(29.315)	(12.161)	(29.327)	-
Depreciação e amortização	(2.763)	(3.095)	(10.084)	-
Lucro bruto	20.873	17.109	41.810	-
Despesas gerais e administrativas	-	(324)	(3.945)	(2.481)
Receitas financeiras	1.593	596	1.953	995
Despesas financeiras	(169)	(4.033)	(10.511)	(1.093)
Resultado operacional	22.297	13.348	29.307	(2.579)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	96.665
Imposto de renda e contribuição social	(2.218)	(1.203)	(2.835)	-
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086
Resultado abrangente do exercício	20.079	12.145	26.472	94.086

2018	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Renova	Aliança Geração
Ativo					
Circulante	111	618.230	44.420	294.783	711.921
Caixa e equivalentes de caixa	97	68.645	8.161	69	344.155
Não circulante	1.359.669	22.453.401	201.025	1.228.919	2.277.501
Total do ativo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Passivo					
Circulante	538	1.281.333	6.795	441.524	534.585
Empréstimos e financiamentos	-	53.259	-	341.568	149.120
Não circulante	-	17.133.705	4.857	1.158.667	596.932
Empréstimos e financiamentos	-	10.219.548	-	-	140.000
Patrimônio líquido	1.359.242	4.656.593	233.793	(76.489)	1.857.905
Total do passivo	1.359.780	23.071.631	245.445	1.523.702	2.989.422
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.005.553	73.856	-	906.852
Custos operacionais	-	(2.689.459)	(30.753)	(3.969)	(555.446)
Depreciação e amortização	-	-	(8.844)	(3.969)	(125.325)
Lucro bruto	-	316.094	43.103	(3.969)	351.406
Despesas gerais e administrativas	(1.278)	(194.849)	-	(93.123)	(31.091)
Receitas financeiras	2.213	127.777	3.038	1.045	30.345
Despesas financeiras	(2.076)	(1.880.828)	(950)	(84.317)	(67.013)
Resultado operacional	(1.141)	(1.631.806)	45.191	(180.364)	283.647
Resultado de Equivalência Patrimonial	104.936	-	-	(675.933)	10.714
Imposto de renda e contribuição social	(684)	(111.830)	(4.041)	-	(96.042)
Resultado líquido do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319
Resultado abrangente do exercício	103.111	(1.743.636)	41.150	(856.297)	198.319



Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$951.833 (R\$1.743.636 em 31 de dezembro de 2018) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$427.060 (R\$663.103 em 31 de dezembro de 2018). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.



Adicionalmente, a SAAG e a Cemig GT instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentando capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, diante do agravamento da situação financeira da Renova e de um potencial pedido de recuperação judicial, a Companhia passou a provisionar, a partir de 30 de junho de 2019, momento, uma perda estimada na realização dos créditos decorrente de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$688 milhões.

Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou pelo valor de R\$1,00 (hum real) a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova, equivalentes a 17,17% de seu capital social, para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a controlada Cemig GT não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.



Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação de uma empresa independente para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, o qual deve ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de Credores conforme termos e prazos estabelecidos na Lei 11.101/2005. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano, sendo que, até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Companhia empréstimo do tipo “debtor-in-possession” (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo de R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, nas datas de 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós concursal, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 5.000.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.



Em 31 de dezembro de 2019, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.309.499 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.962.000 (R\$1.643.000 em 31 de dezembro de 2018).

c) Combinação de negócios - Centroeste

Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, correspondente a 49% do capital social desta investida, passando a ser titular, assim, da totalidade de suas ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da investida pela Companhia, é resultado do exercício do direito de preferência da Companhia na aquisição da participação societária objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

A Centroeste atua na construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.

A contraprestação transferida pela aquisição do controle da investida, integralmente em caixa, corresponde a R\$44.775, resultante do preço constante do Edital do Leilão, corrigido pela variação acumulada da taxa Selic ocorrida até a data da conclusão da operação, descontados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos ou declarados em favor da Eletrobras no período.

Em 31 de dezembro de 2019 e antes de adquirir o controle da investida, a Companhia detinha participação de 51% no seu capital social, sem exercer controle, de acordo com previsões do seu acordo de acionistas. Dessa forma, nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora, as informações financeiras dessa investida foram reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, e reconhecerá a diferença no resultado do exercício de 2020, conforme demonstrado a seguir:



	Centroeste
Valor justo na data da transação (1)	120.494
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	51%
Valor da participação original da Companhia avaliada pelo valor justo na data da aquisição	61.452
Valor contábil original	(23.983)
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas, a ser reconhecida no resultado em 2020	37.469

- (1) A avaliação dos ativos líquidos da investida, considerada na contabilização inicial da combinação de negócios, foi calculada com base no fluxo de caixa descontado do acionista (FCFE – Free cash flow to equity), a partir do custo de capital próprio da transmissão. Durante o período de mensuração das operações de combinações de negócios, que não pode exceder a um ano da data de aquisição, podem ocorrer ajustes aos valores provisórios reconhecidos. Considerando que o contrato de concessão é identificável e pode ser mensurado em condição objetiva e confiável, o reconhecimento da mais valia será realizado separadamente no subgrupo do ativo intangível nas demonstrações consolidadas e será considerado parte do investimento nas demonstrações individuais, em conformidade com o ICPC 09. A amortização da mais valia se dará durante o prazo da concessão.

A alocação do valor justo da participação adquirida e da remensuração da participação anterior, cujos impactos serão reconhecidos em 2020, está apresentada a seguir:

	Centroeste
Valor total da contraprestação paga por 49% de participação na Centroeste	44.775
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 51%	61.452
Compra vantajosa	14.267
Total	120.494
Ativo intangível da concessão	73.467
Valor dos ativos e passivos líquidos	47.027
Total do valor justo dos ativos líquidos	120.494

- (1) Mais valia correspondente ao direito de autorização de transmissão de energia elétrica concedido à investida, identificável e com vida útil definida.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da transação encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	28.817	Circulante	6.484
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	Empréstimos e financiamentos	3.095
Outros ativos circulantes	1.707	Dividendos e juros sobre capital próprios	2.388
Não circulante	108.644	Outros passivos circulantes	1.001
Ativo de infraestrutura	34.517	Não circulante	10.483
Ativo intangível da concessão	73.467	Empréstimos e financiamentos	7.352
Depósitos judiciais	389	Provisões	3.131
Outros ativos não circulantes	271	Total dos ativos líquidos ao valor justo	120.494

Os efeitos acima serão apresentados no segmento operacional de transmissão.



a) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.



A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

A Renova tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

No decorrer de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Renova e a controlada indireta Espra, questionando a apuração de IRPJ, CSLL e o recolhimento de IRRF, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, nos montantes estimados de R\$89.318 e de R\$1.788, respectivamente.



Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram de uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de dezembro de 2019 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.



Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota nº 27). Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. A segunda fase da investigação foi substancialmente concluída e o seu relatório preliminar foi entregue em 20 de fevereiro de 2020. Considerando os resultados das investigações internas apresentados até o momento, não foram apurados efeitos para registro nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019. A segunda fase das investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

19. IMOBILIZADO

Consolidado	2019			2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	247.535	(19.178)	228.357	231.223	(16.174)	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.660	(818.141)	273.519	1.114.229	(800.430)	313.799
Máquinas e equipamentos	2.597.685	(1.869.186)	728.499	2.772.738	(1.918.442)	854.296
Veículos	20.616	(17.687)	2.929	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	14.073	(10.939)	3.134	16.385	(12.718)	3.667
	7.251.353	(4.934.790)	2.316.563	7.448.500	(4.906.669)	2.541.831
Em curso						
Ativos em curso	133.562	-	133.562	119.754	-	119.754
Imobilizado líquido	7.384.915	(4.934.790)	2.450.125	7.568.254	(4.906.669)	2.661.585

Controladora	2019			2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(21)	34	408	(297)	111
Máquinas e equipamentos	5.298	(4.379)	919	5.840	(4.627)	1.213
Móveis e utensílios	749	(698)	51	2.238	(1.878)	360
	6.184	(5.098)	1.086	8.568	(6.802)	1.766
Em curso						
Ativos em curso	460	-	460	484	-	484
Imobilizado líquido	6.644	(5.098)	1.546	9.052	(6.802)	2.250



A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Terrenos (1)	215.049	-	(153)	(3.478)	16.939	228.357
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	(4.756)	(80.045)	14.431	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	(5.762)	(18.672)	(15.846)	273.519
Máquinas e equipamentos	854.296	43	(80.501)	(78.720)	33.381	728.499
Veículos	4.525	-	-	(1.538)	(58)	2.929
Móveis e utensílios	3.667	-	(303)	(314)	85	3.135
	2.541.831	43	(91.475)	(182.767)	48.932	2.316.564
Em curso	119.754	70.347	(11.337)	-	(45.203)	133.561
Imobilizado líquido	2.661.585	70.390	(102.812)	(182.767)	3.729	2.450.125

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Foram transferidos saldos para o imobilizado provenientes do ativo intangível, no montante total de R\$3.735. Adicionalmente, o montante de R\$6 foi transferido do imobilizado para o ativo de contrato.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Ajuste Combinação de Negócios	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço								
Terrenos (1)	211.272	-	(3)	(2.523)	-	-	6.303	215.049
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	(2.041)	(81.296)	-	-	256	1.150.495
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	331.362	-	(263)	(18.760)	-	-	1.460	313.799
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(9.086)	(69.826)	(255.758)	296.585	18.830	854.296
Veículos	3.105	-	-	(1.429)	-	20	2.829	4.525
Móveis e Utensílios	3.395	-	(3)	(360)	-	136	499	3.667
	2.656.261	-	(11.396)	(174.194)	(255.758)	296.741	30.177	2.541.831
Em Curso	106.049	76.998	(22.522)	-	-	-	(40.771)	119.754
Imobilizado líquido	2.762.310	76.998	(33.918)	(174.194)	(255.758)	296.741	(10.594)	2.661.585

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Terrenos	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	111	-	(75)	-	(1)	35
Máquinas e equipamentos	1.213	44	-	25	(363)	919
Móveis e utensílios	360	-	(301)	-	(9)	50
	1.766	44	(376)	25	(373)	1.086
Em curso	484	1	-	(25)	-	460
Imobilizado líquido	2.250	45	(376)	-	(373)	1.546

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (2)	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço								
Terrenos	-	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	116	-	-	(5)	-	111
Máquinas e Equipamentos	1.338	-	262.137	(255.758)	-	(6.036)	(468)	1.213
Móveis e Utensílios	13	-	406	-	-	(59)	-	360
	1.351	-	262.741	(255.758)	-	(6.100)	(468)	1.766
Em Curso	459	25	9.025	-	(9.025)	-	-	484
Imobilizado Líquido	1.810	25	271.766	(255.758)	(9.025)	(6.100)	(468)	2.250

- (1) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom.
 (2) O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque.



As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	2	Software	20
Edificação - Casa de Força	2	Veículos	14,29
Edificação - Outras	3,33	Equipamento Geral de Informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina Hidráulica	2,5	Edificação - Outras	3,33
Condutor Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Urbanização e Benfeitorias	3,33		

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,13%, que segregadas por atividade representa:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Geração Eólica	Administração
2,83	4,13	4,87	8,29

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

20. INTANGÍVEIS

A composição do saldo dos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

Consolidado	2019			2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(3.292)	8.457	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.609)	6.560	19.169	(11.930)	7.239
Ativos de concessão (1)	20.039.489	(8.522.488)	11.517.001	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488
Outros	77.159	(66.507)	10.652	84.868	(66.071)	18.797
	20.147.566	(8.604.896)	11.542.670	18.789.924	(8.075.315)	10.714.609
Em curso	81.801	-	81.801	62.582	-	62.582
Intangível líquido	20.229.367	(8.604.896)	11.624.471	18.852.506	(8.075.315)	10.777.191

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$126.678, bem como de concessão de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$426.760, são considerados nas demonstrações financeiras da Cemig GT e da Companhia, respectivamente, como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.



Controladora	2019			2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(9.593)	3.971	14.880	(8.946)	5.934
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	231	(73)	158	231	(73)	158
	13.803	(9.674)	4.129	15.119	(9.027)	6.092
Em curso	46	-	46	33	-	33
Intangível líquido	13.849	(9.674)	4.175	15.152	(9.027)	6.125

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa (2)	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2019
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(628)	-	8.457
Concessão onerosa	7.239	-	-	(679)	-	6.560
Ativos de concessão	10.679.488	891.167	(40.681)	(698.274)	685.301	11.517.001
Outros	18.797	6.450	(197)	(4.719)	(9.679)	10.652
	10.714.609	897.617	(40.878)	(704.300)	682.072	11.542.670
Em curso	62.582	36.029	-	-	(16.810)	81.801
Intangível Líquido	10.777.191	933.646	(40.878)	(704.300)	658.812	11.624.471

- (1) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato, ativo financeiro e imobilizado conforme segue: (1) R\$685.068, transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) (R\$3.735) transferidos do ativo intangível para o imobilizado e (3) (R\$22.521) transferidos do ativo intangível para o ativo financeiro.
- (2) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, reconhecido no resultado em "outras despesas". O teste de impairment do ativo intangível, referente à autorização de geração de energia eólica concedida a Volta do Rio, reconhecido em 2018 no âmbito da combinação de negócios, decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos de geração eólica da controlada. O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, trazidos a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Ativos oriundos de Combinação de Negócios	Adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	9.759	-	-	-	-	(674)	-	-	9.085
Concessão Onerosa	7.918	-	-	-	-	(679)	-	-	7.239
Ativos de Concessão	10.435.391	162.106	-	-	(23.155)	(668.421)	-	773.567	10.679.488
Outros	17.188	4.464	-	1.064	(115)	(5.125)	(6.947)	8.268	18.797
	10.470.256	166.570	-	1.064	(23.270)	(674.899)	(6.947)	781.835	10.714.609
Em Curso	685.672	-	(621.247)	33.191	(3.971)	-	-	(31.063)	62.582
Intangível Líquido	11.155.928	166.570	(621.247)	34.255	(27.241)	(674.899)	(6.947)	750.772	10.777.191

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Em serviço					
Com vida útil definida					
Direito de uso de softwares	5.934	-	-	(197)	3.971
Outros	158	-	-	-	158
	6.092	-	-	(197)	4.129
Em curso	33	13	-	-	46
Intangível líquido	6.125	13	(197)	(1.766)	4.175



Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Em serviço							
Com vida útil definida							
Direito de uso de softwares	41	11.716	(6.947)	2.345	-	(269)	6.886
Marcas e patentes	2	-	-	231	-	(1.027)	(794)
	43	11.716	(6.947)	2.576	-	(1.296)	6.092
Em curso	2.414	-	-	(2.576)	195	-	33
Intangível líquido	2.457	11.716	(6.947)	-	195	(1.296)	6.125

(1) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 1.

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços de gás canalizado da controlada Gasmig, consistindo na substituição da obrigação contratual, de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), que seria construída pela Petrobras na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Poder Concedente, a título de bônus de outorga, no valor de R\$891.168. O referido termo assegurou a extensão do prazo de vigência do contrato de concessão da Gasmig até 2053. O pagamento da outorga ocorreu em 26 de setembro de 2019 e o seu valor foi acrescido à base de remuneração de ativos da Gasmig, sendo considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídos os encargos financeiros capitalizados, no montante de R\$2.002, conforme nota explicativa nº 24.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração, encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00



A taxa média de amortização da Companhia é de 4,01%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
19,74	16,90	2,87	3,88	16,03

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

21. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2019 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a dívidas contratadas pela Companhia e por meio de cotações junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019
Imóveis	206.045	238.482	3.330	19.844
Veículos	70.676	103.557	-	-
Outros	103	411	-	-
	276.824	342.450	3.330	19.844

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:



Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Adição	27.652	3.459	-	31.111
Baixa	(12.969)	-	-	(12.969)
Amortização (1)	(36.657)	(38.765)	(308)	(75.730)
Remensuração (2)	(10.463)	2.425	-	(8.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.045	70.676	103	276.824

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$4.563.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Baixa	(12.969)
Amortização (1)	(2.603)
Remensuração	(942)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.330

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$217.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	342.450	19.844
Adição	31.111	-
Baixa	(12.969)	(12.969)
Juros incorridos (2)	36.007	529
Arrendamentos pagos	(95.664)	(2.856)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.150)	(127)
Remensuração (3)	(8.038)	(942)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	287.747	3.479
Passivo circulante	85.000	1.646
Passivo não circulante	202.747	1.833

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$2.173 e R\$44, para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (3) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	703.754	287.747	8.368	3.479
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	56.106	18.128	766	315



A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2020	86.165	1.711
2021	58.136	305
2022	25.712	272
2023	25.644	264
2024	25.552	264
2025 a 2045	482.545	5.552
Valores não descontados	703.754	8.368
Juros embutidos	(416.007)	(4.889)
Passivo de arrendamento	287.747	3.479

22. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2019	2018
Energia de curto prazo - CCEE	401.482	139.375
Encargos de uso da rede elétrica	144.975	122.374
Energia elétrica comprada para revenda	763.652	775.336
Itaipu binacional	242.766	268.004
Gás comprado para revenda	143.358	123.664
Materiais e serviços	383.658	372.499
	2.079.891	1.801.252

23. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS	111.608	167.886	-	1.587
Cofins	134.580	146.004	45.364	18.404
PIS/Pasep	29.298	31.664	9.827	3.988
INSS	24.819	22.730	1.684	2.226
Outros (1)	58.542	41.541	35.765	18.809
	358.847	409.825	92.640	45.014
Não circulante				
Cofins	757	25.280	79	-
PIS/Pasep	126	4.116	12	-
	883	29.396	91	-
	359.730	439.221	92.731	45.014
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	4.193.329	1.123.680	-	-
	4.193.329	1.123.680	-	-

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto renda sobre o juros sobre o capital próprio, cujo recolhimento ocorreu no primeiro decêndio de 2020, em conformidade à legislação tributária.



Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem recebidos pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Mais informações na nota explicativa nº 10.



24. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2019			2018
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$\$	1.842	16.209	18.051	25.936
Eurobonds (2)	2024	9,25%	U\$\$	45.691	6.046.051	6.091.742	5.856.124
KFW (2)	2019	1,78%	EUR\$	-	-	-	229
(-) Custos de transação				-	(18.656)	(18.656)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(30.040)	(30.040)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				47.533	6.013.564	6.061.097	5.826.701
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.(4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	502.531
Caixa Econômica Federal (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	60.516	-	60.516	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	117.710	-	117.710	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	11.221	9.047	20.268	33.182
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.485	2.097	5.582	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2020	IPCA	R\$	185	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	48.529	48.529	45.531
Nota promissória - 9ª Emissão - Série Única (4) (11)	2019	151,00% do CDI	R\$	-	-	-	425.571
Nota Promissória - 1ª Emissão - Série Única (8)	2020	107,00% do CDI	R\$	875.247	-	875.247	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(3.031)	-	(3.031)	(23.508)
(-) Custos de Transação					(277)	(277)	(12.524)
Dívida em moeda nacional				1.065.333	59.396	1.124.729	1.765.952
Total de empréstimos e financiamento				1.112.866	6.072.960	7.185.826	7.592.653
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	396.330	691.659	1.087.989	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.292	-	17.292	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (12)	2021	140,00% do CDI	R\$	289.381	288.686	578.067	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	568.312	540.633	1.108.945	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	42.109	948.784	990.893	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4) (11)	2020	CDI + 1,75%	R\$	-	-	-	551.214
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	274.083	1.890.000	2.164.083	-
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.420	1.516.622	1.519.042	-
Debêntures - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	10.930	19.393	30.323	39.857
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.395	8.677	13.072	17.367
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	11.955	22.476	34.431	46.180
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.238	10.326	15.564	20.681
Debêntures - 4ª emissão - 7ª série (8)	2020	TJLP + 1,82%	R\$	450	-	450	716
Debêntures - 6ª emissão - Série única (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	-	-	-	50.086
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.018	60.000	80.018	100.033
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(21.606)	(21.606)	-
(-) Custos de Transação				(9.530)	(18.828)	(28.358)	(40.881)
Total de debêntures				1.633.383	5.956.822	7.590.205	7.179.175
Total geral consolidado				2.746.249	12.029.782	14.776.031	14.771.828



Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				2019			2018
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	48.529	48.529	45.531
(-) Custos de transação				-	(277)	(277)	(450)
Total de empréstimos e financiamentos				-	48.252	48.252	45.081

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$ 181.716, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$ 163.666. As taxas de juros variam entre 2% a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (6) Central Eólica Volta do Rio.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (8) Gasmig.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 32.
- (10) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (11) Os recursos incorporados ao caixa da Cemig D por meio da distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 22 de julho de 2019, permitiram o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, realizados em 24 de julho de 2019, totalizaram R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos. Essas iniciativas, equilibraram o fluxo de caixa e melhoraram a qualidade de crédito da Companhia. As alterações no novo perfil de dívida consistiram na extinção de contratos existentes e celebração de novos, sendo os efeitos contábeis das transações refletidas em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC 48 (“Instrumentos Financeiros”).
- (12) Em 24 de julho de 2019, a Cemig GT realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Em 26 de setembro de 2019, a Gasmig concluiu a Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, no valor de R\$850.000, com prazo de vencimento de 12 meses e juros remuneratórios de 107% da taxa DI, sem garantia ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados para pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás em 26 de setembro de 2019. Para mais informações, vide nota explicativa nº 20.

Captações de recursos

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	Julho de 2019	2026	IPCA+4,10%	1.500.000
Nota Promissória - 1ª emissão (2)	Setembro de 2019	2020	107,00% do CDI	850.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (3)				(23.095)
Total de captações				4.476.722

- (1) Cemig Distribuição
- (2) Gasmig
- (3) Deságio na 7ª emissão das debêntures - 2ª série, pela Cemig Distribuição.



Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2019
Nota promissória, aval e fiança	9.247.367
Aval e Recebíveis	3.652.078
Recebíveis	309.213
Ações	608.385
Sem garantia	958.988
TOTAL	14.776.031

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	47.533	-	-	-	6.062.260	-	-	6.109.793
Total por moedas	47.533	-	-	-	6.062.260	-	-	6.109.793
Indexadores								
IPCA (1)	1.026.648	881.301	588.187	237.196	237.196	995.507	758.311	4.724.346
UFIR/RGR (2)	11.221	3.407	3.265	2.375	-	-	-	20.268
CDI (3)	1.465.331	906.683	569.535	560.000	270.000	-	-	3.771.549
URTJ/TJLP (4)	201.561	20.902	20.967	-	-	-	-	243.430
IGP-DI (5)	3.485	623	590	590	294	-	-	5.582
Total por indexadores	2.708.246	1.812.916	1.182.544	800.161	507.490	995.507	758.311	8.765.175
(-) Custos de transação	(9.530)	(10.167)	(905)	(881)	(19.168)	(3.392)	(3.248)	(47.291)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	(30.040)	-	-	(30.040)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	(10.803)	(10.803)	(21.606)
Total geral	2.746.249	1.802.749	1.181.639	799.280	6.520.542	981.312	744.260	14.776.031

Controladora	2020	2021	Total
Indexadores			
CDI (3)	-	48.529	48.529
Total por indexadores	-	48.529	48.529
(-) Custos de transação	-	(277)	(277)
Total geral	-	48.252	48.252

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2019	Variação % Acumulada em 2018	Indexador	Variação % Acumulada em 2019	Variação % Acumulada em 2018
Dólar Norte-Americano	4,02	17,13	IPCA	4,31	3,75
			CDI	5,97	6,40
			TJLP	(20,20)	(0,29)



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldos iniciais	14.771.828	14.397.697	45.081	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	-	-	65.032
Passivos oriundos de Combinação de Negócios	-	163.367	-	-
Saldo inicial para fins de consolidação	14.771.828	14.561.064	45.081	65.032
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.510.000	2.996.269	-	-
Custo de transação	(10.183)	(16.141)	-	-
Recursos antecipados	-	9.625	-	-
Deságio na emissão de títulos	(23.095)	-	-	-
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	4.476.722	2.989.753	-	-
Variação monetária	141.782	133.815	-	-
Variação cambial	225.992	582.193	-	-
Encargos financeiros provisionados	1.249.632	1.287.260	2.998	3.109
Amortização do custo de transação	37.616	32.907	173	434
Encargos financeiros pagos	(1.264.800)	(1.290.348)	-	(894)
Amortização de principal	(4.883.218)	(3.526.800)	-	(22.600)
Subtotal	14.755.554	14.769.844	48.252	45.081
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	20.477	1.984	-	-
Saldos finais	14.776.031	14.771.828	48.252	45.081

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2019	2018
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.249.632	1.287.260
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 20)	(22.735)	(30.801)
Efeito líquido no resultado	1.226.897	1.256.459

(1) A taxa média de capitalização foi de 6,79% a.a. em 2019 (9,64% a.a. em 2018).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - "Covenants"

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("Covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:



Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Índice requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 em diante	-	Semestral e anual
	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	-	Anual
Debêntures	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	-	Anual
GASMG (3)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 4,0 em 31/12/2019 Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	-	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (4)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (4) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de dezembro de 2019, com exceção do descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$178.226, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.



As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 31 de dezembro de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 33.

25. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2019	2018
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	30.494	29.068
Conta de desenvolvimento energético – CDE	58.327	122.217
Taxa de fiscalização da Aneel	2.620	2.329
Eficiência energética	254.595	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	199.385	224.970
Pesquisa expansão sistema energético	3.206	2.536
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	6.325	4.746
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	8.353	6.631
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.767	5.804
Encargo de capacidade emergencial	26.325	30.994
Outros	4.640	5.686
	604.037	692.937
Passivo circulante	456.771	514.412
Passivo não circulante	147.266	178.525

26. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.



Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A tem a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2019.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$566.381 (R\$651.966 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.



Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$550.151 (R\$377.449 em 31 de dezembro de 2018, referente aos déficits de 2015 e 2016). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2019
Valor Presente das Obrigações	13.285.833	3.102.178	60.504	573.876	17.022.391
Valor Justo dos Ativos do Plano	(10.366.512)	-	-	-	(10.366.512)
Passivo Líquido inicial	2.919.321	3.102.178	60.504	573.876	6.655.879
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	52.815	-	-	-	52.815
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.972.136	3.102.178	60.504	573.876	6.708.694

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2018
Valor Presente das Obrigações	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062
Valor Justo dos Ativos do Plano	(9.062.611)	-	-	-	(9.062.611)
Passivo Líquido inicial	2.010.717	2.343.799	47.552	427.383	4.829.451
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	158.893	-	-	-	158.893
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.



As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	10.545.473	1.809.441	38.505	269.880	12.663.299
Custo do serviço corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros sobre a obrigação atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas					
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	466.630	401.690	8.149	26.800	903.269
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(20.080)	68.231	(457)	112.824	160.518
	446.550	469.921	7.692	139.624	1.063.787
Benefícios pagos	(881.496)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(1.011.000)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	11.073.328	2.343.799	47.552	427.383	13.892.062
Custo do serviço corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros sobre a obrigação atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	6.165	290	15	(55)	6.415
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.058.532	575.763	11.311	130.034	2.775.640
Decorrentes de ajustes com base na experiência	83.209	91.155	(434)	(14.295)	159.635
	2.147.906	667.208	10.892	115.684	2.941.690
Benefícios pagos	(899.413)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(1.043.231)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	13.285.833	3.102.178	60.504	573.876	17.022.391

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	8.546.329
Retorno real dos investimentos	1.220.248
Contribuições do Empregador	177.530
Benefícios pagos	(881.496)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	9.062.611
Retorno real dos investimentos	2.003.879
Contribuições do Empregador	199.435
Benefícios pagos	(899.413)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	10.366.512

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2019 e 2018 são como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(767.316)	-	-	-	(767.316)
Estimativa de despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	196.696	222.344	4.554	40.960	464.554

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(770.865)	-	-	-	(770.865)
Estimativa de despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111



As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	191.936	182.323	3.812	27.040	405.111
Contribuições pagas	(177.530)	(117.886)	(2.457)	(9.161)	(307.034)
Perdas (ganhos) atuariais	86.849	469.921	7.692	139.624	704.086
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
Despesa reconhecida no resultado	196.696	222.344	4.554	40.960	464.554
Contribuições pagas	(199.435)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(343.253)
Perdas (ganhos) atuariais	805.265	667.208	10.892	115.684	1.599.049
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	2.972.136	3.102.178	60.504	573.876	6.708.694
				31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				287.538	252.688
Passivo Não Circulante				6.421.156	4.735.656

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	31.668	10.774	257	1.281	43.980
Contribuições pagas	(8.735)	(7.223)	(155)	(335)	(16.448)
Perdas (ganhos) atuariais	937	17.069	437	3.979	22.422
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
Despesa reconhecida no resultado	32.589	12.255	303	1.649	46.796
Contribuições pagas	(9.812)	(8.588)	(168)	(406)	(18.974)
Perdas (ganhos) atuariais	123.661	47.926	1.504	3.144	176.235
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	503.792	183.781	4.837	21.098	713.508
				31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante				23.747	13.774
Passivo não circulante				689.761	495.677

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$408.464 (R\$337.005 em 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$56.090 (R\$68.106 em 2018).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2020 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.495	20.987	506	3.690	26.678
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(682.361)		-	-	(682.361)
Estimativa da despesa total em 2020 conforme laudo atuarial	205.785	236.062	4.722	44.385	490.954

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2020 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	898.250	140.869	2.666	16.825	1.058.610



A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2020 no montante de R\$285.576 para amortização de déficit do Plano A e de R\$79.499 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
9,54	11,55	12,82	13,17	16,93

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2019	2018
Ações	9,51%	7,11%
Títulos de Renda Fixa	72,28%	71,92%
Imóveis	3,79%	4,69%
Outros	14,42%	16,28%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2019	2018	2017
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	398.652	379.786	363.616
Ações emitidas pela Companhia	23.852	34.947	9.826
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	502.751	662.429	725.000
	925.255	1.077.162	1.098.442

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2019			2018		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,87%	7,09%	7,19%	9,02%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,87%	Não aplicável	Não aplicável	9,02%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,61%	3,61%	3,61%	4,01%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,61%	Não aplicável	4,85%	4,01%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1%	-	-	1%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.



A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	334.825	84.387	1.341	(14.837)	405.716
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(336.099)	(60.594)	(1.351)	15.812	(382.232)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.582.601	496.595	9.988	121.758	2.210.942

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

27. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	456.889	179.913	(43.766)	(95.716)	497.320
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	20.642	(795)	(20.409)	18.314
Outras ações cíveis	29.011	16.119	(12.286)	(15.077)	17.767
	47.887	36.761	(13.081)	(35.486)	36.081
Tributárias	51.894	1.236.419	(8.314)	(19.558)	1.260.441
Regulatórias	36.691	2.368	(590)	(1.680)	36.789
Outras	47.310	13.752	(2.519)	(1.110)	57.433
Total	640.671	1.469.213	(68.270)	(153.550)	1.888.064

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2018
Trabalhistas	473.874	67.076	(25.387)	(58.674)	456.889
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	17.273	(524)	(16.505)	18.876
Outras ações cíveis	43.105	9.878	(14.340)	(9.632)	29.011
	61.737	27.151	(14.864)	(26.137)	47.887
Tributárias	57.048	4.670	(9.332)	(492)	51.894
Regulatórias	39.812	8.593	(10.393)	(1.321)	36.691
Outras	45.642	7.809	0	-2.184	47.310
Total	678.113	115.299	(63.933)	(88.808)	640.671



	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	32.807	17.663	(2.266)	(6.026)	42.178
Cíveis					
Relações de consumo	931	267	(390)	(261)	547
Outras ações cíveis	759	1.041	(531)	(13)	1.256
	1.690	1.308	(921)	(274)	1.803
Tributárias	11.269	178.351	(6.816)	(21.391)	161.413
Regulatórias	17.180	476	(175)	(270)	17.211
Outras	1.258	179	(615)	-	822
Total	64.204	197.977	(10.793)	(27.961)	223.427

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2018
Trabalhistas	38.603	22	7.406	(7.620)	(5.604)	32.807
Cíveis		-				
Relações de consumo	1.024	-	697	(100)	(690)	931
Outras ações cíveis	958	-	3.180	(444)	(2.935)	759
	1.982	-	3.877	(544)	(3.625)	1.690
Tributárias	7.473	-	4.076	(263)	(17)	11.269
Regulatórias	13.959	-	4.190	-	(969)	17.180
Outras	1.177	-	257	(67)	(109)	1.258
Total	63.194	22	19.806	(8.494)	(10.324)	64.204

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.



O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.678.903 (R\$1.724.929 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$487.101 foram provisionados (R\$456.889 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$106.484 (R\$87.573 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$10.219 foram provisionados mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$67.771 (R\$66.399 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$18.314 (R\$18.876 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$299.921 (R\$277.048 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$17.767 (R\$29.011 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$203.872 (R\$160.420 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$42.999 (R\$46.472 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$78.883 (R\$142.210 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$4.002 foram provisionados (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.450.963 (R\$1.264.460 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.213.440 foram provisionados em 2019, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$46.911 (R\$15.154 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$55 foram provisionados (R\$1.257 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$280.293 (R\$259.800 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$36.789 (R\$36.691 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$40.762 (R\$36.280 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$321.567 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$4.002 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$451.941 (R\$188.743 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$12.614 foram provisionados (R\$11.030 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:



Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$282.071 (R\$274.871 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$289.086 (R\$303.584 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é, aproximadamente, R\$112.311 (R\$155.177 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$160.277 (R\$145.689 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$229.906 (R\$221.414 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$400.075 (R\$349.760 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Em 26 de dezembro de 2019, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou auto de infração contra a controlada Gasmig, no valor total de R\$4.446, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 a 31 de dezembro de 2014, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela controlada e o entendimento do fisco. O auto é composto de R\$1.341 de principal, R\$2.161 de multas e R\$945 de juros. Em 23 de janeiro de 2020, foi emitido o segundo auto de infração, no valor de R\$4.330, relativo ao período de 01 a 31 de janeiro de 2015, com a mesma alegação, composto de R\$1.308 de principal, R\$2.108 de multas e R\$913 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$89.232.



Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$959.269 (R\$975.196 em 31 de dezembro de 2018), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$343.469 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.



Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Em junho de 2019, o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela Autora (APINE) transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que esta inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$326.719 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.



Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$165.299 (R\$148.205 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$95.215 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$425.927 (R\$412.054 em 31 de dezembro de 2018) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.



Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$148.904 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia era de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2019					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.516.953	51	11.323	-	248.528.276	17
Outras Entidades do Estado	19.896	-	1.411.276	-	1.431.172	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.700.000	10	55.133.744	6	103.833.744	7
BNDES Participações	54.342.992	11	26.220.938	3	80.563.930	6
Outros						
No País	101.170.317	21	328.982.856	34	430.153.173	29
No Exterior	34.864.055	7	559.378.251	57	594.242.306	41
Total	487.614.213	100	971.138.388	100	1.458.752.601	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2018					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	51	-	-	248.480.146	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	647.647	-	704.350	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.200.000	10	55.905.344	6	104.105.344	7
BNDES Participações	54.342.992	11	26.220.938	3	80.563.930	5
Outros						
No País	105.402.202	22	370.338.947	38	475.741.149	33
No Exterior	31.132.170	6	518.025.512	53	549.157.682	38
Total	487.614.213	100	971.138.388	100	1.458.752.601	100

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

	Quantidade de ações	
	2019	2018
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	487.614.213
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	971.138.388
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	1.458.191.883	1.458.191.883



Lucro básico e diluído por ação

As ações preferenciais da Companhia têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito no item “e”.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 33 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	508.639	577.311
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.572.958	554.281
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	2.081.597	1.131.592
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	255.542	290.039
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	790.259	278.468
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.045.801	568.507
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	2,14	1,17
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	2,14	1,17

	2019	2018
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	2.903.331	1.377.530
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade	508.639	577.311
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações preferenciais	1.423.818	339.573
Total do lucro para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade (A.1)	1.932.457	916.884
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade	255.542	290.039
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações ordinárias	715.332	170.607
Total do lucro para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade (B.1)	970.874	460.646
Lucro básico e diluído por ações preferenciais – operações em continuidade (A.1/número de ações)	1,99	0,95
Lucro básico e diluído por ações ordinárias – operações em continuidade (B.1/número de ações)	1,99	0,95

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2019	2018
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(343.602)	(256.943)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(2.650.198)	(1.681.484)
Custo atribuído de imobilizado	586.379	611.191
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	139	87
	(2.063.318)	(1.069.844)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.406.920)	(1.326.787)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.



Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, Líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

d) Reservas

Reservas de Capital

	2019	2018
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	2.249.721	2.249.721

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros

	2019	2018
Reserva legal	853.018	853.018
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	5.500.330	3.965.160
Reserva de lucros a realizar	834.603	-
Reserva de incentivos fiscais	85.039	66.783
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído	1.419.846	1.419.846
	8.750.051	6.362.022

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.



Reserva de Retenção de Lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

O cálculo da reserva de retenção de lucros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
Dividendos prescritos	-	42.464
Reserva de Incentivos Fiscais	(18.256)	(9.237)
Realização do custo atribuído	24.812	42.497
Ajuste de adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/ IFRS 15	-	(157.266)
Dividendos propostos	(764.181)	(867.350)
Reserva de lucros a realizar	(834.603)	
Retenção de lucros para garantir a execução do programa de investimentos	1.535.170	751.207

Reserva de Lucros a Realizar

O artigo 197 da Lei das SA permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2019, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$2.834.411, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei, bem como o resultado de equivalência patrimonial das investidas pode não ser realizado financeiramente em 2020, tendo em vista o atual cenário macroeconômico, não sendo ainda possível estimar os possíveis efeitos no caixa e nos resultados das investidas em função da pandemia do COVID-19 – coronavírus, conforme divulgado na nota explicativa nº 39.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$485.569, conforme descrito em maiores detalhes na letra “f” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

Desta forma, considerando que os dividendos estatutários se destacados integralmente, correspondentes a 50% do lucro líquido, representariam o valor de R\$1.563.699 e as expectativas de realização financeira do resultado do exercício, conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia está propondo a constituição de reserva de lucros a realizar no montante de R\$834.603, cujo cálculo está demonstrado a seguir.



	2019
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto (50% do lucro líquido)	1.563.699
Dividendos mínimos obrigatórios das ações preferenciais	(485.569)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos para ações ordinárias	(243.527)
Reservas de lucro a realizar	834.603

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão crescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de Incentivos Fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$18.256 (R\$9.237 em 2018), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019 alcança o montante de R\$85.039 (R\$66.783 em 31 de dezembro de 2018). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

	2019
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Administração da Companhia, face às incertezas presentes no cenário macroeconômico atual, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

e) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.



Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir.

f) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.



Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	4.855.692	4.855.692
	4.855.692	4.855.692
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	485.569	485.569
Valor do patrimônio líquido	15.886.615	14.578.719
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	10.574.131	9.703.595
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	317.224	291.108
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	485.569	485.569
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	3.127.398	1.700.099
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.563.699	850.050
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	35.085	17.300
	764.181	867.350
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	400.000	210.000
Dividendos ordinários	364.181	657.350
	764.181	867.350
Total dos dividendos para ações preferenciais	508.639	577.311
Total dos dividendos para ações ordinárias	255.542	290.039
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	0,52	0,59
Dividendos propostos - ON	0,52	0,59
Dividendos propostos - PN	0,52	0,59

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	863.703	861.420
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	764.181	764.181
Dividendos propostos – Participação de não controladores	727	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(35.085)	(35.085)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 13)	(147.798)	(147.798)
Dividendos pagos	(701.137)	(700.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	744.591	742.519



Destinação do Resultado de 2019 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2019, no montante de R\$3.127.398 e do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$24.812.

- R\$764.181 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - R\$400.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2020 e a segunda até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de dezembro de 2019;
 - R\$364.181 na forma de dividendos de 2019, a ser pago em parcela única até 30 de dezembro de 2020, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$834.603 sejam destinados à Reserva de Lucros a Realizar, considerando o resultado líquido positivo em equivalência patrimonial de controladas e coligadas e ainda não realizado financeiramente.
- R\$1.535.170 sejam destinados à Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2020, conforme orçamento de capital.
- R\$18.256 sejam destinados à Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Conforme previsto no artigo 202 da lei das SA, caso ocorra o recebimento dos dividendos das investidas referentes ao exercício de 2019, ainda pendentes da realização financeira por parte dessas investidas, a reversão da reserva de lucros a realizar fará parte do cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020.

g) Aumento de Capital – Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2019, as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excedem o capital social em R\$536.646, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social de R\$7.293.763 para R\$7.593.763, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76.



h) Participação de não controladores no patrimônio líquido

A movimentação das participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

Investida	Gasmig	Light S.A	LightGer	Guanhães	Axxion	UHE Itaocara	Total
31 de dezembro de 2018	4.306	1.277.098	21.973	50.158	4.402	2.671	1.360.608
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores	675	-	-	-	-	-	675
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	-	10.291	-	-	10.291
Outros resultados abrangentes	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Dividendos propostos a acionistas não controladores (1)	(727)	-	-	-	-	-	(727)
Baixa da participação de não controladores em razão da perda de controle (nota 34)	-	(1.277.098)	(21.973)	(60.449)	(4.402)	(2.671)	(1.366.593)
31 de dezembro de 2019	4.250	-	-	-	-	-	4.250

(1) Foram declarados dividendos para acionistas não controladores referentes ao exercício de 2018 no montante de R\$489 e juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2019, no montante de R\$238.

Lucro líquido alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	2019	2018
Gasmig	675	761
Total	675	761

29. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	26.927.559	24.871.995
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	2.722.444	2.044.599
CVA e outros componentes financeiros (c)	57.988	1.973.064
Receita de transmissão		
Receita de concessão da transmissão (d)	504.314	410.852
Receita de construção de transmissão (e)	220.390	95.712
Receita de indenização de transmissão (f)	155.013	250.375
Receita de indenização de geração	-	55.332
Receita de construção de distribuição (e)	979.308	801.778
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	17.839	325
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	318.266	321.427
Transações com energia na CCEE (i)	431.994	217.218
Fornecimento de gás	2.298.114	1.995.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(57.897)	(44.326)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 10)	1.427.786	-
Outras receitas operacionais (j)	1.723.059	1.584.094
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(12.335.871)	(12.311.634)
Receita operacional líquida	25.390.306	22.266.217



a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento, com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Residencial	10.538.342	10.266.434	9.668.228	8.658.157
Industrial	16.024.427	17.689.182	4.759.705	4.892.887
Comércio, serviços e outros	9.567.381	8.380.346	5.438.774	4.683.418
Rural	3.795.374	3.615.402	2.058.354	1.793.459
Poder público	904.879	871.325	653.551	574.975
Iluminação pública	1.357.293	1.383.878	614.318	585.260
Serviço público	1.371.992	1.315.479	724.904	646.399
Subtotal	43.559.688	43.522.046	23.917.834	21.834.555
Consumo Próprio	37.827	41.244	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	133.930	47.602
	43.597.515	43.563.290	24.051.764	21.882.157
Suprimento a outras concessionárias (2)	11.447.786	11.991.355	2.942.687	3.001.538
Suprimento não faturado líquido	-	-	(66.892)	(11.700)
Total	55.045.301	55.554.645	26.927.559	24.871.995

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.



d) Receita de Concessão da Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$14.389 no exercício de 2019 (R\$12.934 em 2018). A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R\$8.842 (R\$11.497 em 31 de dezembro de 2018).

e) Receita de Construção

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pelas controladas no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Indenização de Transmissão

Correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

g) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

h) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.



i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2019	2018
Serviço taxado	17.351	13.915
Prestações de serviços	183.292	188.361
Subvenções (1)	1.266.021	1.136.097
Aluguel e arrendamento	188.887	90.404
Ressarcimentos contratuais	64.640	144.433
Outras	2.868	10.884
	1.723.059	1.584.094

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobras.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2019	2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	6.357.695	5.656.793
COFINS	2.395.494	2.547.105
PIS-PASEP	521.228	552.969
Outros	8.061	7.456
	9.282.478	8.764.323
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	16.007	19.178
Programa de eficiência energética – PEE	68.584	64.309
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.448.472	2.603.050
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	40.662	38.241
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	40.662	38.241
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	20.331	19.121
Encargos do consumidor – PROINFA	52.042	39.971
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	29.555	26.231
Compensação financeira utilização recursos hídricos	43.010	44.487
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	294.004	654.470
Outros	64	12
	3.053.393	3.547.311
	12.335.871	12.311.634



30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal (a)	1.271.518	1.410.491	26.768	35.879
Participação dos empregados e administradores no resultado	263.008	76.761	17.426	9.677
Obrigações pós-emprego (nota 26)	408.464	337.005	44.036	40.629
Materiais	91.138	104.416	3.396	1.438
Serviços de terceiros (b)	1.238.550	1.087.409	36.569	34.521
Energia elétrica comprada para revenda (c)	11.286.174	11.084.194	-	-
Depreciação e amortização (1)	958.234	834.593	4.525	1.278
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	2.401.106	466.768	188.461	59.677
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.426.278	1.479.414	-	-
Gás comprado para revenda	1.435.728	1.238.085	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	1.199.698	897.490	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	499.115	403.601	6.079	18.076
	22.479.011	19.420.227	327.260	201.175

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$4.563 no consolidado e R\$217 na controladora.

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 34.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado referente ao PDVP 2019 foi de R\$87.087 (613 empregados) sendo R\$ 65.596 (458 empregados) registrado no resultado de 2018 e R\$21.491 (155 empregados) registrado em março de 2019, quando da reabertura do Programa.



b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	127.947	128.732	-	-
Comunicação	68.552	79.782	2.171	12.683
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	403.690	323.395	29	28
Conservação e limpeza de prédios	109.598	110.088	248	850
Mão de obra contratada	16.912	21.209	15	356
Fretes e passagens	6.958	7.372	1.216	1.974
Hospedagem e alimentação	13.970	11.918	198	233
Vigilância	17.989	20.350	-	-
Consultoria	23.822	15.851	8.327	8.824
Manutenção/conservação de móveis utensílios	5.381	4.101	15	15
Tecnologia da informação	63.026	58.969	1.313	3.071
Manutenção e conservação de veículos	2.944	2.147	3	1
Corte e religação	70.366	61.653	-	-
Meio ambiente	13.853	13.803	-	-
Serviços advocatícios	27.850	27.013	1.616	3.128
Podas de árvores	45.991	27.895	-	-
Limpeza de faixa	61.342	41.267	-	-
Reprografia e publicações legais	21.473	21.112	428	767
Inspeção de unidades consumidoras	14.124	9.562	-	-
Outras despesas	122.762	101.190	20.990	2.591
	1.238.550	1.087.409	36.569	34.521

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2019	2018
Energia de Itaipu Binacional	1.429.355	1.350.891
Contratos por cotas de garantia física	714.957	679.153
Cotas das usinas de Angra I e II	269.173	266.846
Energia de curto prazo	1.886.472	1.817.746
PROINFA	375.442	324.545
Contratos bilaterais	310.979	483.836
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.021.012	3.345.848
Energia adquirida no ambiente livre	4.097.596	3.871.297
Geração distribuída	206.863	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.025.675)	(1.055.968)
	11.286.174	11.084.194

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	237.733	264.416	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (1)	10.706	(4.927)	1.277	7
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas (3) (nota 32)	688.031	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 27)				
Trabalhistas	136.147	41.689	15.397	(214)
Cíveis	23.680	12.287	387	3.333
Tributárias	1.228.105	(4.662)	171.535	3.813
Ambientais	(1.202)	1.239	-	-
Regulatórias	1.778	(1.800)	301	4.190
Outras	12.435	2.613	(436)	190
	1.400.943	51.366	187.184	11.312
	2.337.413	310.855	188.461	11.319
Ajustes para perdas				
Opção de venda RME e LEPSA	-	48.358	-	48.358
Opção de venda SAAG (nota 33)	63.693	107.555	-	-
	63.693	155.913	-	48.358
	2.401.106	466.768	188.461	59.677

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do exercício como custos operacionais.

(3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.



e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	2019	2018
Pessoal e administradores	85.469	69.960
Materiais	595.244	378.907
Serviços de terceiros	421.430	364.019
Outros	97.555	84.604
	1.199.698	897.490

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	19.572	93.572	2.156	5.143
Propaganda e publicidade	8.655	18.652	583	1.461
Consumo próprio de energia elétrica	20.582	26.511	-	-
Subvenções e doações	40.103	22.040	-	2.796
Concessão onerosa	2.958	2.681	-	-
Seguros	12.222	6.527	1.865	1.634
Anuidade CCEE	6.115	6.317	1	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	92.054	6.690	529	-
Forluz – custeio administrativo	30.086	28.001	1.460	1.255
Agentes arrecadadores	87.792	78.328	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	32.088	-	-	-
Impostos e taxas	10.347	8.899	895	630
Outras despesas (3)	136.541	105.383	(1.410)	5.156
	499.115	403.601	6.079	18.076

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos e aluguéis que se enquadram nos requisitos do IFRS 16 / CPC 06 passaram a ser registrados de acordo com a IFRS 16/ CPC 06 (R2), conforme notas explicativas nº 2.4 e 21. A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas. Nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06.
- (2) Refere-se a processos no âmbito de acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O valor total das ações alcança o montante de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões.
- (3) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas em períodos anteriores. Inclui o ajuste por redução ao valor recuperável do intangível, no valor de R\$21.684.



31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	102.440	115.658	11.769	13.456
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	361.044	352.053	-	76
Variação monetária	29.623	19.296	2	36
Variação monetária – CVA (nota 16)	105.402	62.023	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	49.702	34.176	17.525	18.666
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(128.033)	(68.040)	(64.166)	(26.753)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 33)	997.858	893.301	-	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	4.809	28.345	2	123
Atualização financeira obtida em processo de arbitragem	-	76.896	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	47.654	56.320	59	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 10)	1.580.463	-	306.082	-
Outras	55.888	135.651	1.480	3.944
	3.206.850	1.705.679	272.753	9.548
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 24)	(1.226.897)	(1.256.459)	(2.998)	(3.109)
Amortização do custo de transação (nota 24)	(37.616)	(32.907)	(173)	(434)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 24)	(225.992)	(582.193)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(13.054)	(29.038)	-	-
Variação monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 24)	(141.782)	(133.815)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(2.912)	(3.068)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 26)	(56.090)	(68.106)	(2.760)	(3.351)
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 8)	(1.457)	(11.088)	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 21)	(33.834)	-	(485)	-
Despesas financeiras de P&D e PEE	(23.598)	(23.596)	-	-
Outras	(83.341)	(83.891)	(20.274)	(16.071)
	(1.846.573)	(2.224.161)	(26.690)	(22.965)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.360.277	(518.482)	246.063	(13.417)

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	345.929	244.960	-	-	166.263	163.152	-	-
ICMS - Antecipação (2)	-	-	-	-	-	10.902	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (3)	115.202	245.566	-	-	17.448	18.182	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	13.622	12.957	39.623	34.510	(165.595)	(164.568)
Prestação de serviços (5)	626	1.792	-	-	7.195	11.884	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	103.033	90.664	-	-	-	-	-	-
Contingência (6)	-	-	32.088	-	-	-	(32.088)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	924	969	-	-	(7.958)	(10.614)
Prestação de Serviços (5)	-	211	-	-	1.021	898	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	5.745	5.669	57.860	64.111	67.648	70.491	(729.647)	(778.455)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	-	6.785	-	-	-	8.767	-	-
Ressarcimento de energia descontratada (8)	3.504	42.046	-	-	4.246	1.532	-	-
Não circulante								



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ressarcimento de energia descontratada (8)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	130	24.459	23.413	21.566	15.913	(227.625)	(202.301)
Adiantamento de entrega futura de energia (9)	40.081	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.541	-	-	-	(21.011)	(21.132)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.387	1.303	-	-	(18.698)	(19.154)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	567	544	4.916	4.151	(5.210)	(4.751)
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.474	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.536	2.460	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	515	4.447	-	-	(81.453)
Não circulante								
Contas a receber (10)	-	594.323	-	-	93.708	106.078	(688.031)	-
Mútuo partes relacionadas (11)	16.559	-	6.418	-	58	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	312	374	1.311	502	97.560	60.364	(9.110)	(1.116)
Juros sobre capital próprio e dividendos	72.737	10.261	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	8.523	8.295	-	-	(96.347)	(109.313)
Prestação de serviços (5)	170	130	-	-	594	556	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (12)	-	-	21.809	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (13)	-	-	3.306	195	-	-	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.218	1.218	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	36.434	273.570	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	742.561	727.011	-	-	7.947	1.106.421	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (nota 24)	(3.031)	(23.508)	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.825	101.151	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (14)	-	-	144.828	123.184	-	-	(196.696)	(191.937)
Contribuições para suplementação de Aposentadoria - plano de contribuição definitiva (15)	-	-	-	-	-	-	(77.530)	(78.423)
Custeio administrativo (16)	-	-	-	-	-	-	(30.085)	(28.000)
Arrendamento operacional (17)	178.504	-	35.458	1.778	-	-	(55.212)	(46.066)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (14)	-	-	2.827.308	2.046.426	-	-	-	-
Arrendamento operacional (17)	-	-	149.415	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (18)	-	-	140.830	120.344	-	(226.898)	-	(186.134)
Não circulante								



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Plano de saúde e odontológico (18)	-	-	3.021.852	2.271.007	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel a través de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Do total da dívida do Governo do Estado de Minas Gerais, R\$189.685 estão provisionados na forma de PECLD.
- (2) Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018.
- (3) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 13;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (6) Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O total das ações alcança o montante de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões;
- (7) Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosa, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- (8) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic, com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2019 é R\$3.504;
- (9) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 a Norte Energia entregará energia elétrica contratada referente ao montante total de R\$40.081. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- (10) Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 (b), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Companhia contra a investida, no montante total de R\$688 milhões;
- (11) Em 25 de novembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019, foram celebrados contratos de mútuo pós-concursal, denominados "DIP" e "DIP 2", entre a Companhia e a investida Renova Energia S.A, que está em recuperação judicial, nos montantes de R\$10 milhões e R\$6,5 milhões, respectivamente. Os contratos preveem juros correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescidos de sobretaxa ao ano, *pro rata die* (base 252 dias úteis), de 1,083% para o contrato "DIP" e 2,5% para o contrato "DIP 2", até a data do respectivo pagamento integral. Os recursos desse empréstimo se destinam às necessidades mínimas de caixa da investida. Os contratos preveem garantia, outorgada pela investida e sua garantidora, por meio de fiança e alienação fiduciária das Ações da SPE Mina de Ouro, que representa 120% do valor principal do empréstimo, conforme avaliação independente. O repasse do montante de R\$6,5 milhões foi realizado em janeiro de 2020;
- (12) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 18);
- (13) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- (14) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 26);
- (15) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (16) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (17) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- (18) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 26).

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (mutuante) e Cemig (mutuário), no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R\$46.598 e, em 19 de julho de 2019, houve liquidação integral do mútuo, pelo montante de R\$377.980.



Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Cemig GT	-	-	781.769	659.622
Cemig D	-	-	822.183	267.435
Gasmig	-	-	46.578	-
Light	72.737	-	72.737	12.319
Aliança Geração	103.033	90.664	-	-
Outras (1)	10.228	29.079	3.628	6.208
	185.998	119.743	1.726.895	945.584

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "outras" estão divulgadas na tabela anterior na linha de "Juros sobre Capital Próprio e Dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2019	Vencimento
Light (1)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.555.049	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Aval	Financiamento	939.262	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Fiança	Debêntures	423.693	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	5.328	2023
				4.606.947	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:



Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	2019	2018				Total 44,20%
				Total 29,93%	Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33% (1)	
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	-	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	334	54	1.754	1.130	3.272
				-	802	129	4.217	2.572	7.720

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Remuneração	24.768	34.088
Participação nos resultados	5.648	4.170
Benefícios assistenciais	1.592	2.342
Total	32.008	40.600



33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	102.109	102.109	116.513	116.513
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.600.605	4.600.605	4.172.611	4.172.611
Fundos vinculados	2	12.337	12.337	90.993	90.993
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	115.202	115.202	245.566	245.566
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	881.614	881.614	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	96.776	96.776	90.845	90.845
Subvenção baixa renda	2	29.582	29.582	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	2.540.239	2.540.239	2.501.512	2.501.512
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.468.216	2.468.217	2.408.930	2.408.930
Indenizações a receber – Transmissão		1.280.652	1.280.651	1.296.314	1.296.314
Contas a receber – Renova	2	-	-	532.393	532.393
Ressarcimento – desconstrução de energia	2	-	-	97.284	97.284
Ressarcimento Cessão de Contrato		-	-	10.196	10.196
		12.127.332	12.127.332	12.674.082	12.674.082
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		326.352	326.352	783.288	783.288
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	267	267	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	94.184	94.184	253.868	253.868
Letras financeiras – Bancos	2	557.018	557.018	434.735	434.735
Debêntures	2	103	103	7.118	7.118
		977.924	977.924	1.479.009	1.479.009
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	1.690.944	1.690.944	813.335	813.335
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	2.614	2.614	4.460	4.460
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	483.374	483.374	395.743	395.743
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.971.058	3.971.058	3.508.749	3.508.749
		16.098.390	16.098.390	16.182.831	16.182.831
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(14.776.031)	(14.776.031)	(14.771.828)	(14.771.828)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(566.381)	(566.381)	(651.966)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(550.151)	(550.151)	(377.449)	(377.449)
Concessões a pagar	3	(19.692)	(19.692)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(2.079.891)	(2.079.891)	(1.801.252)	(1.801.252)
Operações de arrendamento mercantil (2)	2	(287.747)	(287.747)	-	-
Adiantamento de Clientes	2	-	-	(79.405)	(79.405)
		(18.279.893)	(18.279.893)	(17.700.647)	(17.700.647)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(482.841)	(482.841)	(419.148)	(419.148)
		(482.841)	(482.841)	(419.148)	(419.148)
		(18.762.734)	(18.762.734)	(18.119.795)	(18.119.795)

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 21.



No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.



Indenizações a receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 133,37% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 8,07%, CDI + 0,38% a CDI + 2,24%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2019; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.



Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as opções da Companhia são como segue:

Consolidado	2019	2018
Opção de venda SAAG	482.841	419.148
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(2.614)	(4.460)
	<u>480.227</u>	<u>414.688</u>

Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIPs. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$482.841 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.



A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	107.555
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 2,29% a 6,29% ao ano e volatilidade entre 13% e 73% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$467.156 e R\$499.151, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2019, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.



A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2019, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$997.858 (ajuste positivo de R\$892.643 em 31 de dezembro de 2018), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2019 e 2018:



Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 2019	Valor justo 2019	Valor conforme contrato 2018	Valor justo 2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	813.534	1.235.102	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	108.532	455.842	32.781	186.447
					922.066	1.690.944	712.311	813.335
Ativo circulante						234.766		69.643
Ativo não circulante						1.456.178		743.692

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média e equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.690.944 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$922.066 em 31 de dezembro de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$1.044.833 referente à opção (call spread) e R\$266.137 referentes ao swap, totalizando R\$1.310.970.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:



Controladora e consolidado	Cenário base 31/12/2019	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.427.369	6.004.214	5.175.929	4.404.928
Swap ponta passiva	(5.774.089)	(5.738.077)	(5.855.347)	(5.965.125)
Opção/Call Spread	1.037.664	1.044.833	433.862	100.005
Instrumento derivativo de hedge	1.690.944	1.310.970	(245.556)	(1.460.192)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2019		2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 24)	(1.515.814)	(6.109.793)	(1.518.029)	(5.882.060)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(60.229)	(242.766)	(69.994)	(268.004)
	(1.576.043)	(6.352.559)	(1.588.023)	(6.150.064)
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 24)	-	-	(52)	(229)
Passivo Líquido Exposto		(6.352.559)		(6.150.293)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2020 será uma redução de 0,76% para o dólar (R\$4,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.



Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,00	Cenário possível Dólar R\$5,00	Cenário remoto Dólar R\$6,00
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	(6.109.793)	(6.063.257)	(7.579.072)	(9.094.886)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(242.766)	(240.917)	(301.146)	(361.375)
	(6.352.559)	(6.304.174)	(7.880.218)	(9.456.261)
Passivo líquido exposto	(6.352.559)	(6.304.174)	(7.880.218)	(9.456.261)
Efeito líquido da variação cambial	-	48.385	(1.527.659)	(3.103.702)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	2019	2018
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) – CDI	326.352	783.288
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	753.681	812.234
Contas a receber – Renova (nota 32) – CDI	-	532.393
Fundos vinculados – CDI	12.337	90.993
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 16)	881.614	1.080.693
Ressarcimento – descontratação de energia – CDI (nota 32)	-	97.284
Ressarcimento Cessão de Contratos	-	10.196
	1.973.984	3.407.081
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 24)	(3.771.549)	(4.919.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 24)	(243.430)	(249.454)
Adiantamento de clientes – CDI	-	(79.405)
	(4.014.979)	(5.248.430)
Passivo Líquido Exposto	(2.040.995)	(1.841.349)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 4,25% e a taxa TJLP será de 5,03% em 31 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.



Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2019	31/12/2020		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 4,2500% TJLP 5,0285%	Cenário possível Selic 5,3125% TJLP 6,2856%	Cenário remoto Selic 6,7500% TJLP 7,5428%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	326.352	340.222	343.689	347.157
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	753.681	785.712	793.720	801.728
Fundos vinculados	12.337	12.861	12.992	13.123
CVA e outros componentes financeiros – Selic	881.614	919.083	928.450	937.817
	1.973.984	2.057.878	2.078.851	2.099.825
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 24)	(3.771.549)	(3.931.840)	(3.971.913)	(4.011.985)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 24)	(243.430)	(255.671)	(258.731)	(261.791)
	(4.014.979)	(4.187.511)	(4.230.644)	(4.273.776)
Ativo (Passivo) exposto líquido	(2.040.995)	(2.129.633)	(2.151.793)	(2.173.951)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(88.638)	(110.798)	(132.956)

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de aumento da inflação em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	2019	2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	483.374	395.743
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 13 e 32)	-	247.010
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 13 e 32)	115.202	245.566
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 16)	1.280.652	1.296.314
Bonificação de outorga – IPCA (nota 16)	2.468.216	2.408.930
	4.347.444	4.593.563
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 24)	(4.729.928)	(3.791.340)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(566.381)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(550.151)	(377.449)
	(5.846.460)	(4.820.755)
Ativo (Passivo) líquido	(1.499.016)	(227.192)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 3,43% e a taxa de IGPM será de 4,88% em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.



Risco - Alta da inflação	31/12/2019	31/12/2020		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 3,4293% IGPM 4,8766%	Cenário possível (25%) IPCA 4,2866% IGPM 6,0958%	Cenário remoto (50%) IPCA 5,1440% IGPM 7,3149%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	483.374	499.950	504.094	508.239
Valores a receber do governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 32)	115.202	120.820	122.224	123.629
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 16)	1.280.652	1.324.569	1.335.548	1.346.529
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 16)	2.468.216	2.552.859	2.574.019	2.595.181
	4.347.444	4.498.198	4.535.885	4.573.578
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI	(4.729.928)	(4.892.131)	(4.932.681)	(4.973.235)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(566.381)	(585.804)	(590.659)	(595.516)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	(550.151)	(569.017)	(573.734)	(578.451)
	(5.846.460)	(6.046.952)	(6.097.074)	(6.147.202)
Ativo (Passivo) líquido	(1.499.016)	(1.548.754)	(1.561.189)	(1.573.624)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(49.738)	(62.173)	(74.608)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavacagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.



Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	36.299	1.118.862	1.335.321	14.572.158	1.911.185	18.973.825
Concessões a pagar	223	452	1.983	8.858	12.655	24.171
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 26)	12.024	24.241	110.558	556.875	-	703.698
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	5.317	10.710	122.728	211.937	630.621	981.313
	53.863	1.154.265	1.570.590	15.349.828	2.554.461	20.683.007
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.785.887	292.868	988	-	148	2.079.891
	1.839.750	1.447.133	1.571.578	15.349.828	2.554.609	22.762.898

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	51.688	-	51.688
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	592	1.193	5.439	27.398	-	34.622
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 26)	262	527	6.038	10.427	31.027	48.281
	854	1.720	11.477	89.513	31.027	134.591
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.705	-	-	-	-	2.705
	3.559	1.720	11.477	89.513	31.027	137.296

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$ 809.725.



No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna.

Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria. Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) ¹
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5% e 7%

¹ O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.



Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.



Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Total do Passivo	34.036.187	43.915.346	1.865.610	1.987.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(535.757)	(890.804)	(64.356)	(54.330)
(-) Fundos vinculados	(12.337)	(90.993)	(129)	(129)
Passivo líquido	33.488.093	42.933.549	1.801.125	1.933.313
Total do patrimônio líquido	15.890.865	15.939.327	15.886.615	14.578.719
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,11	2,70	0,11	0,13

34. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são conforme segue:

Consolidado e controladora	2019
	Investimentos
Ativos	1.258.111
Passivos	-
Ativo Líquido	1.258.111
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	224.067
Resultado líquido proveniente de operações em continuidade	72.738



	2018					
	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	3.173.794	-	3.173.794	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	72.880	290.542	363.422	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	-

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações de emissão da controlada Light S.A. ("Light") de sua propriedade, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light atendia aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e que sua venda era considerada altamente provável no futuro próximo. A Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhões e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, no âmbito da oferta pública de ações realizada pela Light, a Companhia alienou 33.333.333 de ações desta investida de sua titularidade ao preço de R\$18,75 por ação e no valor total de R\$625.000.

Adicionalmente, com a conclusão da oferta pública de ações pela Light, a participação da Companhia no capital social total desta investida, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, conseqüentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, a Companhia baixou os ativos e passivos da ex-controlada e reconheceu, pelo valor justo, a sua participação remanescente como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nos termos do IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.



Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa continuou classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, pelo seu valor justo, subtraindo-se o seu custo de venda. A diferença entre o valor contábil da participação remanescente e o seu valor justo foi reconhecida no resultado líquido de operações descontinuadas do exercício.

A Companhia baixou também os ativos e passivos das ex-controladas Itaocara, Guanhães, Lightger e Axxiom e reconheceu a sua participação remanescente nessas investidas a valor justo como investimento em empreendimento controlado em conjunto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos, que são controlados em conjunto com a Light, não foram classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas, tendo em vista que a Companhia não tem a intenção de alienação dessas participações. Para mais informações, ver nota explicativa nº 18.

Os efeitos contábeis decorrentes da alienação de participação e da perda de controle da Light estão demonstrados na tabela a seguir:

Consolidado	Resultado de alienação de participação	Remensuração da participação remanescente					
	Light	Light	Lightger	Guanhães	Axxion	Itaocara	Total
Participação anterior – ativos mantidos para venda	(514.597)	(1.059.370)	(125.858)	(141.357)	(4.397)	(5.195)	(1.850.774)
Receita de alienação de participação	625.000	-	-	-	-	-	625.000
Remensuração a valor justo da participação remanescente	-	1.258.111	127.970	131.260	4.438	4.812	1.526.591
Outros	-	-	-	3.234	5.093	-	8.327
Efeito no resultado antes dos impostos	110.403	198.741	2.112	(6.863)	5.134	(383)	309.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.537)	(47.540)	-	-	-	-	(85.077)
Resultado líquido proveniente das operações descontinuadas	72.866	151.201	2.112	(6.863)	5.134	(383)	224.067

Do resultado total decorrente da alienação do controle da Light, no montante de R\$224.067, o valor de R\$72.866 refere-se ao ganho de capital líquido de tributos resultante da venda das 33.333.333 ações, considerando como custo destas ações o resultado da aplicação do percentual da participação vendida sobre o ativo mantido para venda na data da alienação. A remensuração a valor justo da participação remanescente na Light considerou o preço de venda das ações na data da perda do controle (nível 1 de hierarquia do valor justo), reduzida dos custos estimados para a venda no montante de R\$28.538.

As informações dos ativos e passivos da Light, cujo investimento detido pela Companhia encontra-se classificado como ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2019, estão apresentadas a seguir:



	2019		2019
ATIVO		PASSIVO	
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	1.678.028	Fornecedores	2.546.345
Consumidores e revendedores	2.536.599	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.387.318
Tributos compensáveis	216.028	Impostos, taxas e contribuições	172.339
Ativos financeiros do setor	549.547	Outros débitos	1.071.554
Outros ativos circulantes	374.024	Total do Passivo Circulante	5.177.556
Total do Ativo Circulante	5.354.226		
Consumidores e revendedores	1.113.040	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.379.222
Tributos compensáveis	6.257.037	Impostos, taxas e contribuições	348.485
Ativo financeiro da concessão	5.357.767	Tributos diferidos	400.484
Imobilizado	1.586.955	Outros passivos não circulantes	4.307.477
Intangível	2.836.915	Total do Passivo Não Circulante	12.435.668
Investimento	579.344		
Outros ativos não circulantes	758.484	Capital social	4.051.285
	18.489.542	Reservas de capital	3.179
		Reservas de lucros	1.957.524
		Ajustes de avaliação patrimonial	218.556
		Total do Patrimônio Líquido	6.230.544
Total do Ativo	23.843.768	Total do Passivo	23.843.768

Manutenção da participação na Light como ativo disponível para venda

Em 2019, a Administração não concluiu o processo de alienação da totalidade do investimento na Light em função de fatores externos, fora do seu controle e, notadamente, condições desfavoráveis de mercado.

A Administração da Cemig mantém inalterado o seu compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light e estima como altamente provável a conclusão do processo em 2020. Considerando se tratar de investimento em coligada, este foi classificado como ativo mantido para venda, porém não mais como operação descontinuada, de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31/IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Diante da interrupção da mensuração do investimento pelo método da equivalência patrimonial a partir de sua classificação como ativo mantido para venda, os dividendos declarados pela investida em dezembro de 2019, no montante de R\$72.738, foram reconhecidos no resultado de operações em continuidade.

35. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.



	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$8.661	R\$2
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$4.385	US\$49
	Responsabilidade Civil	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$20.771	R\$20
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$275.773	R\$75
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$2.650	R\$2
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$959.243	R\$1.262
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$3.370	US\$34
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$120.007	R\$117
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$744.134	R\$201
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$31.083	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$528.071	R\$695
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/19 a 15/12/20	R\$60.000	R\$398
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/19 a 07/07/20	R\$500	R\$3
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/19 a 25/10/20	R\$100	R\$2
Multirisco Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/20 a 01/01/21	R\$41.374	R\$44,8

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil

(3) Nova contratação do seguro em processo administrativo

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função destes riscos.

36. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.701.227	1.538.050	1.537.912	1.567.925	1.551.030	32.724.454	40.620.598
Compra de energia - leilão	4.408.643	4.080.857	4.034.567	4.281.313	4.724.086	55.729.536	77.259.002
Compra de energia - bilaterais	334.424	333.518	333.518	333.518	223.322	147.784	1.706.084
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	295.527	289.053	291.332	299.304	301.752	6.352.342	7.829.310
Transporte de energia elétrica de Itaipu	239.871	251.157	264.301	251.212	237.782	1.441.069	2.685.392
Outros contratos de compra de energia	3.618.849	3.347.187	3.808.010	3.679.343	3.912.612	35.082.451	53.448.452
Cotas de garantias físicas	844.520	757.428	717.926	680.755	653.048	13.601.081	17.254.758
Total	11.443.061	10.597.250	10.987.566	11.093.370	11.603.632	145.078.717	200.803.596



37. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos por meio da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior. Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

38. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$22.735 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$30.801 em 31 de dezembro de 2018);
- incorporação das subsidiárias integrais RME e LUCE, em 24 de abril de 2019, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido das incorporadas, no montante de R\$22.444;
- liquidação do contas a receber do Estado de Minas Gerais por meio de retenção de dividendos, nos montantes de R\$17.892 e R\$129.906, em 28 de junho de 2019 e 27 de dezembro de 2019.



39. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos nos negócios da Cemig

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente da receita de venda de energia, bem como incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e de eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG 77.839

Notas Explicativas



Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

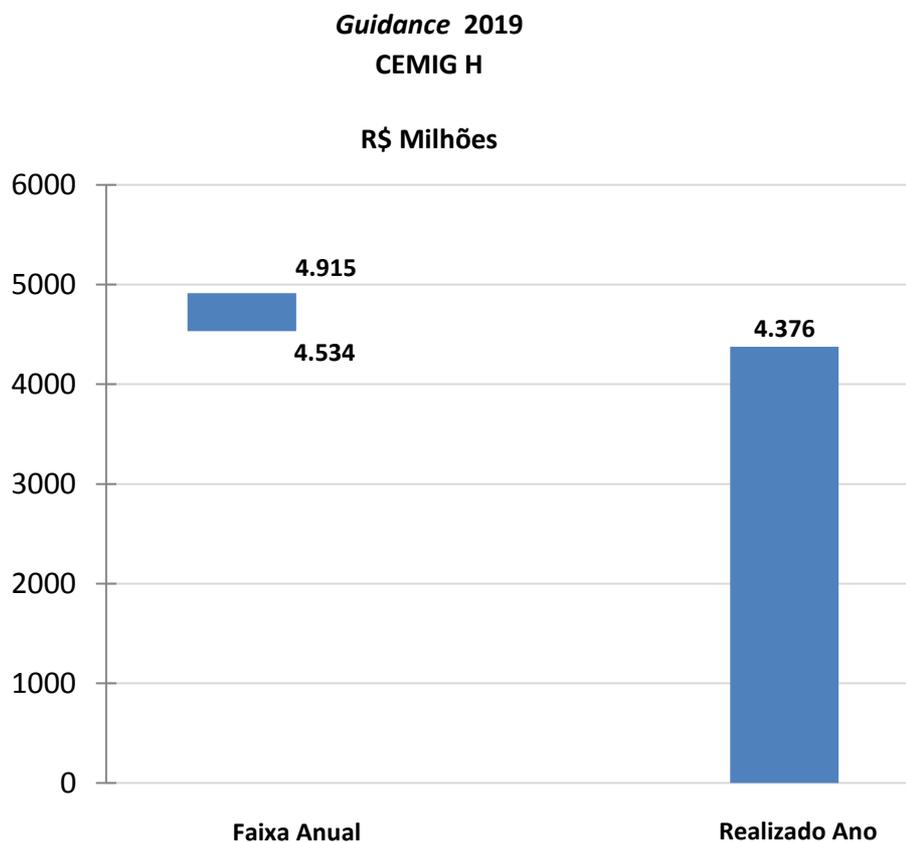
CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
(CONSOLIDADO)

INSTRUÇÃO CVM 480/09

PROJEÇÕES *GUIDANCE* 2019.

Acompanhamento e análise das projeções de LAJIDA divulgadas x resultados verificados.

O LAJIDA realizado pela Cemig Consolidada, em 2019, está situado da seguinte forma em relação à faixa anual projetada no *Guidance* para 2019.



Os principais fatores que impactaram negativamente o resultado do ano, contribuindo para uma menor realização do LAJIDA, foram os seguintes:

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

Cemig Distribuição

- Reconhecimento da contingência tributária, no valor R\$ 773 MM, relativa às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR).
- Aumento de R\$34 milhões na provisão trabalhista em relação à projeção do *Guidance*, em função de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis.
Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E.

Cemig Geração e Transmissão

- Reconhecimento de provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova, no segundo trimestre de 2019, no montante de R\$ 688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia.
- Reconhecimento da contingência tributária, no valor R\$ 284 milhões, relativa às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR).
- Redução de R\$ 63 milhões na expectativa de resultados de equivalência patrimonial em relação à projeção do *Guidance*, com destaque para a participada Volta do Rio, em função do atraso na reforma dos aerogeradores.
- Provisão para perda, no valor de R\$ 22 milhões, de parte do valor residual da mais valia do investimento na Central Eólica Volta do Rio, resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2019.

- Aumento de R\$ 34 milhões em relação à projeção do *Guidance*, na provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A., decorrente da atualização do valor justo do ativo.

- Aumento de R\$ 18 milhões na provisão trabalhista em relação à projeção do *Guidance*, em função de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis.

Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E.

Holding

- Reconhecimento da contingência tributária, no valor R\$ 156 MM, relativa às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR).

- Aumento de R\$ 9 milhões na provisão trabalhista em relação à projeção do *Guidance*, em função de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis.

Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E.

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

E os fatores que impactaram positivamente o resultado do LAJIDA estão destacados a seguir.

Cemig Distribuição

- Reconhecimento de receita, no segundo trimestre de 2019, no montante de R\$ 830 milhões, referente a decisão favorável à CEMIG D, da ação transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS.
- Mudança estrutural no consumo entre as classes de fornecimento e regularização de contratos de compartilhamento de infraestrutura que contribuíram para o aumento da receita.

Cemig Geração e Transmissão

- Reconhecimento de receita, no segundo trimestre de 2019, no montante de R\$ 414 milhões, referente a decisão favorável à CEMIG GT, da ação transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Holding

- Reconhecimento de receita, no segundo trimestre de 2019, no montante de R\$ 184 milhões, referente a decisão favorável à CEMIG H, da ação transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Fonte:

Guidance Anual Cemig / Demonstrações Financeiras Padronizadas

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento e Controle da Comercialização, Participações e Holding - PP/CP

18/03/2020

ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2020

ANEXO 2

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2020, da proposta de Orçamento de Capital Consolidado para o exercício de 2020, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$1.535.170 mil da Retenção de lucros do exercício de 2019.

Investimentos planejados para 2020

Sistema elétrico de Distribuição	952.759
Sistema elétrico de Subtransmissão	546.933
Sistema elétrico de geração	91.705
Sistema elétrico de transmissão	244.285
Aportes em controladas e coligadas	295.485
Infraestrutura e Outros	205.901
	<hr/>
	2.337.068

Leonardo George de Magalhães
 Superintendente de Controladoria – CR

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 19 DE MARÇO DE 2020****INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Márcio de Lima Leite, eleito em 24-04-2019 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2019

No ano de 2019, o Comitê reuniu-se em 47 (quarenta e sete) ocasiões e mais 9 (nove) vezes no início do primeiro semestre de 2020, além de 4 (quatro) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 6 (seis) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2019 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2020. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 11 (onze) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos-GC e, posteriormente, pela Diretoria Adjunta de Suporte na Gestão de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DPR CI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes



DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2019.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO - Coordenador

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº 11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns dos outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, das investidas e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os julgamentos relevantes e complexidade inerentes a estes processos de investigação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento, que inclui também a análise do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes; (ii) avaliação do relatório emitido em 20 de fevereiro de 2020 por empresa especializada contratada pela Companhia para investigação de tais alegações; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da Administração e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, membros do Comitê Especial de Investigação e membros da Administração, bem como a área de "Compliance" da Companhia; (iv) acompanhamento das atualizações destas investigações, desde a emissão do relatório da empresa especializada, conforme mencionado no item (ii); (v) execução de procedimentos voltados para a identificação e teste documental de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos especialistas forenses para realizar procedimento de shadow investigation e avaliar se a investigação foi conduzida de acordo com as melhores práticas aplicáveis; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos de investigação interna, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa

18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 5.399.391 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia e de suas controladas nessas investidas. Em 2019, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhões Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de impairment dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de valuation para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa

18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$6.069.918 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia e determinadas controladas, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas a excluir, o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Adicionalmente, baseada na opinião dos seus assessores legais, a Companhia registrou passivo no montante de R\$ 3.037.989 mil, referente a parcela dos créditos que será restituída aos consumidores da controlada Cemig Distribuição S.A.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada, a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento formal do órgão regulador (ANEEL) a respeito do período para determinação do montante e da sistemática de devolução dos créditos levantados aos consumidores do segmento de distribuição.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para determinar o valor dos créditos a serem reconhecidos e a sua expectativa de realização, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores; (ii) testes de integridade e acurácia das informações utilizadas pela Companhia e suas controladas; (iii) confronto das bases de cálculo dos créditos levantados com controles auxiliares, registros contábeis e documentos fiscais; (iv) reprocessamento dos cálculos de atualização financeira; (v) envolvimento dos nossos especialistas de tributos na análise da decisão judicial favorável à Companhia e controladas, das conclusões e embasamentos legais apresentados nos pareceres dos seus assessores legais, incluindo aqueles que suportaram a determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores, assim como para nos auxiliar na avaliação das bases de cálculo, documentação suporte, análise de realização e atualização dos créditos reconhecidos; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins reconhecidos e respectivos valores provisionados a serem restituídos aos consumidores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios para determinar o valor dos créditos em questão e premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2019 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2020. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2019, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 19-03-2020, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2020.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Rodrigo de Mesquita Pereira

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 3126ª reunião de Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar

Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização

Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica

Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão

Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 3126ª reunião de Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar

Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização

Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica

Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão

Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Inclusão de informação adicional na Proposta de Orçamento de Capital